



UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS  
INSTITUTO DE ESTUDOS SÓCIO-AMBIENTAIS  
PROGRAMA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO EM  
GEOGRAFIA



**RUTILEIA LIMA ALMEIDA**

**A FORMAÇÃO REGIONAL DO BICO DO PAPAGAIO: REGIONALIZAÇÃO E  
POLARIZAÇÃO**

Goiânia-GO  
2010

**RUTILEIA LIMA ALMEIDA**

**A FORMAÇÃO REGIONAL DO BICO DO PAPAGAIO: REGIONALIZAÇÃO E  
POLARIZAÇÃO**

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de pesquisa e Pós-Graduação em Geografia do Instituto de Estudos Sócio-Ambientais/IESA da Universidade Federal de Goiás/UFG, como requisito parcial para obtenção do título de mestre.

**Área de concentração:** Geografia Regional  
**Orientador:** Prof. Dr. Tadeu Alencar Arrais

Goiânia-GO  
2010

**RUTILEIA LIMA ALMEIDA**

**A FORMAÇÃO REGIONAL DO BICO DO PAPAGAIO: A REGIONALIZAÇÃO E A  
POLARIZAÇÃO**

Dissertação submetida à Comissão Examinadora designada pelo Instituto de Estudos Sócio Ambientais/IESA da Universidade Federal de Goiás/UFG como requisito para obtenção de grau de mestre em Geografia.

Goiânia, maio de 2010.

**BANCA EXAMINADORA**

---

Prof. Dr. Tadeu Pereira Alencar Arrais (**Orientador**)  
IESA/UFG

---

Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Maria Geralda Almeida  
IESA/UFG

---

Prof. Dr. Cláudio Ubiratan Gonçalves  
UFPE

Aos meus pais, familiares e amigos.

## AGRADECIMENTOS

Em especial ao Professor Dr. Tadeu Alencar Arrais pela excelente orientação, pelos estímulos e pelo aprendizado.

À Gisélia Lima Carvalho pela amizade, dedicação nos momentos difíceis e incentivo para a realização deste trabalho.

À Lucilene Lima pela boa acolhida e apoio.

Ao corpo de professores do Mestrado, em especial aos o Profs. Maria Geralda, Lana, Iêda, Claudia, Alex, Eguimar, Calaça.

Aos colegas do mestrado, em especial a Wânia e Vandério.

A todos os entrevistados que gentilmente me receberam nas cidades de Imperatriz, Araguaína, Marabá, Araguatins e Augustinópolis.

A minha família, em especial a minha mãe Maria, ao meu pai Eudoxo, minha irmã Katyana, e meus irmãos Luís Neto e Celso, minhas cunhadas Jana e Cristina, pelo apoio integral.

Aos meus amigos, em especial a Rosimary e Jailson por suas colaborações.

A Leda e Pompeu pelas boas conversas e por me ajudarem a não desistir.

Não há 'região pobre', há apenas regiões de pobres, e, se há regiões de pobres, é porque há regiões de ricos e relações sociais que polarizam riqueza e pobreza e as dispõem diferencialmente no espaço.

Lipietz (1998, p.29)

## RESUMO

O Bico do Papagaio é uma região do Estado do Tocantins que se configura como uma zona de confluência com os estados do Maranhão e do Pará, formando um canal de acesso, via Belém-Brasília, para pessoas, mercadorias e informações do Centro-Sul ao Norte do país. Segundo a Secretaria de Desenvolvimento do Estado do Tocantins (SEPLAN-TO), o Bico do Papagaio é uma Microrregião político-administrativa composta por 25 municípios. Já o Ministério da Integração Nacional entende que essa região ultrapassa as fronteiras do Estado do Tocantins, em seu extremo Norte, e vai até o Sudoeste do Maranhão e o Sudeste do Pará. Este último recorte é também assumido pelo senso comum, pela sociedade civil e por políticos, o que se justifica pelos laços historicamente construídos, dado o seu processo de ocupação e as suas aproximações geográficas, cujo espaço, material e simbolicamente contíguos, caracteriza-se por uma importante coerência funcional. Neste sentido, o nosso objetivo é realizar um estudo da formação regional do Bico do Papagaio, considerando as relações sócio-econômicas que extrapolam os limites político-administrativos da regionalização oficial. Essa perspectiva de análise implica em considerar as funções da rede urbana e regional e a mobilidade populacional. Para tanto inserindo o estudo da polarização. Embora o foco desse estudo seja a formação regional, o recorte temporal estabelecido para esta abordagem se dá a partir de 1988, ano da divisão territorial do Estado de Goiás.

**Palavras chave:** Bico do Papagaio. Estado do Tocantins. Regionalização. Polarização.

## ABSTRACT

The Bico do Papagaio is an area of the State of Tocantins that is configured as a confluence zone with the states of Maranhão and Pará, forming an access channel, through Belém-Brasília, for people, goods and information of the Center-south to the North of the country. According to the Department of Development of the State of Tocantins (SEPLAN-TO), Bico do Papagaio is a political-administrative area composed by 25 municipal districts. The Ministry of the National Integration already understands that the area surpasses the borders of the State of Tocantins, by its North end and also that it goes to the Southwest of Maranhão and the Southeast of Pará. This last division is also assumed by the common sense, for the civil society and for politicians, what is justified historically for the bows built, because of its occupation process and geographical approaches, whose space, material and symbolically contiguous, is characterized by an important functional coherence. In this sense, our objective is to accomplish a study of the regional formation of Bico do Papagaio, considering the socioeconomic relationships that extrapolate the political-administrative limits of the official regionalization. This analysis perspective implicates in considering the functions of the urban and regional net and the population mobility. For so much, it inserts the study of the polarization in this analysis. Although the focus of this study is the regional formation, the established temporary cutting for this approach starts in 1988, year of the territorial division of the State of Goiás.

**Key words:** Bico do Papagaio. State of Tocantins. Regionalization. Polarization.

## LISTA DE FIGURAS E ILUSTRAÇÕES

<b>Figura 1:</b>	Regiões administrativas de Araguatins, Augustinópolis, Tocantinópolis, Xambioá e Araguaína - Estado do Tocantins, 1980 .....	<b>27</b>
<b>Figura 2:</b>	Regiões administrativas de Araguatins, Augustinópolis, Tocantinópolis, Xambioá e Araguaína - Estado do Tocantins, 1991 .....	<b>28</b>
<b>Figura 3:</b>	Regiões administrativas de Araguatins, Augustinópolis, Tocantinópolis, Xambioá e Araguaína - Estado do Tocantins, 1993 .....	<b>29</b>
<b>Figura 4:</b>	Regiões administrativas de Araguatins, Augustinópolis, Tocantinópolis, Xambioá e Araguaína - Estado do Tocantins, 1997 .....	<b>30</b>
<b>Figura 5:</b>	Vista da rodovia Belém-Brasília entre as cidades de Imperatriz-MA e Araguaína-TO.....	<b>33</b>
<b>Figura 6:</b>	Vista da rodovia Belém-Brasília entre as cidades de Amaralina-GO e Uruaçu-GO.....	<b>34</b>
<b>Figura 7:</b>	Localização da região de influência regional Estado do Tocantins, Pará e Maranhão.....	<b>45</b>
<b>Figura 8:</b>	Balsa no rio Tocantins, travessia entre os Estados do Maranhão e Tocantins .....	<b>46</b>
<b>Figura 9:</b>	Pátio da Ferrovia Norte-Sul, Estreito-MA.....	<b>47</b>
<b>Figura 10:</b>	Vista ferrovia Norte-Sul e Ponte rio Tocantins entre Estreito-MA e Aguiarnópolis-TO.....	<b>48</b>
<b>Figura 11:</b>	Regiões administrativas do Estado do Tocantins .....	<b>67</b>
<b>Figura 12:</b>	Microrregião do Bico do Papagaio Estado do Tocantins .....	<b>85</b>
<b>Figura 13:</b>	Região Norte do Estado do Tocantins .....	<b>86</b>
<b>Figura 14:</b>	Mesorregião do Bico do Papagaio Estado do Tocantins .....	<b>87</b>
<b>Figura 15-16:</b>	Balsa Pipes.....	<b>104</b>
<b>Figura 17-18:</b>	Ponte da amizade (em construção), Imperatriz-MA e São Miguel do Tocantins-TO.....	<b>104</b>
<b>Figura 19:</b>	Localização da região de influência regional Estado do Tocantins, Pará e Maranhão.....	<b>107</b>

**LISTA DE QUADROS**

<b>Quadro 01:</b>	Fatores de contribuição para colonização Goiás/Tocantins .....	<b>19</b>
<b>Quadro 02:</b>	População Goiana entre às décadas de 1950 e 1990 .....	<b>24</b>
<b>Quadro 03:</b>	Projetos Inseridos na Região do Bico do Papagaio .....	<b>49</b>
<b>Quadro 04:</b>	Dados Populacionais por municípios da microrregião do Bico do Papagaio .....	<b>50</b>
<b>Quadro 05:</b>	Dados socioeconômicos da população na microrregião do Bico do Papagaio .....	<b>51</b>
<b>Quadro 06:</b>	Regionalização segundo PPA – 2008/2011 .....	<b>74</b>
<b>Quadro 07:</b>	Região do Bico do Papagaio: algumas regionalizações .....	<b>83</b>
<b>Quadro 08:</b>	Dados socioeconômicos das cidades-pólo do Bico do Papagaio .....	<b>105</b>

**LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS**

RDB –	Região do Bico do Papagaio
IBGE -	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
PNUD -	Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
IDH -	Índice de Desenvolvimento Humano
PNDR -	Política de Desenvolvimento Regional
PROMESO -	Programa de Sustentabilidade de Espaços Sub-regionais
REGIC –	Regiões de Influência da Cidade
DAIARA -	Distrito Agroindustrial de Araguaína

## SUMÁRIO

<b>1</b>	<b>CONSIDERAÇÕES INICIAIS .....</b>	<b>13</b>
<b>2</b>	<b>A TRAJETÓRIA SÓCIO-ESPACIAL DO NORTE DE GOIÁS.....</b>	<b>16</b>
<b>2.1</b>	<b>As diferenciações entre o Norte e Sul de Goiás: uma construção histórica .....</b>	<b>16</b>
<b>2.2</b>	<b>O papel da rodovia Belém-Brasília na formação regional do Norte do Tocantins.....</b>	<b>22</b>
<b>2.3</b>	<b>Conflitos agrários: uma problemática regional na década de 1980 .....</b>	<b>35</b>
<b>2.4</b>	<b>A fragmentação (institucional) do território goiano: cria-se o estado do Tocantins .....</b>	<b>39</b>
<b>2.5</b>	<b>O Bico do Papagaio no contexto do “novo” estado .....</b>	<b>44</b>
<b>3</b>	<b>O DESENVOLVIMENTO REGIONAL NO NORTE DO TOCANTINS .....</b>	<b>53</b>
<b>3.1</b>	<b>Uma análise teórica e metodológica sobre desenvolvimento regional .....</b>	<b>54</b>
<b>3.2</b>	<b>Desenvolvimento regional no Brasil: uma breve leitura dos planos a partir de 1930 .....</b>	<b>59</b>
<b>3.3</b>	<b>Os planos de desenvolvimento regional do estado do Tocantins e seus significados para a região do Bico do Papagaio .....</b>	<b>64</b>
<b>4</b>	<b>A GEOGRAFIA REGIONAL CONTEMPORÂNEA DO BICO DO PAPAGAIO .....</b>	<b>77</b>
<b>4.1</b>	<b>Região e regionalização no Bico do Papagaio .....</b>	<b>77</b>
<b>4.2</b>	<b>Região e Polarização no Bico do Papagaio .....</b>	<b>93</b>
<b>4.3</b>	<b>A relação entre regionalização e polarização na formação da região do Bico do Papagaio .....</b>	<b>108</b>
<b>5</b>	<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>111</b>
	<b>REFERENCIAIS BIBLIOGRÁFICOS.....</b>	<b>114</b>
	<b>ANEXOS .....</b>	<b>119</b>

## 1 CONSIDERAÇÕES INICIAIS

A partir do ano de 2002, ao trabalhar como professora da rede estadual de ensino do Tocantins mais precisamente na região do Bico do Papagaio, o olhar voltado para essa região ocorreu de forma diferenciada. Observou-se uma localidade inserida numa escala regional maior, que ultrapassava os limites determinados pelo Estado do Tocantins. Foi então que se resolveu, a partir desse contexto, compreender como se deu a formação regional do Bico do Papagaio e quais características assume regionalmente.

A formação regional do Bico do Papagaio perpassa por diversos contextos até adquirir os contornos atuais. A região pertencia ao Estado de Goiás e passou um longo período de isolamento regional. Entre as décadas de 1960 e 1980 presenciou um período de conflitos agrários. Também serviu como argumento para a emancipação política do Estado do Tocantins. Nesse sentido, no desenvolvimento deste estudo, alguns questionamentos são elencados: Como se deu o processo histórico de ocupação do território do Bico do Papagaio? Como aconteceu a formação regional do Bico do Papagaio num contexto de fragmentação do território goiano, de conflitos agrários e de polarização com os Estados do Pará e do Maranhão? Como a região respondeu e responde a todos esses fenômenos? Que região se constituiu à luz desses processos? Quais as relações socioeconômicas estabelecidas com o Sudoeste do Maranhão e com o Sudeste do Pará? Qual o papel de Araguaína, de Imperatriz e de Marabá na formação da rede urbano-regional do Bico do Papagaio?

Segundo a Secretaria de Desenvolvimento do Estado do Tocantins (SEPLAN), o Bico do Papagaio é uma microrregião do Estado do Tocantins e pertence à mesorregião Ocidental do estado, situada no extremo norte do estado, entre os rios Araguaia e Tocantins. Possui 25 municípios distribuídos numa área de 15.767,856 km<sup>2</sup>, com densidade demográfica de 12,6 hab./km<sup>2</sup>. Tem uma população de 180.500 (IBGE, 2007) habitantes. A região teve seu território ocupado a partir da exploração mineral e, posteriormente, com atividade agropecuária. A expansão das fronteiras recoloca a região como importante via de penetração da Amazônia, Becker (1982, p.169) lembra que “apoiada na grande artéria de penetração, a Rodovia Belém-Brasília, dispõe-se na borda da zona de povoada do conjunto do espaço nacional, dela participando o Norte de Goiás e Leste do Pará.” A expansão

das fronteiras provoca uma alteração nas antigas formas de organização da produção, sendo este, o marco inicial para novos modos de produção na região. Nesse sentido, a capitalização do território marcou profundamente o modo de vida no Bico do Papagaio. Questões agrárias, grilagem de terras, formação de latifúndios passaram a ser constantes na região, emergindo na década de 1980 conflitos que alardearam todo o Brasil.

A análise de tais fatores históricos, relatadas no capítulo I, contribuirá para entender como essa região se configura nos dias atuais e como se dinamiza. Para entender essa dinamização atual, procurou-se compreender como a região era vista no âmbito das políticas nacionais e estaduais. Neste caso, foi necessário recorrer aos conceitos de regionalização e polarização, na medida em que compreender esta região só seria possível observando como se encaixava neste espaço regional, reconhecidamente com sua base regional que vai desde o Sudoeste do Maranhão até o Sudeste do Pará. Em consonância com Haesbaert (1999, p.17), “admitimos que regionalização é um processo amplo, instrumento de análise para o geógrafo em sua busca dos recortes mais coerentes que dêem conta das diferenciações no espaço.” Existe uma necessidade permanente, de se criar instrumentos que analisem as disparidades do espaço e deem conta de proporcionar uma vinculação entre à produção de singularidades coerentes capaz de delimitar uma porção contínua e relativamente estável do espaço, seria esta a delimitação da região. O estudo da polarização seria o caminho pra entender-se como as cidades de Imperatriz no Maranhão, Araguaína no Tocantins e Marabá no Pará se configuram como os centros regionais do Bico do Papagaio. Considerando ainda Augustinópolis e Araguatins, no Tocantins como pólos regionais mesmo que de forma menos relevante. Assim sendo, cabe compreender a região do Bico do Papagaio à luz da regionalização e da polarização.

Vale ressaltar que a microrregião é apenas uma das regionalizações relacionadas neste trabalho. A mesorregião do Bico do Papagaio (definida pelo governo federal como uma região diferenciada) e o Norte do Tocantins são regionalizações trabalhadas como norteadoras para compreensão da região. Nesse sentido, conforme mencionamos, a história regional do Bico do Papagaio, incluindo o estudo da regionalização e a polarização são fatores norteadores para compreensão da formação regional do Bico do Papagaio e para as transformações recentes na região.

Questões relevantes, na proporção em que foram o ponto de partida para o desenvolvimento do estudo e compreensão da região à luz do processo de ocupação do território, da regionalização e da polarização. No decorrer do capítulo III, o primeiro passo foi escolher as regionalizações a serem utilizadas, para tanto recorreremos a três olhares, em diferentes escalas: A microrregião do Bico do Papagaio, assim definida, agrupando 25 municípios limítrofes; A região Norte do Tocantins, utilizada para fins de planejamento, agrupando 38 municípios; e a Mesorregião do Bico do Papagaio, recortada pelo Ministério da Integração Nacional que compreende 66 municípios (25 no Pará, 16 no Maranhão e 25 no Tocantins). Ao longo do estudo percebemos que cada uma das regionalizações implicava em uma intenção. A microrregião era utilizada principalmente pelo IBGE que, com base em similaridades econômicas e sociais, divide o Tocantins em microrregiões e serviria apenas para fins estatísticos. O Norte do Tocantins, esta regionalização procurou agrupar um maior número de municípios, incluindo Araguaína e sua região político-administrativa. No entanto, segue um padrão de similaridade entre os municípios reunidos, apenas no seu próprio Estado, desconsiderando as semelhanças com outros municípios. A terceira regionalização é a do Governo Federal, Mesorregião diferenciada, a única que leva em consideração os três estados, agrupando municípios de acordo com as similaridades econômicas e sociais.

Entende-se que a leitura do Bico do Papagaio à luz dos processos e das funções assumidas no cenário regional é apenas um caminho para a compreensão daquele espaço. Existem infinitas possibilidades de estudo deste espaço regional e uma carência relativa de estudos com tal objeto.

## **2 A TRAJETÓRIA SÓCIO-ESPACIAL DO NORTE DE GOIÁS**

O espaço do antigo Estado de Goiás, o qual incorporava o atual Estado do Tocantins, destacava-se por características que revelam certa heterogeneidade justificada, dentre outros argumentos, pelas diferenciações econômicas entre as porções Norte e Sul do Estado, advindas ainda do período colonial. Essa distinção foi construída ao longo da história do Goiás e cristalizada no decorrer dos séculos, o que provocou a divisão territorial do mesmo, na Constituição de 1988, e criação do Estado do Tocantins.

Fatores como as diferentes correntes de povoamento que se encaminharam para o Norte e Sul de Goiás e a história econômica do Estado, são de relevante importância para entender o atual Estado do Tocantins e sua criação, como também a região do Bico do Papagaio. Desse modo, nos propomos a abordar uma trajetória espacial do território Goiás-Tocantins, analisando os principais fatos que serviram de base e justificativa para a separação e criação do atual Estado do Tocantins e como o Bico do Papagaio foi inserido nessa dinâmica espacial.

### **2.1 As diferenciações entre o Norte e Sul de Goiás: uma construção histórica**

Norte, em Goiás, deixou muito cedo de ser um denotativo meramente geográfico para carregar um peso de oposição política, primeiro, todo um quadro de involução social e atraso econômico, de subdesenvolvimento, diríamos com uma expressão atual, mais tarde (PALACIN, 1990, p.09)

O “Tocantins é filho da Belém-Brasília”. Com esta afirmação Texeira Neto (2005, p.79), expressa o valor incomparável da rodovia na formação territorial do Estado do Tocantins. Todavia, apesar da afirmação expressar o peso da estrada, na estruturação e no crescimento econômico da porção Norte de Goiás, as raízes históricas da criação do Estado do Tocantins repousam em questões sociais, políticas e econômicas, pretéritas à rodovia e que justificariam a posterior cisão do Estado de Goiás.

O Estado de Goiás começa a estruturar-se no século XVII, com os rumores sobre as riquezas auríferas na região. Segundo Palacin (2001, p.19):

No fim do século XVII, o território de Goiás era suficientemente conhecido, tanto em São Paulo como em Belém. Os caminhos de penetração se achavam descritos nos roteiros que corriam de mão em mão, e os rumores não faziam senão avolumar-se [...]. O descobrimento do ouro em Minas, primeiro, e, depois, em Cuiabá, ofereceu uma base sólida a estas especulações: a Bandeira do Anhangüera foi sua conseqüência.

A exploração das minas auríferas em Goiás permaneceu durante todo o século. Foi durante essa exploração do ouro que se formaram os primeiros arraiais. De acordo com Estevam (2004, p. 24):

Os primeiros arraiais do ouro foram erigidos no centro-sul da capitania, tendo sido descobertos entre 1725 e 1731. A partir de então surgiram minas ladeando o rio Tocantins e a sucessão de descobertas ao norte perseguiu até a metade do século quando mineradores da Bahia, Pará, Maranhão e Piauí estabeleceram-se na região.

Em Goiás, a descoberta do ouro, a partir de 1727 significava segundo Estevam (2004, p.23) para o cenário colonial, “um terceiro “eldorado”, depois de Minas Gerais e (1696) e Mato Grosso (1719)”. Esse marco é relevante para as raízes dos problemas entre Norte e Sul. O território goiano que até então, segundo o mesmo autor, era ocupado apenas por indígenas, sofre uma nova ocupação, conforme lembra Palacín (2001, p.22), “sob o signo do ouro, iniciava-se a incorporação de Goiás à história”.

A historiografia de Goiás nos revela que o território goiano atravessou o século XVII e iniciou o XVIII com descoberta de minas auríferas, dando origem aos primeiros arraiais e posteriormente vilas.<sup>1</sup> Goiás ganhava notória representatividade nacional iniciada pela exploração do ouro, o que respondia aos interesses da política externa que tinha, segundo Parente (2003, p.33), um prisma político e outro econômico. Segundo a autora “no campo político, a partir do fortalecimento do Estado nacional português e, segundo, no campo econômico, possibilitando o acúmulo de riquezas por parte da burguesia mercantil metropolitana”. Conforme aconteceu em todo território brasileiro a exploração dos recursos naturais foi à base para o povoamento em Goiás.

A estruturação dos primeiros arraiais, conforme relembra Palacín (1994, p. 27), surgiram próximos a garimpos e tiveram uma atividade intensa. O autor relembra a época:

---

<sup>1</sup> Em A Formação Econômica de Goiás, Bertran, Paulo (1978, p.23) afirma que “a formação do espaço goiano começa com o ouro.”

Goiás entra para história como as Minas dos Goyazes [...]. Os primeiros anos são de uma atividade febril. [...] Bueno funda solenemente o primeiro arraial, o arraial de Sant'Anna. Localizado entre morros, numa quebrada de sopé da Serra Dourada, muito próximo das nascentes do Rio Vermelho, a nova povoação – que deveria converter-se doze anos depois em vila e tornar-se capital – geograficamente se encontra deslocada, como centro de operações, no território goiano, e climaticamente exposta aos rigores de uma insolação concentrada, sem ventilação. Mas a urgência do momento não admite dilações. Há ouro e água, isto basta. Esse será o critério com que irão surgindo os demais arraiais.

Tendo o ouro como égide, inicia-se o povoamento com duas frentes, uma que penetrou ao Sul do território goiano, promovida por mineiros e paulistas e outra penetrando ao Norte do território feita pelos nordestinos, prioritariamente, maranhenses e baianos. É possível verificar que as diferentes frentes de povoamento seriam um fator determinante na distinção Norte e Sul do Estado, de modo que a parte Sul recebe inicialmente migrantes de Minas Gerais e Mato Grosso devido a facilidade de acesso a esta porção do Estado e, posteriormente, migrantes de São Paulo.

No decorrer dos séculos XVIII e XIX, de forma lenta e diferenciada, o povoamento foi acontecendo.<sup>2</sup> Na parte Norte do território, com a mesma explicação de proximidade e facilidade no acesso, recebe inicialmente migrantes do Maranhão e Bahia. A descoberta do ouro trouxe uma nova dinâmica populacional, com uma grande mobilidade de pessoas e o início da estruturação da urbanização na região. Segundo Tiballi (1991, p.21):

O século XVIII viu surgir os primeiros arraiais goianos e, numa sequência cronológica, verifica-se uma concentração maior para a fundação destes núcleos urbanos entre 1720 e 1750, conforme os estudos realizados pelo padre Silva, em 1812. Dos 54 arraiais existentes em Goiás no ano de 1809, apenas 09 não surgiram da extração aurífera.

As datas citadas por Tiballi (1991) em relação à fundação dos núcleos urbanos coincidem com o apogeu do ouro em Goiás, demonstrando que a partir da exploração do ouro ocorreu um maior dinamismo populacional com características como a mobilidade de pessoas e desenvolvimento urbano. Cabe ressaltar que apesar da extração do ouro, fator determinante na formação dos pequenos núcleos urbanos, a atividade agropastoril é outro fato, consequência da mineração, e

---

<sup>2</sup> Osório (1979, p.78) lembra que “a fase de povoamento até 1940 corresponde à ocupação extensiva e rarefeita das áreas de cerrado por grandes posses e na marginalização das áreas de mata pelos povoadores.”

sobrepostos a esta atividade que gerou impulso à urbanização. Nessa direção Barbosa, Teixeira Neto & Gomes (2004, p.64-64), afirmam que numa “relação de causa efeito, a mineração dependia da atividade agropastoril para abastecer as minas, bem como das estradas para levar até aos arraiais auríferos os homens que garimpavam e as provisões que os alimentavam.” A tabela a seguir demonstra os momentos mais significativos e que influenciaram o povoamento do território goiano e tocantinense a partir do século XVIII:

**Quadro 1:** Fatores de contribuição para colonização Goiás/Tocantins

SÉCULO/ANO	FATORES DETERMINANTES PARA COLONIZAÇÃO GOIÁS/TOCANTINS
XVIII e XIX/1722 a 1822	Corrida do ouro, nos tempos coloniais.
XVIII e XIX	Caminhos, abrindo passagem e dando sustentação à articulação espacial do território.
XIX e XX	Agropecuária tradicional
XX	Colonização espontânea e oficial em zonas pioneiras
XX/1940 a 1950	Garimpagem de pedras preciosas e de cristal de rocha

**Fonte:** Barbosa, Teixeira Neto & Gomes (2004)

Em princípio, este povoamento aconteceu na parte Sul do território, durante as três primeiras décadas do século XVIII e, em seguida, na parte Norte do território, entre os anos de 1730 a 1750. O contingente populacional que deu origem a estes povoados, conforme Tiballi (1991, p.23) eram “de pessoas que migravam basicamente da Bahia (vale do São Francisco) e do Pará, além do Maranhão e Piauí, pela via fluvial. [...]”. Segundo a autora o “Sul teve sua formação consolidada por mineiros do triângulo [...]. Esse povoamento é feito de forma a inserir Goiás nas lucrativas minas do Império português.

Existia uma dificuldade na administração da Minas de Goyases devido à extensão longitudinal do território, o que viria mais tarde desencadear conflitos entre as porções Norte e Sul do território. Segundo Estevam (2004 p.51), “a enorme

superfície territorial – encurralada entre rios – acarretou dificuldades para a administração, principalmente em função do distanciamento entre suas formações mineradoras”. No entanto, medidas foram tomadas para uma melhor gestão desse imenso território. De acordo com Palacín (2006, p.45):

A partir de 1809, quando o Brasil já vivia o processo de sua emancipação política, foi o nosso território dividido em duas comarcas: a do sul, compreendendo os julgados de Goiás (cabeça ou sede), Meia Ponte, de Santa Cruz, de Santa Luzia, de Pilar, de Crixás e de Desemboque; a do norte, compreendendo os julgados da Vila de São João da Palma (cabeça ou sede), da Conceição, da Natividade, de Porto Imperial, de São Félix, de Cavalcante e de Trahiras.

Mesmo com as estratégias criadas para governar o território, não foi possível corrigir as disparidades entre Norte e Sul de Goiás, à medida que as dificuldades em gerir duas porções tão distantes espacialmente aumentaram ao passar dos séculos, e se adicionaram questões de ordem econômica, social e cultural.

A decadência da mineração, ainda no final do século XVIII, com uma paulatina queda na produção, trouxe uma nova estruturação da base econômica de Goiás. Palacín (2006, p.17) lembra que a “época do ouro em Goiás foi intensa e breve. Após 50 anos, verificou-se a decadência rápida e completa da mineração”. Com o contínuo colapso das jazidas, emerge um aumento na exploração rural, evidenciando mudança no modo de exploração das atividades produtivas. A característica principal dessa nova atividade era uma produção, quase que unicamente, para a própria subsistência.

A alternativa encontrada com o declínio da mineração foi à atividade baseada na agricultura e pecuária, predominantes até os dias atuais. Conforme Parente (1999, p.96):

Na economia de subsistência, a população encontra mecanismos de resistência para que possa se integrar, mesmo lentamente, a uma nova forma de atividade econômica, baseada na produção agropecuária, que predomina até hoje e constitui a base da economia do atual Estado do Tocantins.

A atividade produtiva que se desenhava no Norte de Goiás tinha uma base na pecuária extensiva, propícia para a região que tinha a seu favor uma grande extensão e pastos naturais. A agricultura explorada naquele território era a agricultura camponesa caracterizada pela fraca utilização de insumos e pela predominância do trabalho familiar. Dessa forma, podemos constatar que o Norte de

Goiás foi estruturando-se com aptidões para a pecuária e agricultura, a qual vale lembrar, tinha fraca produtividade, demonstrando uma economia à margem, sem grande influência e participação de destaque na receita de Goiás

O rio Tocantins exercia grande influência nessa atividade produtiva, manifestava-se como o articulador alternativo da economia no Norte goiano, já que através dele, o Norte e principalmente o Bico do Papagaio integrava sua economia a outras regiões do país, em especial aos Estados do Maranhão e Pará.

Sobre a estrutura fundiária, Alencar (1993, p.49) assegura que “chegou-se ao fim do período colonial com dois traços fundamentalmente marcantes na estrutura agrária: o latifúndio e a posse não raramente interligados. Para o interior a posse era uma realidade irrefutável.” Este fato vai marcar profundamente o território do Bico do Papagaio no séc. XX, ao passo que será palco de um dos mais violentos conflitos agrários do país, fato muito comum na expansão das fronteiras. O extremo Norte de Goiás viria a ser uma fronteira de penetração para a Amazônia e sua apropriação. No que concerne a esta afirmação, fica explícito que o Estado de Goiás desde o início de sua ocupação, desenhava-se uma separação entre o Norte e o Sul do Estado, fato que consubstanciava um iminente desejo de autonomia no Norte, na proporção em que acusava o governo do Sul de completo desamparo e o governo culpava o Norte de não cobrir sequer os gastos com o funcionalismo.

O movimento<sup>3</sup> que intencionava a separação do Norte de Goiás começa em 1821, com o embaixador Joaquim Teotônio Segurado e culmina com a Lei promulgada na Constituição de 1988, a qual criava o mais novo Estado da Federação, o Tocantins.<sup>4</sup> O argumento para tal separação, em princípio, se pautava na inquietação da população local com o isolamento e descaso político com a região. O movimento para a separação repudiava segundo Cavalcante (1999, p.73), a “situação de abandono político-administrativo a que estavam relegados desde a decadência das minas auríferas da região”. Ao longo do século XX o movimento foi ganhando força, se configurando como notável movimento separatista deste século.<sup>5</sup>

Os sustentáculos do referido movimento ganhavam força na medida em que o

---

<sup>3</sup> Sobre movimentos de separação Goiás/Tocantins ler: CAVALCANTE (1990); COSTA, Célio (1985); SILVA, Otávio Barros (1996); PARENTE (2003); PALACIN (1975).

<sup>4</sup> Em 5 de outubro de 1988 o norte de Goiás é emancipado e passa a se chamar Tocantins. Em 1º de janeiro de 1989 a Unidade Federativa do Tocantins é oficialmente instalada. (ver Constituição brasileira 1988)

<sup>5</sup> Podemos citar como destaques nesse movimento a luta de Joaquim Teotônio Segurado ainda no final do século XIX, e ao longo do século XX merecem destaques os conflitos agrários entre os anos de 1970 a 1980, todos foram fortes argumentos para emancipação do estado. CAVALCANTE (2005)

Centro-Sul de Goiás se estabelecia com notório crescimento demográfico e capacidade de produção, o que era inversamente proporcional com o que acontecia com o Norte de Goiás, que permanecia relegado a permanecer num vazio demográfico e sem força produtiva.

A partir da década de 1930, no sentido de integrar espaços vazios e criar um mercado comum com o objetivo consolidar o projeto político que tinha um discurso desenvolvimentista, o Estado elabora uma série de estratégias. Dentre elas podemos ressaltar: nos anos de 1940 a construção de Goiânia - a nova capital do estado de Goiás, a construção de Brasília e de algumas rodovias, dentre elas uma de importância fundamental na formação territorial do estado do Tocantins, a Belém-Brasília.

Essa trajetória marca a história de Goiás, assim como a do jovem Estado do Tocantins, a desempenhar influências diretas no que é hoje a região do Bico do Papagaio.

## **2.2 O papel da rodovia Belém-Brasília na formação regional do Norte do Tocantins**

A abertura da rodovia Belém-Brasília modificou quase que completamente a estrutura socioeconômica predominante no Norte goiano (atual Tocantins). Antes da sua construção, a região era quase desabitada, em parte devido à infra-estrutura desse Estado, cuja principal via de comunicação era o rio Tocantins (SOUZA, 2004, p.370).

O projeto de desenvolvimento, articulado no governo Juscelino Kubitschek, tinha pretensão de construir a capital do país em pleno cerrado brasileiro, o que fez surgir à necessidade da construção de rodovias, ligando-a a diversos pontos do território brasileiro. Tal projeto, denominado Plano de Metas<sup>6</sup>, tinha aspiração de reordenar o espaço nacional de forma a induzir uma integração das regiões Norte e Centro-Oeste ao restante do país e cuja economia, até então, era sem grande influência no mercado nacional. Pretensões características de um Estado que desejava descentralizar as atividades econômicas do país e ao mesmo tempo torná-lo integrado para melhor competir e entrar no mercado externo. O Programa de Metas, dentre outros objetivos, desejava com a construção da capital brasileira no

---

<sup>6</sup> Desenvolvido no governo de Juscelino Kubitschek, o Plano de Metas tinha como objetivo investir em: energia, transporte, alimentação, indústria de base, educação e a construção da nova capital federal, Brasília, no Centro-Oeste do Brasil.

Centro-Oeste, fazer uma ligação rodoviária com as demais regiões, o que segundo Borges (2000, p.59) “permitiria a circulação de mercadorias entre áreas agrário-extrativas do interior e os centros urbano-industrializados do Sudeste.”<sup>7</sup>

O Estado, a partir de 1930, começou a elaborar estratégias com o objetivo de criar um mercado econômico nacional, que até então não existia, ou era inexpressivo. Nesse sentido deu início à chamada “Marcha para Oeste” a fim de integrar espaços vazios. Conforme afirma Ferraz (2000, p.42):

A chamada ‘marcha para o oeste’ a partir dos anos trinta visava à integração econômica do território brasileiro, objetivando criar um mercado. A expansão das rodovias tornou acessíveis as populações de uma vasta área os produtos do capital industrial, concentrados, sobretudo em São Paulo.

O Estado Nacional precisava fortalecer o mercado interno, a construção de Brasília, a capital federal construída no interior do país seria um passo indispensável neste projeto e teria a função de engendrar a política de abertura de capital estrangeiro promovida no governo de Kubitscheck. É inegável que a transferência da capital do Sudeste para o Centro-Oeste do país, necessitaria de investimentos na área de transporte, os quais viriam a atender, dentre outras necessidades, a ligação da Região Amazônica, até então isolada, ao restante do país. Naquele momento histórico era indispensável à expansão da fronteira agrícola como alternativa, na política de integração nacional.

A Marcha para o Oeste tinha como objetivo, aliviar pressões demográficas no Sudeste e Sul do país<sup>8</sup>. Um momento de definições no campo da divisão regional do trabalho. O Centro-norte do país teria a função de produzir gêneros agropecuários e mais que isso, seria um forte mercado consumidor. A expansão da fronteira agrícola exigia a estruturação da rede rodoviária, preparando as regiões brasileiras tanto para integração do mercado nacional quanto para a divisão da atividade produtiva. A Marcha para o Oeste foi um plano de desenvolvimento que, de acordo com Aquino, (1996, p.60) contava com “a decisiva participação do Estado, havendo uma comunhão de interesse dos governos federal e estadual, com outro universo, o da economia, em busca de dilatação das fronteiras e de se modernizar.” É nesse

---

<sup>7</sup> Emergia no país, com o Presidente Juscelino Kubitschek uma política que integrasse o espaço brasileiro ao pólo industrial, representado por São Paulo. (SOUZA, 2004)

<sup>8</sup> A "marcha para o Oeste" foi uma ação governamental na tentativa de ocupar e explorar as áreas menos povoadas, distribuindo melhor a população brasileira que se concentrava principalmente no litoral do Brasil, objetivando o desenvolvimento do país. (FERRAZ, 2000)

contexto que surge a Belém-Brasília ou BR-153. A rodovia teve sua construção, segundo Aquino, (1996, p.113) “iniciada no final dos anos 50, foi inaugurada em 1960 e teve sua pavimentação concluída na metade da década de 70.” A Belém-Brasília edificou as bases para a integração do país, ligando o Norte e o Sul do Brasil.

No território goiano foi grande o impacto da rodovia, reestruturando a economia da parte Norte do Estado, fundamentalmente de subsistência mesmo de modo incipiente, integrando-se ao Estado. Outra consequência importante advinda com a construção da rodovia foi à aceleração do crescimento populacional e a formação dos núcleos urbanos. Observando o censo de 1950 e o de 1980, percebe-se que a população quase quadruplicou nas três décadas.

**Quadro 2:** População Goiana entre às décadas de 1950 e 1990

ANO	POPULAÇÃO
1950	204.041
1980	738.668
1991	920.116
1994	990.760

**Fonte:** IBGE, Censo Demográfico/ Contagem da População 1950, 1980, 1991, 1994. Dados organizados por: Ruteia Lima Almeida.

É importante destacar que, no Norte de Goiás, apesar do surgimento de diversos núcleos urbanos, houve uma estagnação econômica de vários núcleos já existentes. Nessa direção observa-se uma via de mão-dupla no impacto da rodovia. Com isso, Borges (1998, p. 164-165) ressalta que:

Os núcleos populacionais antigos, principalmente os localizados no vale do Tocantins, estagnaram-se e novos aglomerados urbanos foram criados e se desenvolveram ao longo da estrada. As regiões de povoamento e estruturas arcaicas transformaram-se em regiões de êxodo.

A estagnação aconteceu principalmente com os municípios ribeirinhos. A navegação fluvial entrou em declínio como transporte mercantil, na proporção que com a rodovia se levava menos tempo para transportar as mercadorias. Segundo Souza (2004, p.382) “algumas cidades perderam sua importância para certos núcleos urbanos, que se desenvolveram com muita rapidez.”

Com a implantação da rodovia Belém-Brasília, Borges (2000, p.61) afirma que “o território goiano adquiria uma unidade de fato, assentada numa coluna dorsal que os rios Tocantins e Araguaia não puderam oferecer.” Em seu trabalho clássico, Valverde e Dias (1967, p.02), para melhor análise, dividiram a rodovia em secção Norte, secção Central, secção do Sul. Os autores buscavam compreender as faixas de terras por onde a rodovia iria passar:

A secção do Norte vai de Belém até as proximidades de Açailândia. [...]. Compreende a região cuja vegetação natural é a hiléia amazônica, e que, embora povoada em certos trechos por brasileiros oriundos de outras partes (Nordeste, Meio-Norte, Minas Gerais), teve, na maior parte, a ocupação feita a partir de Belém e suas vizinhanças [...]. A secção Central compreende os médios vales do Tocantins e Araguaia.

A secção do Sul perpassa, de acordo com Valverde e Dias (1967, p.03) “pelo Planalto Central, no divisor Amazonas-Prata e altos cursos das duas bacias, onde se situam os importantes centros como Brasília, Goiânia, Anápolis e Goiás; por quase todo o Mato Grosso, de Goiás, e, por fim, pelo alto vale do Tocantins [...]”. Podemos afirmar que a secção do Sul é o trecho mais desenvolvido, por onde a rodovia se estende.

A secção Central percorre terras de Goiás, chegando até o Maranhão através do Norte de Goiás, atual Tocantins. Tal faixa interferiu diretamente na formação regional do extremo Norte de Goiás, região do Bico do Papagaio. Sobre a abertura da rodovia Belém-Brasília, Valverde e Dias (1997, p.177) afirmam que esta funcionou como “um dreno colocado numa região próxima ao centro geométrico do país e estagnado por falta de circulação.” Conforme já dissemos, as regiões por onde a rodovia passa, atravessou profundas mudanças em sua estrutura interna: integração com o Brasil, criação de cidades, mudança na economia e na produção agrária e pecuarista. A Belém-Brasília se constituiu numa grande via de comunicação entre o então Norte goiano e o restante do país.

A construção da Belém-Brasília dá início a uma ocupação acelerada na região Tocantina, motivando a criação de várias cidades ao seu entorno, inclusive na região do Bico do Papagaio. Conforme Barbosa, Teixeira Neto & Gomes (2004, p.79), a criação dessa rodovia foi fundamental para a nova configuração sócio-espacial que se originou na região Norte de Goiás (atual Tocantins):

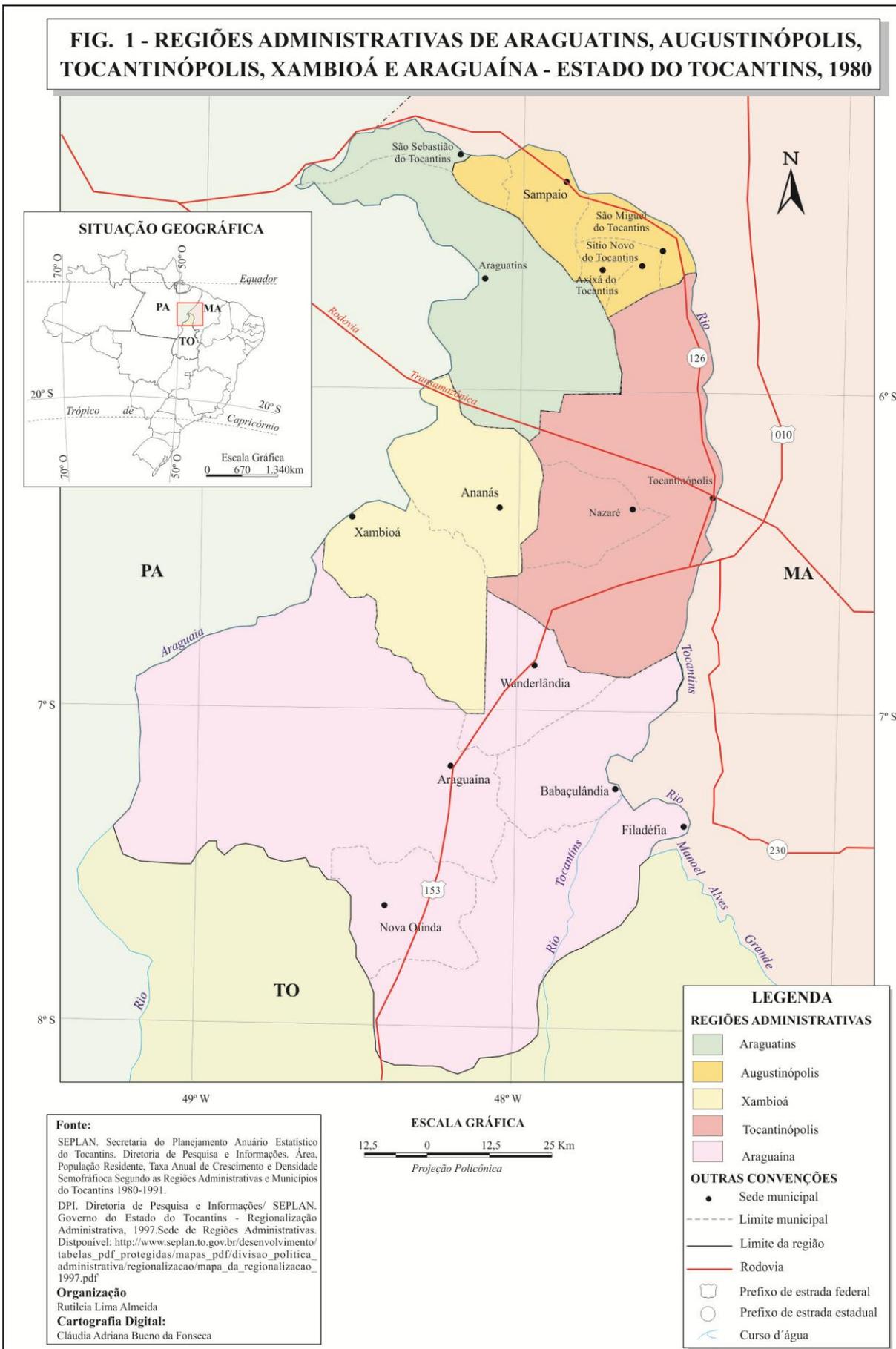
Podemos afirmar sem nenhum constrangimento que o Estado do Tocantins é 'filho' da Belém-Brasília. Sem ela, o Estado não passaria hoje, de um imenso território mesopotâmico [...]. O Estado do Tocantins é uma dádiva da grande rodovia, porque praticamente não há cidade que não tenha nascido no seu ventre [...].

A afirmação dos autores demonstra o papel da rodovia na reestrutura interna da região Norte de Goiás (atual Tocantins), modificando o seu espaço e sendo determinante na criação de várias cidades em seu entorno. No bojo dessa reestruturação, é importante lembrar que houve uma interferência, em sua economia, antes, essencialmente de subsistência e pós-rodovia, adquirindo outras formas produtivas.

A rodovia Belém-Brasília, torna-se um marco na formação do Norte de Goiás, um eixo de penetração e de envergadura incontestável no povoamento e urbanização da região, que se caracterizava pelo isolamento que delineava um território estagnado e sem grandes perspectivas de investimentos.

Os mapas a seguir demonstram a fragmentação e origem de alguns municípios após a década de 1980, quando se conclui a rodovia e o Estado do Tocantins e se emancipa a de Goiás.

**FIG. 1 - REGIÕES ADMINISTRATIVAS DE ARAGUATINS, AUGUSTINÓPOLIS, TOCANTINÓPOLIS, XAMBIOÁ E ARAGUAÍNA - ESTADO DO TOCANTINS, 1980**



**Fonte:**  
 SEPLAN. Secretaria do Planejamento Anuário Estatístico do Tocantins. Diretoria de Pesquisa e Informações. Área, População Residente, Taxa Anual de Crescimento e Densidade Semográfica Segundo as Regiões Administrativas e Municípios do Tocantins 1980-1991.  
 DPI. Diretoria de Pesquisa e Informações/ SEPLAN. Governo do Estado do Tocantins - Regionalização Administrativa, 1997. Sede de Regiões Administrativas. Disponível: [http://www.seplan.to.gov.br/desenvolvimento/tabelas\\_pdf\\_protegidas/mapas\\_pdf/divisao\\_politica\\_administrativa/regionalizacao/mapa\\_da\\_regionalizacao\\_1997.pdf](http://www.seplan.to.gov.br/desenvolvimento/tabelas_pdf_protegidas/mapas_pdf/divisao_politica_administrativa/regionalizacao/mapa_da_regionalizacao_1997.pdf)  
**Organização**  
 Rutileia Lima Almeida  
**Cartografia Digital:**  
 Cláudia Adriana Bueno da Fonseca

**LEGENDA**

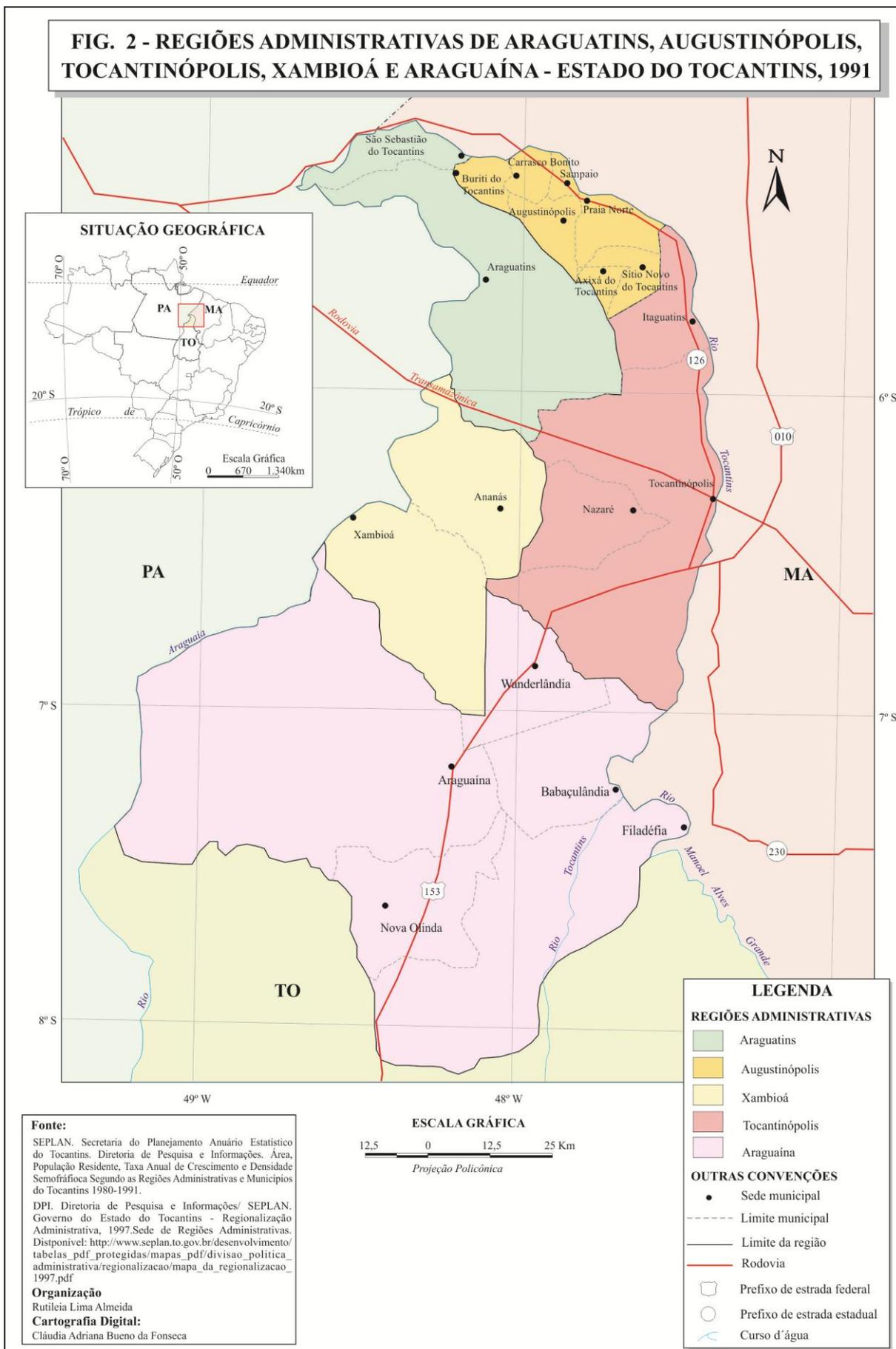
**REGIÕES ADMINISTRATIVAS**

- Araguatins
- Augustinópolis
- Xambioá
- Tocantinópolis
- Araguaína

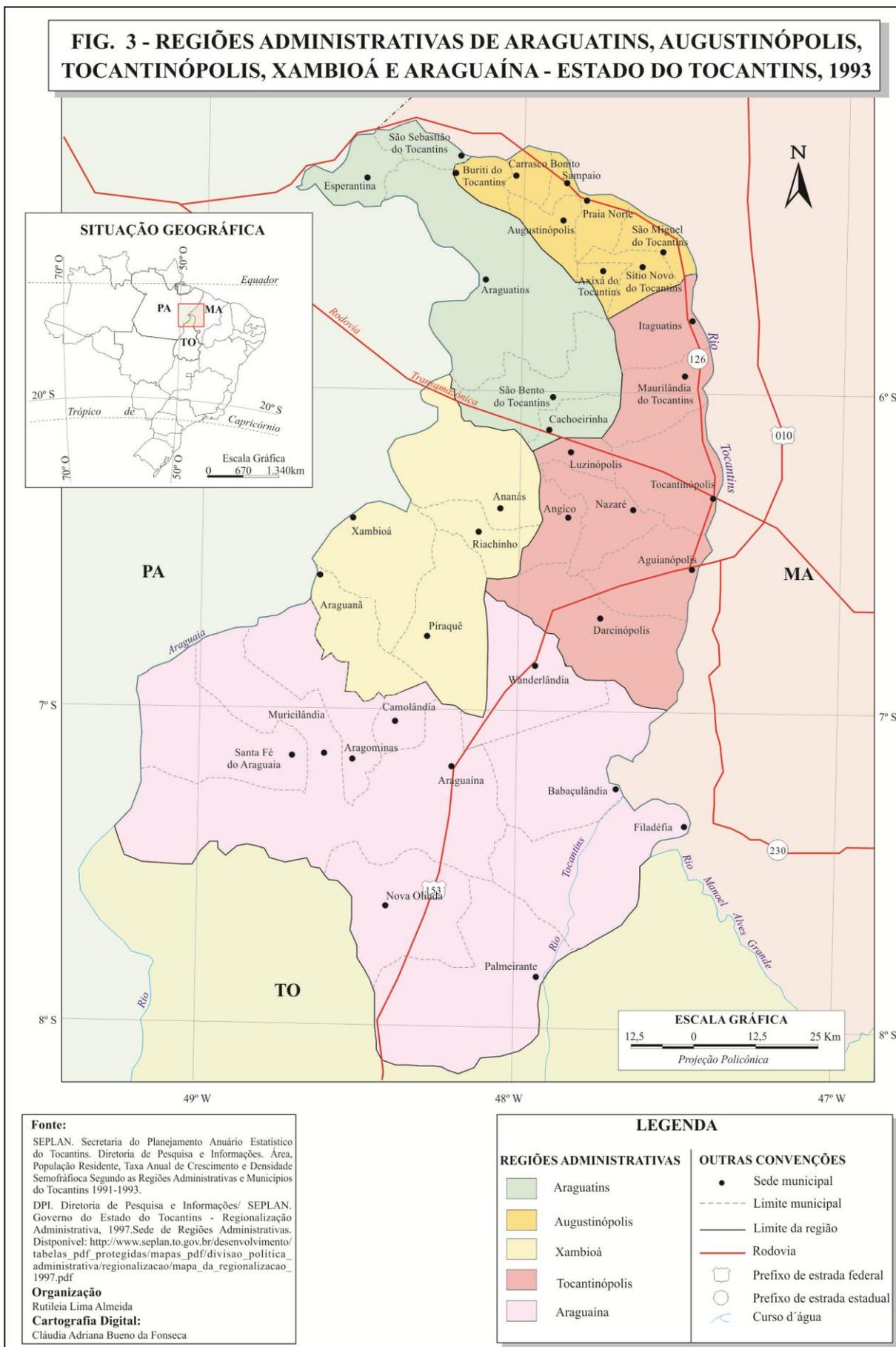
**OUTRAS CONVENÇÕES**

- Sede municipal
- Limite municipal
- Limite da região
- Rodovia
- Prefixo de estrada federal
- Prefixo de estrada estadual
- Curso d'água

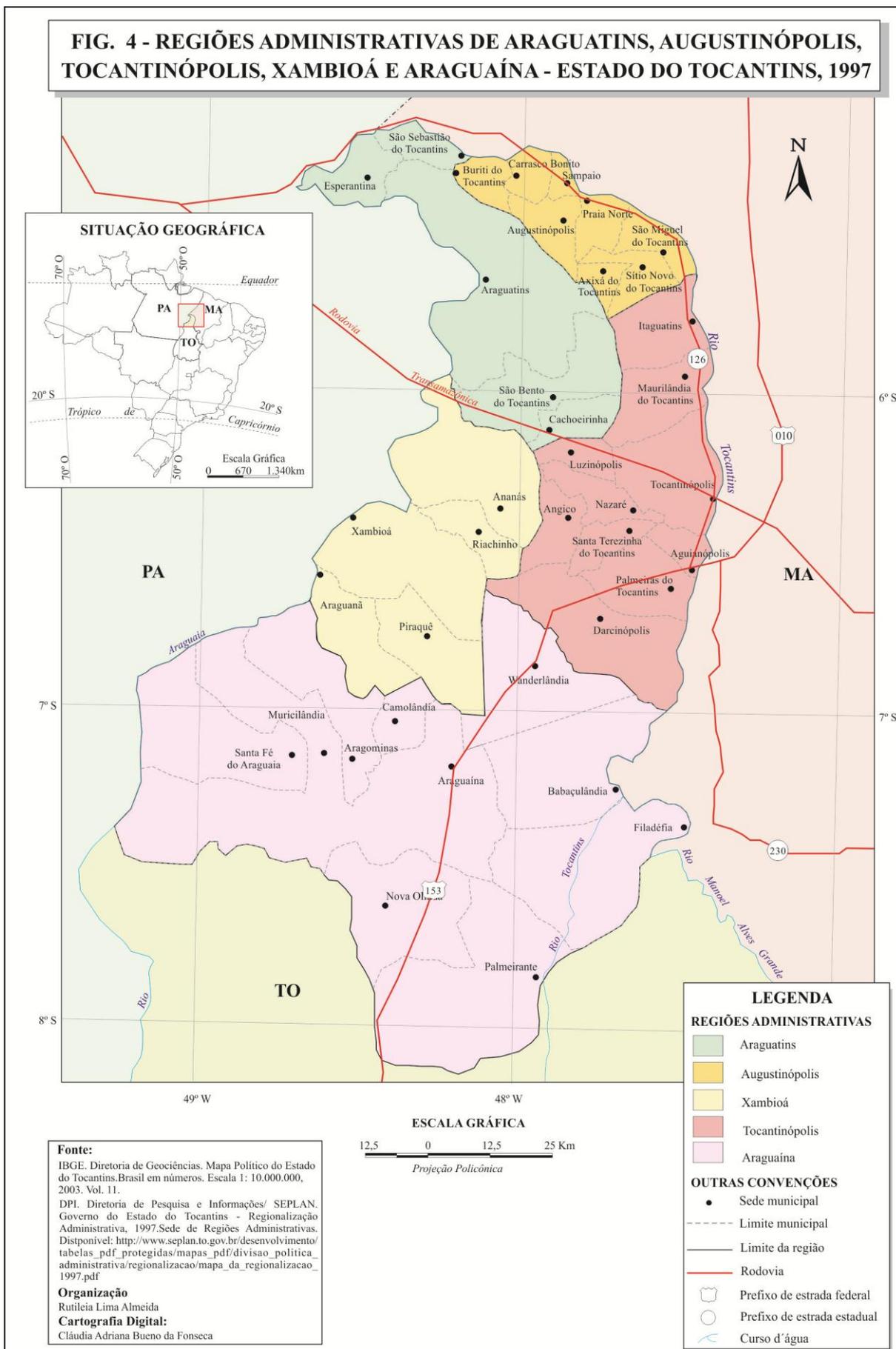
**FIG. 2 - REGIÕES ADMINISTRATIVAS DE ARAGUATINS, AUGUSTINÓPOLIS, TOCANTINÓPOLIS, XAMBIOÁ E ARAGUAÍNA - ESTADO DO TOCANTINS, 1991**



**FIG. 3 - REGIÕES ADMINISTRATIVAS DE ARAGUATINS, AUGUSTINÓPOLIS, TOCANTINÓPOLIS, XAMBIOÁ E ARAGUAÍNA - ESTADO DO TOCANTINS, 1993**



**FIG. 4 - REGIÕES ADMINISTRATIVAS DE ARAGUATINS, AUGUSTINÓPOLIS, TOCANTINÓPOLIS, XAMBIOÁ E ARAGUAÍNA - ESTADO DO TOCANTINS, 1997**



Para melhor entender o impacto da divisão territorial de Goiás e da rodovia Belém-Brasília, na formação dos municípios do Norte do Tocantins, os mapas precedentes, são a tradução desse impacto, pois demonstram o grande número de municípios gerados a partir da conclusão da rodovia e da emancipação do Estado do Tocantins.

Se compararmos os mapas da divisão política do Tocantins, em especial da região do Bico do Papagaio nas décadas de 1980 e 1990 (mapas anteriores), ou seja, num período anterior e posterior à emancipação política do Tocantins, constatamos, em princípio, que a região sofreu recortes, com criação de um grande número de municípios. Em 1970 a região tinha 12 municípios (Araguatins, São Sebastião do Tocantins, Axixá do Tocantins, Sítio Novo do Tocantins, Itaguatins, Nazaré, Tocantinópolis, Ananás, Xambioá, Araguaína, Babaçulândia e Filadélfia) e passa a ter 38 duas décadas depois. As cidades de Augustinópolis (hoje um pólo de comércio e serviços importante para região), Buriti do Tocantins, Praia Norte, Sampaio, Nova Olinda e Wanderlândia, emancipadas no ano de 1991, logo após o Estado do Tocantins se tornar uma Unidade Federativa. Em 1993, o número de municípios, do Bico do Papagaio, passa de 18 para 35 municípios<sup>9</sup>, praticamente dobrando. Em 1997, quando o último recorte foi feito, foram emancipados os municípios de Aguiarnópolis, Angico e Luzinópolis.

Outro fato que se constata nos mapas, é que os recortes dos municípios e a criação dos mesmos foi, em sua maioria, no lado direito da região do Bico do Papagaio, ou seja, em direção a BR-153 devido à proximidade com mesma. O que implica em reafirmar o papel da rodovia na reestruturação da região. A fragmentação dos municípios na região tem relação direta com a rodovia. Segundo Osório (1979, p.134) a maioria dos municípios foi subdividida a partir de “1956, com o início da construção da Belém-Brasília. [...] parece ter havido consciência, por parte do governo, de que a alocação de órgãos governamentais pode representar um fator de fixação do povoamento na medida em que atrai investimentos.”

A autora ainda elenca uma série de fatores que contribuem para a fragmentação dos espaços e criação de novas unidades administrativas.

---

<sup>9</sup> Merece destaque não apenas o crescimento no número de municípios, mas também a reestruturação e crescimento de alguns já existentes. Araguaína merece grande destaque nesse sentido, com a rodovia a cidade passa segundo Osório (1979, p.102) “a se relacionar com Goiânia, Belém, Anápolis e Brasília e inicia a estruturação de sua área de influência.”

(a) interesse tributário, no caso de crescimento das atividades econômicas e de crescimento populacional, pois o município assegura o recolhimento do ICM e a cobrança de outros tributos; (b) interesses eleitorais: os políticos em cujo “curral eleitoral” surjam novos habitantes tem interesse na colocação do “seu” prefeito. [...]; (c) interesse dos habitantes locais, principalmente pequenos comerciantes e fazendeiros, no intuito de valorizar suas propriedades ao aumentar a probabilidade da administração pública colocar escolas, hospitais, correio, cartório, etc. no local.

Em todo o Estado do Goiás, na década de 1950, o censo registrava a existência de 77 municípios, das quais 14 (Araguacema, Araguatins, Arraias, Dianópolis, Filadélfia, Itaguatins, Miracema do Tocantins, Natividade, Pedro Afonso, Porto Nacional, Paranã do Tocantins, Peixe, Taguatinga, Tocantinópolis), localizavam-se na parte Norte do Estado, hoje atual Tocantins. No ano da emancipação do Tocantins, o Estado tinha 62 municípios e conta hoje com 139, um aumento de mais de 100%. Desse total, o Norte do Tocantins (Bico do Papagaio) conta com 38 municípios. A partir da análise feita, podemos verificar que não apenas a rodovia Belém-Brasília tem impacto na urbanização da região do Bico do Papagaio, mas a divisão política de Goiás também foi de grande relevância nesse sentido. Barbosa, Teixeira Neto & Gomes (2004, p.101) verificam que “a constituição federal do país outorga às Assembléias Legislativas de cada Estado o direito de realizar novas redivisões territoriais municipais”, de maneira que várias vilas ou povoados foram elevados à categoria de municípios e isso se deve a uma série de fatores conforme mencionados.

É inegável a afirmação de que a BR-153 influenciou na criação ou estruturação das cidades do Tocantins e da região do Bico do Papagaio, de forma que foi fundamental neste sentido, o que viria a contribuir em uma posterior emancipação do Estado de Goiás. Afirmam Barbosa, Teixeira Neto & Gomes (2004, p. 79), que no Tocantins, a “BR-153 é mais que a espinha dorsal que dá sustentação e viabilidade econômica e social ao território, porque ela é a causa direta do seu desenvolvimento e crescimento urbano e até mesmo da criação do Estado”, de maneira que, de acordo com os autores, o Norte de Goiás era um território “isolado do Sul do país e sem saída para o Norte, a não ser por água, como antigamente.”

As cidades de Araguaína e Imperatriz são exemplos de municípios que se estruturaram rapidamente com a construção da BR-153. Desenvolveram-se economicamente e se configuraram como municípios de destaque regional. Valverde e Dias (1986, p.204) lembram que:

De fato, Araguaína pouco tem de comum com os núcleos situados mais a sul, sobre a BR-014; seu crescimento absoluto só foi superado pelo de Imperatriz, que não se lhe pode comparar, no entanto, quanto ao desenvolvimento relativo, após a abertura da rodovia. O papel que Imperatriz desempenha em relação a Porto Franco, Montes Altos e Grajaú, é cada vez mais assumido, na parte meridional deste trecho, por Araguaína, relativamente a Babaçulândia, Filadélfia e Xambioá.

Imperatriz e Araguaína passam por uma intensa modificação em sua economia, Valverde e Dias (1986, p.204) argumentam que Imperatriz, durante a construção da rodovia, passa por “um surto de crescimento”, desenvolvendo seu “setor de serviços, como, por exemplo, a casa de saúde, de iniciativa particular, que tornou Imperatriz independente das influências de Marabá e Carolina.”.



**Figura 5:** Vista da rodovia Belém-Brasília entre as cidades de Imperatriz-MA e Araguaína-TO  
**Fonte:** Almeida, Ruteleia Lima (2009)



**Figura 6:** Vista da rodovia Belém-Brasília entre as cidades de Amaralina-GO e Uruaçu-GO  
**Fonte:** Arrais, Tadeu Alencar (2008)

Em relação à Araguaína, Valverde e Dias (1986, p.204), lembram que este núcleo já existia antes da abertura da estrada:

Segundo o testemunho de um antigo morador, em 1944, o local possuía 6 casas e tinha o nome de Lontras (nome do rio próximo). O grande impulso só lhe veio, porém, há cerca de 5 anos, após a abertura da rodovia, com o afluxo de povoadores mineiros, goianos, paulistas, paraenses, maranhenses, piauienses e nordestinos.

Paralelamente, há que se acrescentar que a rodovia, ou melhor, os investimentos gerados para ligar o Sul ao Norte do país também foram emblemáticos no seu efeito perverso, já que instalaram nos arredores um rastro de pobreza, na medida em que foi construída não com o objetivo de desenvolver economicamente e socialmente o Norte de Goiás, mas de usá-lo, enquanto passagem. Neste caso o Estado atua no sentido de promover e ressaltar as desigualdades regionais. O reflexo desse efeito cruel se manifesta na forma de uma região que serviu apenas para um acesso e fluxo de riquezas, apenas um eixo de transporte.

Segundo Borges (2000, p.65), a construção da rodovia Belém-Brasília em Goiás demonstra que:

Por um lado, integrou fisicamente o Estado e abriu a região setentrional para o avanço da fronteira agrícola. Por outro, as transformações e o desenvolvimento econômico regional, proporcionados pela rodovia, fortaleceram o movimento separatista nortense que culminou com a criação do Estado do Tocantins no final da década de 1980.

Isso implica em dizer que mais uma decisão nacional tem seus reflexos na formação territorial do Tocantins e, conseqüentemente, do Bico do Papagaio. De fato, essa região passou por inúmeros fatores que implicaram direta ou indiretamente na sua formação.

### **2.3 Conflitos agrários: uma problemática regional na década de 1980**

A rapidez espantosa das transformações que ocorrem no Bico do Papagaio fez com que, em consonância com elas, também se transformassem as minhas expectativas. Esperança, revolta, desânimo, foram sentimentos que se sucederam e se alternaram [...]. Lembro do entusiasmo que me despertou a capacidade organizatória dos posseiros [...], quando ainda estava no início da prática das roças coletivas. Gradativamente outros grupos de camponeses passaram a adotá-la e, do lado goiano do Bico, cada vez mais o espaço passou a ser produzido como forma de luta contra a expropriação pretendida pelos grandes proprietários (SADER, 1986, p.187).

A região do Bico do Papagaio possui seu espaço geográfico localizado no Norte do Estado do Tocantins, às margens dos rios Tocantins e Araguaia, entre os Estados do Pará e Maranhão. A região só teve sua ocupação de forma mais intensa nos séculos XIX e XX. Ferraz (2000, p.111) relembra que:

A ocupação definitiva dessa região ocorreu no final do século XIX, com os criadores de gado, seguidos por religiosos em busca de almas e por mineiros em busca de ouro, fundadores das primeiras cidades ribeirinhas do Araguaia e Tocantins.

De acordo com o que foi dito anteriormente, a origem dos primeiros ocupantes da região Norte e Nordeste de Goiás, devido à relação de contigüidade territorial, era oriunda principalmente do Maranhão, Pará, Piauí e Bahia. Reiteramos ainda, que com a decadência das minas auríferas, a pecuária e a limitada produção agrícola existentes na retaguarda da economia goiana, passaram a ser a salvação para muitos que haviam se instalado no território. Prado Jr. (1994, p.69), afirma que:

A pecuária expandiu-se no fluxo de uma frente migratório proveniente do Maranhão, de onde se deslocaram pequenos criadores de gado, no sentido oeste, a procura de pastagens. Juntamente com os missionários, também promotores da ocupação do território, os pequenos pecuaristas deram origem, ainda no século XIX, a alguns núcleos urbanos.

Ferraz (2000, p.29) indica que “uma frente agrícola maranhense se projeta para o Norte, já na divisa com o Pará”. O que nos leva a concluir que a inclinação dos nordestinos no trabalho com a terra começava a se sobressair. Vale ressaltar que essas atividades encontraram diversos empecilhos no seu desenvolvimento, na sua aptidão com um modelo de produção baseado na subsistência e no trabalho familiar, que de maneira geral, resiste até o momento na região.

No entanto, em meados do século XX a frágil estrutura produtiva do Norte goiano, baseada numa produção agropecuária que, conforme ressaltamos, tinha por objetivo apenas o sustento das famílias, sofre algumas alterações, já que a região é “inserida” no modelo econômico nacional e desejava incorporar todos os espaços do país, no sentido de integrar o território nacional, provocando uma mudança na estrutura sócio-econômica da região do Bico do Papagaio. Uma importante ressalva a respeito da integração do Norte do país ao cenário econômico nacional e suas implicações no Bico do Papagaio, é feita por Sader (1986, p.39):

O mesmo papel desempenhado pela Belém-Brasília na ocupação dos anos 60, a Transamazônica desempenha de forma ampliada na década seguinte. A esse respeito é revelador o artigo de uma revista norte-americana na época da construção da estrada, sob o título “Uma nova rodovia para salvar o nordeste combalido”. Fazendo uma crítica à atuação da SUDENE no NE, que concentrou as indústrias na região litorânea. O articulista se refere à rodovia em construção como sendo um artifício que liga a miséria ao pauperismo.

O rápido aumento da população do Bico do Papagaio promovido pela imigração, nas décadas que sucederem o anúncio da integração do país e expansão da fronteira agrícola, mantendo um equivocado discurso da inesgotabilidade da oferta de terras, trouxe um novo modo de olhar a terra e seu uso, acrescentando aquela região novos ritmos de vida e outras conformações.

É possível perceber como no Bico do Papagaio a terra vai adquirindo novos usos. Sader, (1986, p.39) observa que:

O extremo norte goiano, em 1960, 98% dos estabelecimentos ocupavam metade da área total cultivada, tendo menos de 100 ha. Já em 1980, são 73,8% os estabelecimentos com menos de 100 ha, mas ocupando apenas 14,13% da área. Imperatriz o contraste é maior, porque em 1960 quase que a totalidade dos estabelecimentos tinham menos de 100 ha, ocupando 80,9% da área total cultivada. Era uma área de economia camponesa exemplar. Vinte anos depois, esta situação estaria totalmente alterada, pois, 87,7% dos estabelecimentos com menos de 100 ha ocupariam apenas 17,2% da área total cultivada. O processo de privatização da terra foi acompanhado pela concentração fundiária.

Características como a resistência, as lutas pelo espaço da produção familiar e a manutenção do campesinato se tornam marcantes na região do Bico do Papagaio. A região tinha características peculiares no que se refere à luta pela terra. Existia uma forte tendência à composição de uma sociedade comunitária. Os povoados, naquele momento, segundo Sader (1986, p.40), eram encarados como “sendo a materialização do espaço, de todas as formas de relações [...] de solidariedades”. A autora acrescenta ainda:

Tínhamos nos povoados o lócus das solidariedades horizontais, como sendo as que se estabelecem entre os moradores, solidariedades paroquiais, dado o grande papel da igreja na vida, na morte e na luta dos camponeses nessa área, e as solidariedades verticais, estabelecidas entre setores do campesinato e o grande proprietário.

O espaço do Bico do Papagaio se configurou com uma identidade, reconhecida pela luta de seu povo em torno de um espaço para produzir sem interferência do capital. Os povoados do Bico do Papagaio, segundo Sader (1986, p. 38) “são a expressão espacial das solidariedades que unem seus habitantes na luta pela sua manutenção enquanto produtores independentes, lavradores que tentam trabalhar como ‘homem liberto’. A esse respeito Clementino e Monte-Mór (2004, p. 8) fazem uma importante colocação sobre a região ao afirmarem que:

Na RDB, sempre houve uma identidade regional alicerçada em um conjunto de atividades econômicas de subsistência, cultura cabocla e sertaneja e na paisagem marcada pelos Rios Araguaia e Tocantins, uma identidade não prescinde de uma marca territorial definida. Essa identidade remonta aos primeiros anos do século XX.

O Norte do Estado e especialmente a região do Bico do Papagaio que se constitui como uma nova fronteira econômica do país, com uma nova dinâmica regional tem seu território, antes marcado por um ritmo de vida lento e tranquilo, convivendo com o novo: a chegada de vários migrantes em busca de terras e novas

oportunidades econômicas. Essa nova conjuntura territorial trouxe conflitos para região, principalmente os fundiários, trazendo na década de 1980 sérios problemas de grilagem, morte no campo, o que levou Ferraz (2000, p.25) a afirmar que a região durante essa década se tornou um “barril de pólvora” para onde os olhares de todo o país se voltaram.

Asselin (1982, p.21) lembra que “o asfalto facilitou as comunicações e o surto de valorização das terras foi muito grande, provocando ainda mais a cobiça dos grileiros, que formavam verdadeiras quadrilhas para açambarcar as terras dos índios e dos posseiros dessas regiões”. O autor faz referência à função da Belém-Brasília na valorização em “terras do Carajás”, ou seja, da pré Amazônia. Asselin (1982, p.21), completa dizendo que “A construção da Transamazônica veio acentuar a migração do Nordeste brasileiro para o Norte, valorizando ainda mais as terras e provocando acentuadamente a especulação delas, principalmente no Maranhão, no Pará e no Norte de Goiás.” Essas transformações, foram resultantes de uma resistência do campesinato aos novos atores, ou seja, os fazendeiros, que chegavam ao Bico do Papagaio em busca de terras. Sader (1986, p.65) expressa que:

Muitos camponeses exasperados pela invasão do gado em suas roças, freqüentemente uma estratégia do grande proprietário para forçar a expulsão dos posseiros, preparam armadilhas para os animais deixando-os feridos ou mortos, revidam a violência dos pistoleiros e jagunços tocaindo-os na mata, matando proprietários e homens de confiança desses. Essas ações violentas têm respostas mais violentas ainda das autoridades, que enviam as forças policiais para em expedições punitivas castigar as populações dos povoados próximos de onde se deu o crime. Foi o que aconteceu em 1984, no povoado de Sete Barracas, após o assassinato de um fazendeiro e sua mulher próximo de Axixá de Goiás.

Outro fator de incentivo a grilagem na região, lembrado por Asselin (1982, p.22) foram os incentivos fiscais, os quais foram usados e manipulados de acordo com interesses particulares, através de créditos rurais:

Seguiram para o Norte os goianos do Sul, os mineiros, os fazendeiros paulistas e os chamados “gaúchos”, tanto do Rio Grande do Sul como do Paraná e, a partir da década de 70, as empresas vinculadas a bancos e grupos multinacional, buscando terras para pecuária e agricultura, exploração vegetal e mineral, ou assegurando espaços para remessa de investimentos arrancados do imposto de renda e para futura especulação [...]. Com a invasão desenfreada do capital e da força do Sul, chegou como seu melhor instrumento de domínio, a grilagem, que se tornará o meio privilegiado de incorporação ao capitalismo, das terras chamadas “livres”.

Todos os fatores mencionados foram relevantes e tiveram direta relação com os conflitos agrários na década de 1980 do Bico do Papagaio, fatos que alteraram profundamente sua dinâmica regional. Característica da região, na época, a grilagem de terras, o latifúndio e a extrema violência contra posseiros. Esses conflitos<sup>10</sup> ajudaram a reforçar o discurso pela separação territorial do Estado do Tocantins. Conforme ressalta Cavalcante (1999, p.139).

A criação do estado do Tocantins foi justificada por alguma necessidade de segurança nacional 'face aos problemas fundiários, sociais e econômicos da região do Bico do Papagaio', cuja instabilidade preocupava 'as esferas da segurança nacional', haja vista que naquele mesmo ano o governo havia desencadeado uma operação de desarmamento nessa região, alegando que os conflitos por posse de terra deixavam a população intranquila.

Neste contexto, surge mais uma justificativa pra uma cisão regional entre o Norte e o Sul de Estado Goiás, já que este não conseguia dar uma assistência política e econômica para região que assim mantinha íntima afinidade com os Estados vizinhos, Maranhão e Pará.

#### **2.4 A fragmentação (institucional) do território goiano: cria-se o Estado do Tocantins**

Norte, em Goiás, deixou muito cedo de ser um denotativo meramente geográfico para carregar um peso de oposição política, primeiro, todo um quadro de involução social e atraso econômico, de subdesenvolvimento, diríamos com uma expressão atual, mais tarde (PALACÍN, 1990, p.09).

A fragmentação do território goiano aconteceu após anos de reivindicações populares e políticas em torno desse objetivo. O projeto de divisão intencionava a autonomia política da parte Norte do Estado, hoje o Estado do Tocantins. Tal região, que conforme já foi dito, teve povoamento diferente da parte sul do Estado de Goiás, sentindo-se isolada dessa porção do Estado, anseio motivado por problemas, como distância da capital e falta de assistência da sede político-administrativa, fazendo

---

<sup>10</sup> Outro fato importante que ajudou a reforçar o discurso do isolacionismo da parte Norte de Goiás foi a Guerrilha do Araguaia (movimento armado contra a ditadura militar, promovido pelo Partido Comunista do Brasil) na região do Bico do Papagaio, durante o final da década de 1960 e a década de 1970. Durante esse período o Bico do Papagaio passava por uma "grilagem oficial de terras". Segundo Campos Filho, o governo estabeleceu "um política migratório para a região [...] tida como a porta de entrada da Amazônia, ao mesmo tempo em que utilizava instrumentos que facilitaram a grilagem de terras nessa região.". Fato que acentuou os conflitos armados numa região isolada do seu próprio Estado (Goiás) e do restante do país. Sobre Guerrilha do Araguaia ler: CAMPOS FILHO, Romualdo Pessoa.

com que, além da distância espacial entre as duas regiões, acontecesse um distanciamento nas esferas política, econômica e cultural, de forma que a separação tornou-se algo incontestável.

Em princípio é inevitável dizer que a pretensão dos moradores do Norte de Goiás pela criação do Estado do Tocantins é secular, dado os contrastes inter-regionais existentes no território goiano. A supremacia do Sul sobre o Norte foi motivo para várias manifestações populares ao longo do século XVIII e XIX, o que terminaria com a divisão do território na Constituição de 1988.

As primeiras manifestações objetivando uma cisão Norte/Sul de Goiás são registradas no período colonial, momento da exploração do ouro em Goiás. Manifestações que surgiram da parte Norte, região que se sentia lesada com a cobrança de altos impostos. Fato ocorrido, segundo Cavalcante (2005, p.38), “em razão da determinação do imposto de capitação do Norte, mais elevados do que às ‘Minas dos Goiyazes’”, região que corresponde à parte Centro-sul de Goiás.

A intenção do setor administrativo das minas auríferas era aumentar o valor dos impostos para que não se perdesse com o contrabando, fato mais comum na região, devido sua localização afastada da sede da administração, situada ao Sul do Estado, dificultando, assim, a fiscalização do ouro.

Inconformados com tal decisão, os mineiros do Norte se declararam contra a injusta cobrança do imposto. Cavalcante (2005, p.50), afirma que “a partir de então, logo se fez sentir a oposição dos mineradores locais e do Norte a essa medida fiscal discriminatória”. Segundo Palacín (1990, p.50) “os mineiros do Norte revoltaram-se contra tal medida que julgavam injusta, e quando a Superintendência se dirigiu à região, ameaçaram passar-se em marcha ao Maranhão”.

O Estado do Maranhão servia de refúgio aos revoltosos, e a região era propícia às revoltas, no sentido de que, apesar da naturalização das fronteiras, onde os rios Tocantins e Araguaia eram fronteiras naturais entre os Estados, a relação de proximidade era muito mais forte, ressaltada por fatores como a frente de povoamento originada dessa região. Outro fato relevante diz respeito a territórios que são espacialmente próximos e os rios não impediam relações comerciais na região.

O efeito das políticas fiscais para Goiás e a reação a esta medida segregadora, de certa forma arbitrária, causou um mal-estar, nunca de todo reparado, na consciência de unidade do território de Goiás. Nesse sentido, podemos

dizer que tal medida serviu para o Norte, que já se sentia isolado do Sul, fragmentasse-se e despertasse um sentimento de unidade e luta.<sup>11</sup> Cavalcante (2005, p.51) ressalta que o “peso isolacionista e argüida discriminação fiscal foram os fatores responsáveis para que, ainda cedo, fosse evocado o sentimento separatista.

O efeito desta ação teve decorrentes manifestações, o que implica em dizer que problemas que se encontravam camuflados, descobriram terreno para se manifestarem. Cavalcante (2005, p.51) ressalta que:

Se tal política produziu o efeito de exaltar os ânimos dos mineradores do norte – que não hesitaram em desligar-se da Superintendência do centro-sul caso insistissem na cobrança de um imposto que consideravam injustos e discriminatórios – ficou evidente também que o norte só se relacionava com o sul esporadicamente e em função de atos administrativos isolados com finalidades meramente fiscais ou jurídicas. Tal situação alimentou o sentimento de desligamento regional o qual, fatalmente, tenderia a evidenciar-se como algo natural, geográfico e histórico.

Percebe-se que nunca existiu uma homogeneidade entre as regiões em questão. A relação de unidade era meramente uma criação política administrativa, o que justifica que cedo ou tarde aconteceria uma cisão regional.

Vale lembrar outro acontecimento, que traz profundas marcas à região, a chegada do Desembargador Teotônio Segurato. A figura desse desembargador se destaca no movimento no sentido de dar maior unidade para a região Norte. Segurato se destacou pela participação em torno de questões que envolveram interesses econômicos e políticos do Norte de Goiás. Para Cavalcante (2005, p.54):

Uma vez na condição de Ouvidor e Corregedor da Comarca do Norte, Teotônio assumiu posição de liderança e, tão logo se mostrou oportuno, não hesitou em reivindicar legalmente a autonomia político-administrativa dessa região. Durante o período em que esteve nesse cargo manifestou interesse em promover o desenvolvimento econômico e político administrativo. Nesse sentido, tratou inicialmente de designar o local em que seria construída a sede da nova Comarca. A delimitação geográfica, conforme determinação do príncipe regente, deveria ser fixada “nos limites do Extremo norte daquela Capitania, na confluência do rio Araguaia e Tocantins, sob o nome de São João das Duas Barras.

O Desembargador Teotônio Segurato, tomou inúmeras medidas no sentido de

---

<sup>11</sup> Segundo Palacín (2006, p.55) “Os grandes proprietários afirmavam que, apesar de pagarem os impostos, os benefícios do governo lá não chegavam. Estavam descontentes, vendo prejudicados seus interesses econômicos. O povo vivia em completa miséria [...]. No dia 14 de setembro de 1921, instalou-se em Cavalcante um governo provisório que se declarava independente da comarca do sul de Goiás”

desenvolver a região e torná-la mais autônoma em suas relações econômicas. Para tanto, provocou uma comercialização com regiões próximas como o Pará, tomando como medida uma maior comunicação entre os Estados, através do transporte fluvial. Essa medida mudou o comércio regional. De acordo com Cavalcante (2005, p.55). Segurato “acreditava ser possível um desenvolvimento econômico apenas se fosse mais bem aproveitada à navegação fluvial pelo rio Tocantins, estimulando a agricultura”, a autora acrescenta que este ato “consequentemente, proporcionaria comércio mais vantajoso tanto na Comarca do Norte como em toda a Capitania – diferentemente do tradicionalmente realizado com a Bahia, Minas Gerais e São Paulo”. Essas medidas tiveram grande aprovação da população e tornaram o desembargador popular na região.

A partir das idéias desenvolvimentistas, o Desembargador Teotônio Segurato assumiu uma posição de patrono da região e deflagrou um movimento separatista da região Norte de Goiás em 1821. Cavalcante (2005, p.61) lembra que:

Concretizava-se, assim, ruptura política entre o norte e o centro sul goiano – mantida até 1823, momento em que foi manifestado pelo Príncipe Regente seu parecer contrário àquela decisão, negando-se a reconhecer como legítima a instalação desse governo provisório.

As demais províncias do Brasil já haviam destituído seus capitães-generais e Goiás não poderia ficar insensível aos desmandos da administração do Estado. A instalação do governo na Comarca do Norte assentava-se em justificativas de natureza econômica, política, administrativa e, até mesmo, geográfica. Palacín (1999, p.14), faz referência ao efeito do isolamento do Norte de Goiás, citando um artigo da década de 1930:

O “Norte Abandonado” era o título de um artigo publicado por Laudo Taveira em A Coligação, a 2 de dezembro de 1934. “Dentre os problemas goianos nenhum merece mais a atenção dos governos que a lamentável situação do norte do Estado.” Na realidade, dizia, todos os governos em tempo de crise fazem ao norte grandes promessas, que imediatamente esquecem. Este norte esquecido abrangia para ele quatro quintas partes do território goiano, pois “o Norte economicamente é a parte de Goiás compreendida acima de uma linha horizontal que passa por Pirinópolis. Essa latitude vem dividir o Estado em duas grandes porções: a do Sul que já conta com recursos, embora insuficientes, ao desenvolvimento, e a do Setentrião, que está entregue ao mais criminoso dos esquecimentos.

No entanto, o movimento não conseguiu amparo, haja vista ser “um movimento já combalido e sem condições de sustentar-se, em face das dificuldades

internas de natureza política e financeira.”. Neste sentido, Cavalcante (2005, p.67), relembra que:

A impossibilidade de sustentar o governo provisório tinha como motivos: “a posição não-independencista de Teotônio Segurato”, que provocou insatisfação em alguns de seus correligionários políticos e a retirada de apoio à causa separatista [...], bem como o interesse egoísta das lideranças desses arraiais que disputavam o controle jurídico e político daquele governo provisório [...].

O fracasso do movimento também foi motivado por alguns fatores locais conforme elenca Palacín (2006, p.55):

Desentendimentos entre os revolucionários, e alguns abandonaram o campo de lutas. A mudança de sede de governo para Natividades, a viagem de Teotônio para as Cortes, a precariedade financeira e econômica, as rivalidades políticas entre os habitantes de Cavalcante, Palma e Arraiais.

Durante todo o século XX, não se calaram manifestações acerca da divisão do Estado de Goiás, ao passo que a indignação com o descaso que o Centro-Sul mantinha com a porção Norte do Estado crescia, emergindo manifestos em favor da cisão.

Nas primeiras décadas do século XX, reivindicações pelo “incremento da navegação pelos rios Araguaia e Tocantins” eram comuns no território. Existia o anseio pela materialização regional feita pelas relações existentes com municípios do Sudoeste do Maranhão e Sudeste do Pará. De maneira que, segundo Cavalcante (op.cit, p.74), alguns desejavam que o Norte de Goiás tivesse “seu torrão natal pertencente à Bahia ou ao Maranhão, ou ao Pará.”. Neste contexto, cabe ressaltar mais uma vez que, o Norte de Goiás estreitava os laços com os Estados do Maranhão, Pará e Bahia, em detrimento das relações com Goiás. Cavalcante (2005, p.82), ressalta que:

O norte, praticamente cerceado em suas relações com o centro-sul, estreitou os laços comerciais com Pará, Maranhão e Bahia, por intermédio do único caminho comercial: o Tocantins. Por longo tempo esse rio desempenhou uma importante função econômica na região, enquanto que o centro-sul, pelos trilhos, intensificou suas transações comerciais com São Paulo, Minas e Rio de Janeiro.

Apesar das constantes denúncias de abandono e isolamento da região Norte de Goiás feita por populares, imprensa etc., os invariáveis apelos pela divisão territorial ganham força com a Constituição de 1988, onde as lutas pela criação do

novo Estado tomam fôlego, e as reivindicações são ouvidas. O Estado de Goiás, pela constituição de 1988, dá autonomia à região Norte e cria o Estado do Tocantins. Hoje com duas Macrorregiões (Oriental e Ocidental) e oito Microrregiões, dentre elas, o Bico do Papagaio, extremo Norte do Tocantins, região que hoje em suas devidas proporções também reclama do “isolamento” e se insere em um contexto regional com peculiaridades geográficas típicas do nosso tempo.

## **2.5 A Região do Bico do Papagaio no contexto do “novo” Estado**

Confrontam-se na Região dois projetos de desenvolvimento: um baseado na pequena agricultura familiar, com forte ênfase sócio-ambiental e outro, com base na grande propriedade, no uso intensivo de capital e tecnologia e nas atividades agroexportadoras (CLEMENTINO; MONTE-MÓR, 2004, p.02).

O Bico do Papagaio<sup>12</sup> enquanto região político-administrativa do Estado do Tocantins se classifica como uma microrregião com 25 municípios, pertencente à mesorregião do Tocantins Ocidental. Situado no extremo Norte do Estado, entre os rios Araguaia e Tocantins e os Estados do Maranhão e do Pará, espaço conhecido como Amazônia Oriental ou Pré-Amazônia. O nome da região vem da semelhança de sua forma geográfica com a de um bico de papagaio. Também podemos levantar outras indagações quanto à origem deste nome, por exemplo, o fato de ser uma região que reconhecemos como um “funil”, ou seja, um canal de passagem, de fluxos de pessoas, mercadorias e informações do Centro-Sul do país para os Estados do Maranhão e Pará. Essa ligação é feita, sobretudo, pela Belém-Brasília, eixo fundamental nesse processo, conforme o mapa a seguir:

---

<sup>12</sup> O Bico do Papagaio está situado entre o baixo e médio cursos dos rios Araguaia e Tocantins. Biogeograficamente, essa região situa-se no encontro do Cerrado e Amazônia. A região por ter influência amazônica, caracterizada pelas florestas flúvias, com altos índices pluviométricos. (Bico do Papagaio-Zoneamento Ecológico-Econômico/SEPLAN-TO)





**Figura 8:** Balsa no rio Tocantins, travessia entre os Estados do Maranhão e Tocantins  
**Fonte:** Almeida, Rutileia Lima (2009)

O Estado do Tocantins surge sob o símbolo do desenvolvimento. Clementino e Monte-Mór (2004, p.9) lembram que “o discurso oficial que inspirou e executou a construção do Estado guarda inclusive muitas semelhanças com o discurso e os simbolismos da construção de Brasília.” Nessa direção os autores (op. cit) ressaltam que:

Como ocorre há décadas, as atuais políticas públicas de desenvolvimento econômico para o Norte e o Centro-Oeste – sejam federais ou estaduais – centram-se no mais das vezes, nos aspectos de melhoria de infra-estrutura – sobretudo transporte multimodal, armazenagem e energia. Isto ocorre porque o diagnóstico sobre as limitações ao desenvolvimento dessas regiões aponta, tradicionalmente, de um lado para as dificuldades de escoamento da produção para os centros consumidores nacionais e internacionais e de outro, para as dificuldades para receber insumos estratégicos.

No Estado do Tocantins é possível perceber, nos discursos do governo, tanto em nível federal como estadual, um propósito de estruturação e recebimento de investimentos no sentido de inseri-lo no cenário produtivo nacional e mundial. Os autores (op. cit) fazem uma importante observação a partir da leitura do “Mapa do Investidor do Tocantins”<sup>13</sup>, um exemplo claro desses discursos. Confirmando tal prioridade, o documento ressalta que “... o Estado de Tocantins apresenta

<sup>13</sup> Clementino e Monte-Mór (2004, p.09), esclarecem que a Secretaria de Planejamento do Tocantins elaborou “um mapa do investidor, documento que representa a posição oficial do Estado quanto ao modelo de desenvolvimento considerado adequado para cada Região.”

característica que são propensas para a produção agrícola de larga escala”. Neste momento histórico do Tocantins, se faz necessário, segundo a política administrativa do Estado e do país, promover ações desenvolvimentistas, atrair investidores, implementar planos de desenvolvimento.

A região do Bico do Papagaio é diretamente afetada, em distintas escalas, por diversos projetos. Os mais relevantes são: Plataforma multimodal de Aguiarnópolis; UHE Luís E. Magalhães, no Rio Tocantins, com sede no município de Lajeado e já executada; UHE de Estreito, no Rio Tocantins, com sede em Aguiarnópolis em fase de planejamento; UHE de Serra Quebrada, no rio Tocantins, com sede em Itaguatins e já planejada; UHE de Santa Isabel, no Rio Araguaia, com sede em Ananás e já licitada; Projeto Sampaio; Hidrovia Araguaia-Tocantins; Ferrovia Norte-Sul.



**Figura 9:** Pátio da Ferrovia Norte-Sul, Estreito-MA  
**Fonte:** Almeida, Rutileia Lima (2009)



**Figura 10:** Vista ferrovia Norte-Sul e Ponte rio Tocantins entre Estreito-MA e Aguiarnópolis-TO  
**Fonte:** Almeida, Rutileia Lima (2009)

Conforme quadro a seguir é possível perceber que, segundo Clementino e Monte-Mór (2004, p.09) “o modelo de desenvolvimento pensado para a região está baseado nas atividades agropecuárias exportadoras – sobretudo a soja – e na atração de atividades econômicas intensivas em energia elétrica e que demandem grandes áreas.”

**Quadro 3:** Projetos Inseridos na Região do Bico do Papagaio

<b>PROJETO</b>	<b>LOCALIZAÇÃO</b>	<b>CONCEPÇÃO DO PROJETO</b>	<b>FASE DE EXECUÇÃO</b>
<b>Plataforma Multimodal de Aguiarnópolis</b>	Divisa do Tocantins com o Maranhão	Integração rodohidroferroviária (incluiria ferrovia Norte-Sul, Hidrovia do Rio das Mortes e Araguaia Tocantins e segmentos da BR-163)	Em construção
<b>UHE Luís E. Magalhães</b>	Rio Tocantins, com sede no município de Lajeado	Produzir grande excedente de eletricidade, podendo assim oferecer incentivos para atração de negócios com alta demanda de energia e também exportar energia.	Executada
<b>UHE de Estreito</b>	Rio Tocantins, com sede em Aguiarnópolis	Produzir grande excedente de eletricidade, podendo assim oferecer incentivos para atração de negócios com alta demanda de energia e também exportar energia.	Em construção
<b>UHE de Serra Quebrada</b>	Rio Tocantins, com sede em Itaguatins	Produzir grande excedente de eletricidade, podendo assim oferecer incentivos para atração de negócios com alta demanda de energia e também exportar energia.	Planejada
<b>UHE de Santa Isabel</b>	Rio Araguaia, com sede em Ananás	Produzir grande excedente de eletricidade, podendo assim oferecer incentivos para atração de negócios com alta demanda de energia e também exportar energia.	Licitada
<b>Projeto Sampaio</b>	Carrasco Bonito, Sampaio e Augustinópolis	Implantar um perímetro irrigado com águas do rio Tocantins de cerca de 19.000 ha, destinadas à produção de grãos e à fruticultura irrigada.	Em desenvolvimento
<b>Hidrovia Araguaia-Tocantins</b>	Rios Araguaia e Tocantins	Principal estrutura de transporte do eixo Multimodal Araguaia-Tocantins. Servindo diretamente os Estados de GO, MT, PA, TO, MA. Seu principal objetivo seria diminuir o custo de transporte da produção agrícola desses estados.	Em desenvolvimento
<b>Ferrovia Norte-Sul</b>	Em seu projeto original corta todo o Estado do TO, entrando no Estado exatamente na RBP.	É dividida em dois ramais: Ramal Norte – de Colinas em Tocantins até a Estrada de Ferro Carajás, em Açailândia, MA – Ramal Sul – ligando Senador Canedo, em GO, ao Porto da Vila do Conde, em Belém e de Lá, ao Porto de Itaqui, no MA.	Em desenvolvimento

**Fonte:** Clementino e Monte-Mór (2004); Secretaria de Planejamento do estado do Tocantins - SEPLAN.

Dados organizados por: Ruteia Lima Almeida.

Considerando apenas a microrregião do Bico do Papagaio, esta cobre uma área de 15.767,856 km<sup>2</sup>, com uma população de mais de 180 mil habitantes.

Localizada no extremo Norte tocantinense.

**Quadro 4:** Dados Populacionais por municípios da microrregião do Bico do Papagaio

MUNICÍPIOS	POPULAÇÃO 2000	POPULAÇÃO 2007	POPULAÇÃO URBANA 2000	POPULAÇÃO RURAL 2000	TX. DE URBANIZAÇÃO 2000 (%)
Aguiarnópolis	3.145	3.995	2.304	841	73,26
Ananás	10.512	9.358	8.396	2.116	79,87
Angico	2.889	3.169	1.639	1.250	56,73
Araguatins	26.010	25.973	15.788	10.222	60,7
Augustinópolis	12.964	14.800	10.227	2.737	78,89
Axixá do Tocantins	8.827	8.917	7.560	1.267	85,65
Buriti do Tocantins	7.842	8.164	6.116	1.726	78
Cachoeirinha	2.023	2.171	1.765	258	87,24
Carrasco bonito	3.218	3.314	1.573	1.645	48,88
Darcinópolis	4.273	5.130	2.372	1.901	55,51
Esperantina	7.623	8.134	3.552	4.071	46,59
Itaguatins	6.386	6.074	3.270	3.116	51,2
Luzinópolis	2.021	2.784	1.327	694	65,66
Maurilândia do Tocantins	2.854	3.185	1.579	1.275	55,33
Nazaré	5.150	4.528	2.003	3.147	38,89
Palmeiras do Tocantins	4.622	4.542	2.497	2.125	54,02
Praia Norte	6.781	7.060	3.475	3.306	51,24
Riachinho	3.670	3.691	1.567	2.103	42,69
Sampaio	2.801	3.672	2.289	512	81,72
Sta.Terezinha do	2.455	2.291	1.387	1.068	56,49
São Bento do Tocantins	3.738	4.447	1.952	1.786	52,22
São Miguel do Tocantins	8.486	10.221	1.910	6.576	22,5
São Sebastião do	3.669	4.244	2.811	858	76,61
Sítio Novo do Tocantins	9.488	9.302	4.756	4.732	50,12
Tocantinópolis	22.737	21.334	18.872	3.865	82,88
<b>Bico do Papagaio</b>	<b>174.184</b>	<b>180.500</b>	<b>110.987</b>	<b>63.197</b>	<b>61,32</b>
<b>Tocantins</b>	<b>1.157,10</b>	<b>1.358,922</b>	<b>859.961</b>	<b>297.137</b>	<b>74,32</b>

**Fonte:** Anuário Estatístico do Tocantins-SEPLAN. Censo Demográfico. IBGE/2000 e Contagem da População 2007, IBGE/2008.

Dados organizados por: Rutileia Lima Almeida.

Observando a tabela com dados populacionais, verificamos que segundo a contagem da população 2007, censo do IBGE, a microrregião do Bico do Papagaio possui quase 20% da população total do Estado, que possui uma população de 1.358,922 habitantes. As principais cidades, segundo essa regionalização, são Araguatins, Augustinópolis e Tocantinópolis. A região, como um todo, é uma parte representativa do Estado do Tocantins.

Outro relevante dado da região do Bico do Papagaio é o perfil socioeconômico de sua população. É uma população de origem rural, com baixos índices de escolaridade, alto crescimento vegetativo, baixos índices de

capitalização.

**Quadro 5:** Dados socioeconômicos da população na microrregião do Bico do Papagaio.

MUNICÍPIOS	ÍNDICE DE POBREZA 2003	ÍNDICE DE POBREZA SUBJETIVA <sup>14</sup>	ÍNDICE DE GINI <sup>15</sup>	IDH
Aguiarnópolis	68,98	76,88	0,39	0,629
Ananás	52,93	60,10	0,43	0,667
Angico	33,27	42,37	0,39	0,668
Araguatins	48,29	56,32	0,44	0,64
Augustinópolis	56,84	61,44	0,45	0,617
Axixá do Tocantins	63,08	65,52	0,44	0,571
Buriti do Tocantins	56,56	65,41	0,43	0,614
Cachoeirinha	47,12	53,00	0,43	0,639
Carrasco bonito	56,15	61,89	0,42	0,562
Darcinópolis	42,82	44,69	0,39	0,621
Esperantina	51,89	62,82	0,42	0,572
Itaguatins	47,33	58,13	0,42	0,617
Luzinópolis	43,68	43,83	0,39	0,641
Maurilândia do Tocantins	47,69	55,14	0,38	0,636
Nazaré	35,28	47,45	0,42	0,648
Palmeiras do Tocantins	48,87	56,62	0,43	0,582
Praia Norte	53,12	63,06	0,43	0,579
Riachinho	41,61	49,66	0,41	0,597
Sampaio	56,91	56,57	0,39	0,576
Sta. Terezinha do Tocantins	38,18	44,85	0,40	0,585
São Bento do Tocantins	42,89	51,88	0,41	0,612
São Miguel do Tocantins	38,56	54,12	0,42	0,58
São Sebastião do	46,66	52,48	0,42	0,61
Sítio Novo do Tocantins	44,54	51,47	0,43	0,592
Tocantinópolis	45,42	47,36	0,45	0,687
<b>Bico do Papagaio</b>	<b>48,34</b>	<b>55,32</b>	<b>0,41</b>	<b>0,61</b>
<b>Tocantins</b>	<b>41,28</b>	<b>44,87</b>	<b>0,66</b>	<b>0,71</b>

**Fonte:** Indicadores Socioeconômicos do Tocantins, SEPLAN-TO.

O Bico do Papagaio extrapola os limites políticos e seu espaço regional,

<sup>14</sup> A medida subjetiva de pobreza é derivada da opinião dos entrevistados, e calculada levando-se em consideração a própria percepção das pessoas sobre suas condições de vida. Segundo especialistas, a percepção de bem-estar de um indivíduo sofre influência de acordo com sua posição em relação aos demais indivíduos de um determinado grupo de referência. Em termos teóricos, não se espera que os dois indicadores sejam coincidentes, mas a expectativa é de resultados próximos. (fonte: IBGE)

<sup>15</sup> Mede o grau de desigualdade existente na distribuição de indivíduos segundo a renda domiciliar per capita. Seu valor varia de 0, quando não há desigualdade (a renda de todos os indivíduos tem o mesmo valor), a 1, quando a desigualdade é máxima (apenas um indivíduo detém toda a renda da sociedade e a renda de todos os outros indivíduos é nula). (Fonte: PNUD)

coexistindo numa relação de interdependência com espaços regionais de outros Estados, formando uma região com inúmeras peculiaridades. Após a divisão de Goiás, Estado do qual fazia parte, passou a ser território tocantinense. Conforme abordamos, um marco fundamental na redefinição da região foi à construção da rodovia Belém-Brasília, a qual trouxe uma nova configuração à região, como novas formas de produzir, rápida urbanização e aumento populacional.

Neste item, fizemos uma abordagem apenas da microrregião do Bico do Papagaio, no entanto, essa é apenas uma de suas regionalizações, já que a região possui um considerável número de regionalizações (Mesorregiões diferenciadas, região Tocantina, Norte do Tocantins etc.), assunto que abordaremos neste trabalho. O fato é que o Bico do Papagaio, enquanto região pode adquirir diversas formas e não apenas ser vista como uma região político-administrativa do Estado do Tocantins.

Nesse sentido, três cidades se tornaram fundamentais para a região, Araguaína (TO), Imperatriz (MA) e Marabá (PA). Araguaína de grande importância regional, com economia estruturada na pecuária, grandes propriedades, e frigoríficos instalados, com forte dinamicidade no comércio e serviços. Imperatriz em outra ponta destacando-se pela diversificação e oferta em serviços (comércio, saúde, educação), exercendo grande influência econômica e política na região. Marabá, devido a sua industrialização que tem como principal destaque a siderurgia, destaca-se também como importante centro de serviços nas áreas hospitalares, educacionais bem como diversificado comércio. As três cidades são pólos regionais em fase de expansão e que exercem forte influência na dinâmica do Norte do Tocantins, assunto que abordaremos na parte final deste trabalho.

Nesta direção, cabe compreender como essa região é vista nacionalmente, como é incorporada nos planos nacionais de desenvolvimento regional. Estudo que desenvolveremos a seguir.

### 3 O DESENVOLVIMENTO REGIONAL NO NORTE DO TOCANTINS

A intervenção em espaços sub-regionais passa a ser prioridade na Política Nacional de Desenvolvimento Regional, visando a redução das desigualdades intra e inter-regionais. Para isso, um conjunto de Programas de Desenvolvimento Regional, implementados pela Secretaria de Programas Regionais do Ministério da Integração Nacional, encontra nas Mesorregiões Diferenciadas um espaço privilegiado de articulação de políticas públicas e de concertação com os atores locais de desenvolvimento (MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL, 2007).

O novo modelo de desenvolvimento pensado para o país segue uma corrente de pensamento que coloca a região como a interface para a operacionalidade dos programas e ações a serem implementadas, em outras palavras, há uma mudança, privilegiando espaços específicos em políticas intra-regionais, a partir das necessidades específicas de cada região. Além de uma mudança de escala, podemos perceber a intenção de trazer a sociedade civil (organizada) para discutir os problemas de cada região em particular.

Rever as políticas de organização e desenvolvimento do território nacional no contexto histórico é enriquecedor, já que será possível comparar, analisar e perceber os erros e acertos de políticas, que tinham o objetivo de tornar o Brasil uma potência econômica, possibilidade possível e cogitada em todos os planos, dada a sua riqueza natural. Porém, o que iremos perceber é um conjunto de sucessivos erros que acentuaram as desigualdades intra-regionais, e fazendo do Brasil um país com graves contrastes sociais, demandando políticas que diminuam a desigualdade de renda da população.

Nosso interesse volta-se para a compreensão do tema desenvolvimento regional, destacando as teorias desenvolvidas e o modo como foram introduzidas no Brasil. Objetivamos uma breve leitura dos planos regionais nacionais a partir do governo Getúlio Vargas, observando como estes influenciaram na região do Bico do Papagaio. Neste aspecto, consideraremos também os planos pensados para o Estado do Tocantins, sobretudo, a região Norte do Tocantins, abordando desta forma a visão de como são pensados os planos numa escala nacional bem como na escala regional. Nossa intenção principal será observar como essa região tem sido vista no âmbito das políticas nacionais e regionais.

### 3.1 Uma análise teórica e metodológica sobre desenvolvimento regional

Pensar numa análise que traduza a teoria do termo desenvolvimento regional é tarefa que exige cuidado. Isso porque, em princípio, uma primeira barreira se impõe: a de que a palavra desenvolvimento possui sentido complexo, dada às diversas nuances adquiridas pelo conceito. Contudo, inicialmente, nos interessa aquela estudada mais recentemente por geógrafos e economistas e que está intrinsecamente relacionada ao planejamento econômico. Nesse sentido, acaba sofrendo várias contestações como, por exemplo, o alerta de Boisier (1995 p.307) *apud* Conyers:

Aqueles que têm por missão ler, ensinar e pesquisar sobre desenvolvimento devem assumir sua porção de culpa pela atual falta de perspectiva (...) atualmente existem poucos indícios de tal orientação intelectual no campo dos estudos sobre desenvolvimento...E aqueles que se dizem especialistas do planejamento regional são tão culpados quanto qualquer um.

A partir do destaque feito por Boisier (op.cit), percebemos que os estudos envolvidos na questão do desenvolvimento de regiões sofrem inúmeros críticas e exigem bastante cuidado em suas interpretações, à medida que esses conceitos são usados no planejamento econômico e implicam diretamente na vida dos sujeitos que fazem as regiões. Neste sentido, cabe perguntar o que é desenvolvimento regional? Qual a história de inserção desse termo no Brasil? Como o desenvolvimento regional está sendo usado na formulação de políticas no Brasil?

Segundo o dicionário de Desenvolvimento Regional coordenado por Siedenberg (2006, p.71), o termo se relaciona tanto com um processo quanto a um estágio. Segundo o autor (op.cit):

Refere-se a um processo de mudanças sociais e econômicas que ocorrem em uma determinada região [...]. É associada a um estágio (ou estado temporal) social e econômico de uma região ou país, referindo-se a posição relativa destes, medida através de diferentes indicadores socioeconômicos, em comparação com outras regiões e países, ou seja, nesse contexto são explicitadas apenas algumas características de um determinado momento do processo de mudanças.

O autor ressalta que ao conceito de desenvolvimento regional é inerente a uma dimensão temporal e uma espacial. Afirma, também, que a dimensão temporal “está relacionada à evolução do processo de mudanças ao longo do tempo” ao passo que a dimensão espacial “varia de acordo com o enfoque pretendido”. Neste

caso, a dimensão espacial é uma questão de escala. No caso do nosso estudo especificamente, a região do Bico do Papagaio, é uma dimensão “intermediária entre Estados e municípios”. O dicionário lembra que “decorre daí que o adjetivo regional pressupõe a existência de outros espaços geográficos comparáveis à unidade espacial em questão.”

Uma crítica em relação à definição do autor pode ser feita, na medida em que assinala para uma comparação entre os espaços geográficos, neste caso, a região. Tal confronto seria irrealizável e complexo de ser feito, pois há que se considerar a história de cada região, sua dimensão espacial não é o suficiente para explicá-la, tendo que se acrescentar a dimensão histórica, cultural, política etc. O que torna inviável compará-las.

As concepções tradicionais a respeito de desenvolvimento regional demonstram que a aceção do termo foi concebida como sinônimo de crescimento econômico. Tal modelo traduzia que desenvolvimento estava intimamente ligado a disponibilidade de capital, recursos materiais e de mão de obra, bem como acessibilidade de tecnologias. Outra face desse modelo diz respeito à escala metodológica usada na aceção tradicional do termo e que trouxe diversas implicações ao conceito por estarem ligadas a uma abrangência “macro”, quase sempre nacional. Para Rohleder (2003, p.17). “As concepções de desenvolvimento são de abrangência nacional, decorrem da formulação difusionista que lhes deu origem” O autor refere-se ao “modelo de desenvolvimento que utilizam à combinação de capital, mão-de-obra e tecnologia, como instrumentos do processo do desenvolvimento de países e regiões periféricas”. No entanto, o conceito de desenvolvimento se encontra numa fase de adaptação a novas concepções, que apontam para uma associação do termo a um “estado intangível, subjetivo e intersubjetivo, e que está associada mais com atitudes e menos com conquistas materiais.” Cada vez mais, existem críticas a definição do conceito de desenvolvimento associação a crescimento econômico, essa aceção não responde mais a complexidade de tal conceito.

É notável que a teoria construída, a respeito de desenvolvimento, associado a conquistas materiais, respondesse a um momento histórico que se configurava na emergência de uma política econômica demandada por Estados, nações em busca de inter-relações movidas por recursos oriundos da industrialização que se instalava.

Para Uderman (2007, p.05):

A ênfase conferida à necessidade de uma ação estatal mais diligente fortalece a concepção de princípios e a execução de estratégias de natureza desenvolvimentista em diversos espaços nacionais e subnacionais, sustentando a adoção de um modelo de atuação do Estado com características próprias. Esse modelo, conhecido com desenvolvimentista, busca a superação do subdesenvolvimento através de uma industrialização capitalista, planejada e apoiada pelo Estado, tornando-se hegemônico na maior parte dos países periféricos na segunda metade dos anos 1950.

O pós-guerra reconhecidamente é um marco importante na teoria sobre desenvolvimento. Ianni (1986, p.05) nos lembra que “a técnica de planejamento, como instrumento estatal de política econômica, começou a ser incorporada, no Brasil, durante a Segunda Guerra Mundial”. Marco que reflete as necessidades de expansão do capitalismo e da sociedade industrial, cujo objetivo, naquele momento histórico, era incorporar os países subdesenvolvidos.

É nesta perspectiva que os conceitos e as teorias formuladas na concepção tradicional a respeito de desenvolvimento regional, são postas diante de inúmeras críticas, as quais nos alertam no sentido de que, disponibilizar renda e estrutura nas regiões, conforme pensava o modelo desenvolvimentista, não é suficiente. De acordo com Sen (2000, p.17), “o desenvolvimento pode ser visto como um processo de expansão das liberdades que as pessoas desfrutam.” O autor alerta para equívocos da leitura de desenvolvimento que dão ênfase ao crescimento econômico, através de aumento de estatísticas de renda nacional, fazendo uma relação direta entre desenvolvimento e economia (visão clássica). Desse modo, afirma que seu enfoque contradiz as visões mais restritas de desenvolvimento que conforme o autor (op.cit):

Identificam desenvolvimento com crescimento do Produto Nacional Bruto (PNB), aumento de rendas pessoais, industrialização, avanço tecnológico ou modernização social. O crescimento do PNB ou das rendas individuais obviamente pode ser muito importante como um meio de expandir as liberdades desfrutadas pelos membros da sociedade. Mas as liberdades dependem também de outros determinantes, como as disposições sociais e econômicas (por exemplo, os serviços de educação e saúde) e os direitos civis (por exemplo, a liberdade de participar de discussões e averiguações públicas).

Neste caso, uma nova vertente dos estudos sobre desenvolvimento surge, confrontando-se com o enfoque tradicional. Do ponto de vista tradicional, Rohleder (2003, p.19), afirma que o emprego do conceito diz respeito “a evolução de um

sistema social de produção que através da acumulação e do progresso tecnológico aumenta sua eficiência e produtividade”. No que se referem aos estudos mais recentes o “conceito de desenvolvimento, conforme visto anteriormente, relaciona-se com o grau em que são satisfeitas as necessidades humanas” (op.cit). Furtado *apud* Rohleder (p.15) nos lembra que segundo as teorias atuais: “o desenvolvimento como um processo endógeno, tanto para um Estado-nação quanto para uma região, o papel ativo está no âmbito interno, apesar de todas as interferências e necessidades das relações externas”.

Na literatura tradicional uma das origens sobre desenvolvimento está relacionada segundo o autor (op.cit) à ideia de “que a expansão geográfica da civilização europeia significa acesso a formas superiores de vida pelos demais povos do mundo, considerados, em maior ou menor grau, ‘atrasados’”. É neste sentido que as teorias sobre desenvolvimento tomam forma e levam a uma aproximação com “a teoria da acumulação e a teoria da estratificação social, bem como a teoria do poder.” A partir dessa premissa, Galvão (2004) faz uma referência à experiência europeia, citando o caso da União Europeia, que para enfrentar a competitividade do mercado internacional, monta uma estratégia que metaforicamente pode ser traduzida como “unidos venceremos”. Sinteticamente pode se traduzir, segundo Galvão (2004, p.1003), como a intenção de “ampliar as perspectivas de desenvolvimento dos países associados, instados a cooperar diante das tarefas da reconstrução europeia.”.

O objetivo, nesta perspectiva de desenvolvimento, é uma extrema valorização das relações com o exterior em detrimento de uma valorização no interior dos países. Em consonância com Galvão (2004, p.151) acreditamos que:

As reações ao economicismo muitas vezes simplistas das teorias pioneiras, ao predomínio esterilizante do capital e das empresas em lugar de outros elementos sociais, inclusive o próprio homem, e a hegemonia do crescimento em detrimento de um desenvolvimento mais inclusivo deram lugar a um novo conjunto de idéias-força. Com elas as diversas políticas de desenvolvimento, tendiam a ganhar outra expressão.

A política europeia não visava mais apenas diminuir a diferença entre países ou minimizar os problemas regionais no interior das regiões mais pobres ou estagnadas. Segundo Galvão (op.cit), o objetivo era “discutir o desenvolvimento de cada região, pobre ou rica, estagnada ou dinâmica. O problema regional original, o do subdesenvolvimento [...] tendia a se dissipar quase que por completo.” No

entanto, o autor nos lembra que esta visão otimista acabou por ocultar “visões economicistas do desenvolvimento, que acabariam reforçadas pela busca a todo custo de eficiência.” Outro alerta diz respeito aos investimentos a médio e pequenas empresas o que “chocava com outros objetivos caros ao empreendimento europeu”.

É notável a crítica do autor as concepções tradicionais desenvolvimento regional. A intenção era superar visões como a de Perroux (1975) e, como exemplo, seu conceito de pólo de crescimento. Para o autor os pólos industriais constituídos em um território atrairiam desenvolvimento econômico para todo espaço regional a sua volta. Segundo Perroux (1975, p.108):

Num pólo industrial complexo, geograficamente concentrado e em crescimento, registram-se efeitos de intensificação das atividades econômicas, devido à proximidade e aos contatos humanos [...]. A esses efeitos de intensificação há que se acrescentarem efeitos de disparidades inter-regionais. Geograficamente concentrado, o pólo industrial complexo transforma o seu meio geográfico [...] toda a estrutura da economia nacional em que se situa.

A abordagem é situada numa perspectiva de geração de renda, através de investimentos macroeconômicos de aspecto, fundamentalmente, economicista e que vai de encontro com pontos de vista atuais. Autores contemporâneos insistem na teoria de que para que haja desenvolvimento, não apenas as rendas nacionais, regionais ou macrorregionais sejam elevadas, é necessária uma distribuição dessa renda, ou seja, que esta chegue até a sociedade em geral. Perspectiva que vai ao encontro das teorias de Boisier (1995, p.339). Conforme o autor, os enfoques tradicionais sobre desenvolvimento regional refletem “nossa incapacidade coletiva para transferir, por meio de um manejo do território, os benefícios do desenvolvimento a partir da matriz abstrata da macroeconomia a matriz concreta das pessoas de carne e osso”. O autor (op.cit) acrescenta, dizendo:

De certo não somos ilhas na globalização, somos parte de um sistema global e, em consequência, tudo nos atinge, mas não justifica uma sobre-determinação sistêmica de alguns (não podemos fazer nada porque não temos grau de liberdade suficiente, já que nos situamos na base da estrutura sistêmica mundial), ou a mania tradicional de construir uma verdadeira iconografia de demônios externos e culpados de nossa situação (o imperialismo em primeiro lugar, associado a um capitalismo dependente, em segundo lugar, não permitem o desenvolvimento regional).

Neste sentido, o conceito adquire uma perspectiva diferente, manifesta-se na rejeição de que o aumento da renda de uma determinada região não significa no desenvolvimento da mesma. O papel do Estado se resumia em planejar uma

estrutura com ênfase no projeto de integração regional. Neste caso, a rejeição também se aplica na relação entre desenvolvimento e infra-estrutura. De modo que para que haja desenvolvimento é necessário “aumentar as ‘liberdades’ individuais para além da sobrevivência”. Nesta perspectiva, o conceito se amplia ainda mais de forma que o autor aponta na direção para “ampliar as oportunidades econômicas, liberdades políticas, poderes sociais e por condições habilitadoras como boa saúde, educação básica, incentivo e aperfeiçoamento de boas iniciativas”, são um caminho incontestável para se chegar ao tão pregoado desenvolvimento.

É notório que as teorias abordadas sobre desenvolvimento regional foram e estão sendo construídas a partir de “modelos mentais e reais” (BOISIER, 1995). No Brasil não acontece diferente, a construção desses modelos emergiram desde o pós-guerra, com a necessidade de integrar o país e posteriormente o tornar competitivo. Cometendo os mesmos erros de políticas desenvolvidas ao longo do tempo.

### **3.2 Desenvolvimento regional no Brasil: uma breve leitura dos planos a partir de 1930**

O desenvolvimento é antes que uma mudança qualitativa das relações sociais, acima de tudo uma expansão quantitativa nos marcos qualitativos essenciais e inquestionados do modelo social capitalista (SOUZA, 2000, p.19).

A “questão regional”<sup>16</sup> no Brasil surge com a eminência, durante o governo Vargas<sup>17</sup>, de um controle do território nacional. Período caracterizado por desenvolvimento de políticas de controle territorial que tinham por objetivo a configuração de um território unificado e estruturado de forma a atender uma política de preparação do país para o desenvolvimento industrial, prioridade e sinônimo de desenvolvimento nos países de ricos. De forma que a interferência na economia emerge a partir da criação de uma indústria de regulamentação e interferência do Estado, a qual respondesse ao momento econômico mundial e introduzindo o país nas economias capitalistas modernas. O que se colocava naquele período era a necessidade do controle do território, o que demandou políticas que estimulassem a

---

<sup>16</sup> Para Oliveira (1993, p.45), “A questão regional é, antes de tudo e, sobretudo, o caso de uma unidade nacional mal resolvida”. Sobre a questão regional no Brasil ver: Oliveira (1993).

<sup>17</sup> A fase inicial do planejamento regional (1930-1966) corresponde à implantação do Estado Novo por Getúlio Vargas, e foi muito mais discutida que ativa.

integração do mercado interno e a regulação das relações entre capital e trabalho, considerando que se tratava de um país que iniciava sua caminhada para a industrialização. No governo Vargas, o Estado é estruturado com diversas instituições, criam-se conselhos, institutos, companhias etc., que demonstravam a intenção de centralizar as decisões do Estado e manter intervenção econômica.

No contexto político do pós-guerra, no Brasil, a continuidade do ideal de desenvolvimento era o modelo internacional em voga. Nesta perspectiva, durante o governo Juscelino Kubstichek, o objetivo de integração, ainda era a prioridade, foram criadas no país políticas que favorecessem o mercado interno, como por exemplo, os investimentos em setores de energia, transporte e indústria. Tudo com vistas a um fortalecimento nacional, para uma posterior competição externa.

A tradução do plano de desenvolvimento nacional neste contexto histórico pode ser sintetizada no Plano de Metas, na edificação de Brasília e na criação da SUDENE (Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste). Tendo em vista que se tratava de um plano cujo objetivo era a expansão do capitalismo no Brasil. Neste contexto, o modelo de desenvolvimento seguido pelo Estado brasileiro tinha o objetivo de estruturar-se para atingir o grau de desenvolvimento dos países ricos. Para o Estado bastava superar a escassez de capital e tecnologia. Nessa perspectiva, o Brasil seguiu um modelo desenvolvimentista, que a partir da década de 1960 continuou imprimindo suas marcas através da formulação de políticas públicas, as quais contemplavam tal modelo. Bacelar (2000, p.17), lembra que entre as décadas de 1960 e 1980:

O Brasil tinha como projeto básico construir um parque industrial importante e com isso entrar para o restrito elenco das principais potências mundiais. As principais metas de sua proposta eram compatíveis com os interesses do capital produtivo e do capital financeiro internacional que se dispuseram a participar dela, instalando aqui suas filiais ou financiando a construção da proposta do “Brasil Grande Potência”. O país ‘engata’ na dinâmica geral do capitalismo mundial do pós-guerra e se transforma num dos NIC’s (New Industrial Country).

A partir da década de 1960, o Estado brasileiro, usa o planejamento regional<sup>18</sup>, como instrumento na execução de projetos que visavam à montagem de

---

<sup>18</sup> Em consonância com Araújo (2000, p. 72), adotamos o planejamento “como um processo ordenado e sistemático de decisão que antecipa o futuro e define ações que viabilizem objetivos que pretendem alcançar, incorporando e combinando uma dimensão política e uma dimensão técnica, resultando num processo essencialmente técnico e político. Dessa forma, o planejamento, como parte do processo político de tomada de decisões sobre o futuro e as ações, constitui um espaço privilegiado de negociação entre os atores sociais, confrontando e articulando seus interesses e suas alternativas para a sociedade”.

uma estrutura político-administrativa do Estado e um projeto de integração nacional. Neste contexto, percebe-se o ingresso real de um plano de desenvolvimento regional no país. No entanto, tal planejamento demonstrava exigência do mercado externo, o qual demandava uma estruturação do país para implantação e desenvolvimento do aparato industrial. Conforme a demanda exigida as regiões foram se ajustando às modificações impostas pelo capitalismo e mais precisamente pelo projeto de consolidação da economia nacional, liderados pelos oligopólios e apoiado no Estado, fato intrinsecamente relacionado com o modo estatal de planejar o território.

Deste modo, as mudanças políticas, que foram produzidas pelos governos militares, têm notória valorização do desenvolvimento de componentes estruturais, como aparatos produtivos e infra-estruturais bem como a emergência no avanço das fronteiras de produção. Nesse sentido, Bacelar (2000, p.18), alerta que:

A história econômica recente das regiões brasileiras se confunde com a história do projeto industrializante que terminou por estimular uma rápida e violenta oligopolização de nossa economia e nesse contexto acelerou a constituição e consolidação do 'mercado interno nacional' (apesar de integrar nele apenas uma pequena parte da população do país). Essas décadas assinalam uma nova forma de funcionamento da economia do país, que passa a operar em bases cada vez menos locais e cada vez mais nacionais.

A autora ainda destaca quatro processos que são fundamentais ocorridos nos anos de 1960 a 1980. O primeiro diz respeito à “ampliação da articulação comercial” que pode ser pensada a partir da política de Estado “Marcha para o Oeste”. Esta fase compreende a década de 1950 e 1960 e tinha como objetivo a busca de mercados em outras regiões do país. No entanto, estimulou uma concorrência inter-regional, que pode se traduzida como a luta de “Davi e Golias”, haja vista a desigualdade econômica entre as regiões brasileiras. Pode-se destacar ainda a fraca e limitada aptidão em acumular capitais locais para enfrentar a competição inter-regional, de modo que a realidade da região-centro da industrialização brasileira estava distante da realidade do restante do país, o que poderia aumentar ainda mais a heterogeneidade econômica das regiões.

O segundo destaque, que corresponde à década de 1970, tem enfoque na “integração produtiva”. Neste caso, Bacelar (op.cit), faz referência à distribuição espacial das indústrias no país, cuja base essencial é a “regionalização da grande indústria oligopólica (privada ou estatal)”. A intervenção do Estado nesta fase tinha

como objetivo a desconcentração industrial do Sudeste, inserindo outras regiões ao capitalismo industrial. Neste caso, o planejamento regional, toma impulso, e com ele se “propagam as relações de produção capitalistas no interior dos espaços diferenciados do país. Com a transferência do capital produtivo para regiões menos industrializadas.”.

A terceira evidência, de acordo com Bacelar (2000), corresponde à inserção do Brasil na economia mundial. Período que se percebe o grande impacto que o planejamento regional trouxe ao país. A intervenção do Estado, neste caso, configura-se com uma Política de Desenvolvimento Nacional, que priorizava uma expansão industrial, no território brasileiro, na tentativa de utilizar os recursos disponíveis (terras e recursos naturais). Assim, a autora ressalta que “esse fato reforçou a atuação da grande indústria em diversas regiões (que a consolidação do mercado interno havia estimulado anteriormente) e estimulou a expansão e modernização da agricultura no país.”. Bacelar (2000, p.20) nos lembra que a inserção:

Consolidada na época do “milagre” (1968-73) e ampliada depois pela necessidade de gerar excedente na balança comercial para obter as divisas necessárias ao pagamento da dívida externa. Além do impacto desse processo na economia do Sudeste, observa-se seu efeito na modernização da economia agrícola do Sul, em especial do Paraná, na incorporação do Centro-oeste (onde se implanta rapidamente uma moderna agricultura de grãos destinados a exportação) e na exploração de reservas minerais do Norte, sobretudo no Pará.

O quarto e último destaque faz alusão à “integração físico-territorial”, que tinha como objetivo, criar uma infra-estrutura no território nacional que respondesse a uma nova lógica de desenvolvimento no país, com enfoque na industrialização. O planejamento intencionava a criação de uma malha viária que interligasse todas as regiões. Essa integração facilitou a implantação de empresas em novos espaços do território nacional, assim como também facilitou a abertura das fronteiras para fluxos migratórios em direção a exploração da terra, recursos minerais, oportunidades de trabalho e melhores condições de vida.

Em síntese, pode-se dizer que estes quatro destaques resumem o período de inserção do país no mercado mundial, através de uma perspectiva de planejamento com forte intervenção do Estado. Essa perspectiva gerou “dinamismo e mudanças importantes nas estruturas produtivas do país.” Bacelar (2000, p.21) ressalta que “o planejamento esteve presente, tanto no setor público como no privado. As

estratégias tanto da grande empresa privada como das grandes estatais não são obra do acaso e estão vinculadas ao planejamento empresarial.”.

Na década de 1980, o Brasil viveu um período de enorme instabilidade, por consequência de grave crise econômica, que gerou escassez de investimentos e uma estagnação diante a economia mundial. As implicações neste período trouxeram atrasos no desenvolvimento econômico e aumento da concentração de renda. Todas as regiões foram atingidas, haja vista, que a economia nacional encontrava-se “integrada”. Esse contexto de crise econômica abre a discussão de novos rumos a seguir, pois “o planejamento (que exige projeto, visão em médio prazo) é desmontado, cedendo espaço para a gerência da crise.”.

Contudo, este período pode ser reconhecido pela disseminação de idéias neoliberais, as quais encontraram terreno fértil diante da crise. Um novo padrão de atuação estatal é orientado segundo Uderman (2007, p.04), “pelos princípios da superioridade do mercado e pela generalização do uso dos mecanismos de ajustes.”

O projeto neoliberal foi iniciado no governo do presidente Fernando Collor, na década de 1990, reiterado no governo Fernando Henrique Cardoso (FHC) e previa a cumprimento de regras ditadas pelo Banco Mundial, pelo Fundo Monetário Internacional e governo dos Estados Unidos, sob pena de uma não renegociação de dívidas e o não aporte de novos recursos. Entre as exigências podemos destacar um pacote de medidas que incluía, segundo Underman apud Baer (2007, p.08) “o combate à inflação através do ajuste fiscal, a privatização de empresas estatais, a liberalização comercial, a prevalência de taxas de juros de mercado e a abertura da maior parte dos setores aos investimentos estrangeiros”.

É possível perceber um recuo no poder de intervenção do Estado. Neste momento quem faz e executa as regras é o mercado. Nesta nova perspectiva não há espaço para o Estado planejador. Desse modo, tal projeto cria barreiras para o planejamento de políticas de desenvolvimento regional, haja vista que a concepção tem um viés macroeconômico e que não analisa a heterogeneidade das regiões brasileiras, não considerando um dado fundamental: a desigualdade econômica entre elas. Considerando que as idéias neoliberais impostas ao país, a partir da década de 1990, não resolveram e tão pouco minimizaram a desigualdade regional, e que apenas reiteraram a concentração de renda, concordamos em defender o fundamento de que o mercado não será capaz de comandar a vida do país, nem tão pouco de sua dinâmica regional.

É neste contexto que Bacelar (2000, p.32) defendeu uma Política de Desenvolvimento Regional (PDRS), que exigia a “negação de teses neoliberalizantes [...]” e por outro lado requeria a “presença ativa e articuladora do Estado na cena nacional, inclusive do governo Federal.” A autora argumenta dizendo que a dinâmica regional “entregue apenas as próprias decisões do mercado tende a exacerbar seu caráter seletivo, ampliando fraturas herdadas. Tende a desintegrar o país. [...] contrapondo a desintegração competitiva, excludente, seletiva e em curso.”.

Neste sentido, emerge a necessidade de uma nova concepção de desenvolvimento. Em consonância com Bacelar (2000, p. 32), que tenha uma preocupação:

Com a dimensão social e com a integração físico-territorial do país (para o que investimentos em infra-estrutura econômica ganham relevo, vez que são capazes de redefinir territorialidades, num país ainda em processo de ocupação do vasto território).

Desse modo, consideramos que no Brasil, o desenvolvimento enquanto concepção, considerando o ser humano em todas as suas dimensões e que leve em conta a dimensão qualitativa na vida das pessoas ainda tem uma longa caminhada e inúmeros obstáculos a ultrapassar.

### **3.3 Os planos de desenvolvimento regional do Estado do Tocantins e seus significados para o Bico do Papagaio**

Ao nos referirmos a planos regionais de desenvolvimentos pensados para a região do Bico do Papagaio, uma relevante questão se coloca: o papel do Estado como planejador, organizador e promotor do desenvolvimento do território com políticas e ações sistêmicas. A região do Bico do Papagaio, conforme vimos no primeiro capítulo deste trabalho, o qual faz destaque à história da região, conota desde sua formação regional, pobreza, desigualdade, isolamento. No entanto, podemos afirmar que foram poucas as estratégias usadas para reverter esse quadro. Nos últimos anos, podemos perceber certa preocupação, por parte do governo do Tocantins, em tentar inserir a região em planos de desenvolvimento. Como exemplo, podemos citar o Plano de Desenvolvimento Sustentável (PDRS), especialmente pensado para as regiões pobres do Estado, dentre elas, o Bico do

Papagaio e o PPA 2008-2011<sup>19</sup>, também possuidor de objetivos específicos para região.

Desta forma analisaremos o Plano de Desenvolvimento Sustentável (PDRS), o qual além do Norte do Tocantins (incluindo o Bico do Papagaio) contempla ainda o Nordeste, Leste (Jalapão) e Sudeste do Tocantins, regiões que registram os menores índices de desenvolvimento humano (IDH).

A elaboração e execução dos planos de desenvolvimento de regiões pressupõem, antes de qualquer coisa, o esforço do Estado no tratamento das desigualdades intra-regionais. Existe desde a criação do Estado do Tocantins, um empenho no sentido de atenuar o caminho histórico de diferenças regionais naquele espaço, e as quais foram gestadas desde a ocupação do território tocantinense, gerando conseqüentemente às diversidades econômicas, sociais e culturas do Estado do Tocantins e que determinam o surgimento de políticas de planejamento, no sentido de superar essas desigualdades através de ações planejadas, políticas, planos, programas e projetos voltados para integração do território tocantinense.

A palavra planejamento se coloca mais uma vez antecedendo a palavra desenvolvimento e conotando uma ação intrinsecamente estatal. A técnica de planejamento seria um instrumento de política econômica do Estado marcado conforme Ianni (1986, p.54), “como técnica mais ‘racional’ de organização das informações, análise de problemas, tomada de decisões e controle da execução de políticas econômicas-financeiras.” Daí o surgimento de tantos órgãos estatísticos que ajudariam a mensurar o grau de desenvolvimento de uma região. O poder público assume o papel do articulador de investimentos e promotor de condições técnicas, financeiras, jurídicas etc.

O Estado passa a interferir diretamente nas decisões sobre assuntos econômicos e financeiros. Segundo Ianni (1986, p.54), a partir da década de 1930:

O poder público passara a adotar diretrizes cada vez mais elaboradas e tecnicamente mais rigorosas para fazer face a problemas tais como: proteger e estimular os setores econômicos já instalados da economia nacional; formalizar o mercado de fatores da produção; e, controlar as relações sociais de produção.

---

<sup>19</sup> O documento do PPA 2008-2011 analisado neste trabalho é de autoria da Secretaria de Planejamento do Estado do Tocantins, SEPLAN-TO através do Sistema de Elaboração e Revisão do PPA – SISPPA.

A partir dessa premissa, que se coloca nas unidades federativas a intervenção do Estado no sentido de montar uma estrutura que priorize setores de energia, transporte e indústria, que em princípio foi adotado no governo Kubistichesk<sup>20</sup> de matriz nacionalista e intervencionista. É possível observar o surgimento desses princípios como única alternativa para o progresso econômico do Estado. De forma que isso gera uma limitação ao desenvolvimento regional, o problema de que o planejamento governamental não trata de relações que vão além de questões relativas à estrutura econômica. Contemporaneamente, essa seria a principal crítica sobre planejamento governamental, no entanto, a ideia de planejamento econômico passa a fazer parte da realidade política não só no âmbito federal, mas em nível de Estados e Municípios.

Seguindo uma tendência nacional o Estado do Tocantins, a partir de sua emancipação, lança mão do planejamento econômico do Estado como arma ao combate a desigualdades históricas das regiões tocantinenses. Em princípio o Estado do Tocantins passou por profundas mudanças estruturais. A exemplo do que tinha acontecido com a construção da capital federal Brasília, planejada e construída a partir de uma política de desenvolvimento do país, a capital tocantinense, Palmas<sup>21</sup>, seguiu os mesmos princípios. José Wilson Siqueira Campos, primeiro governador do Estado, desejava a construção de uma cidade localizada em uma região, que segundo ele, possibilitasse ser o pólo de irradiação de desenvolvimento econômico do Estado.

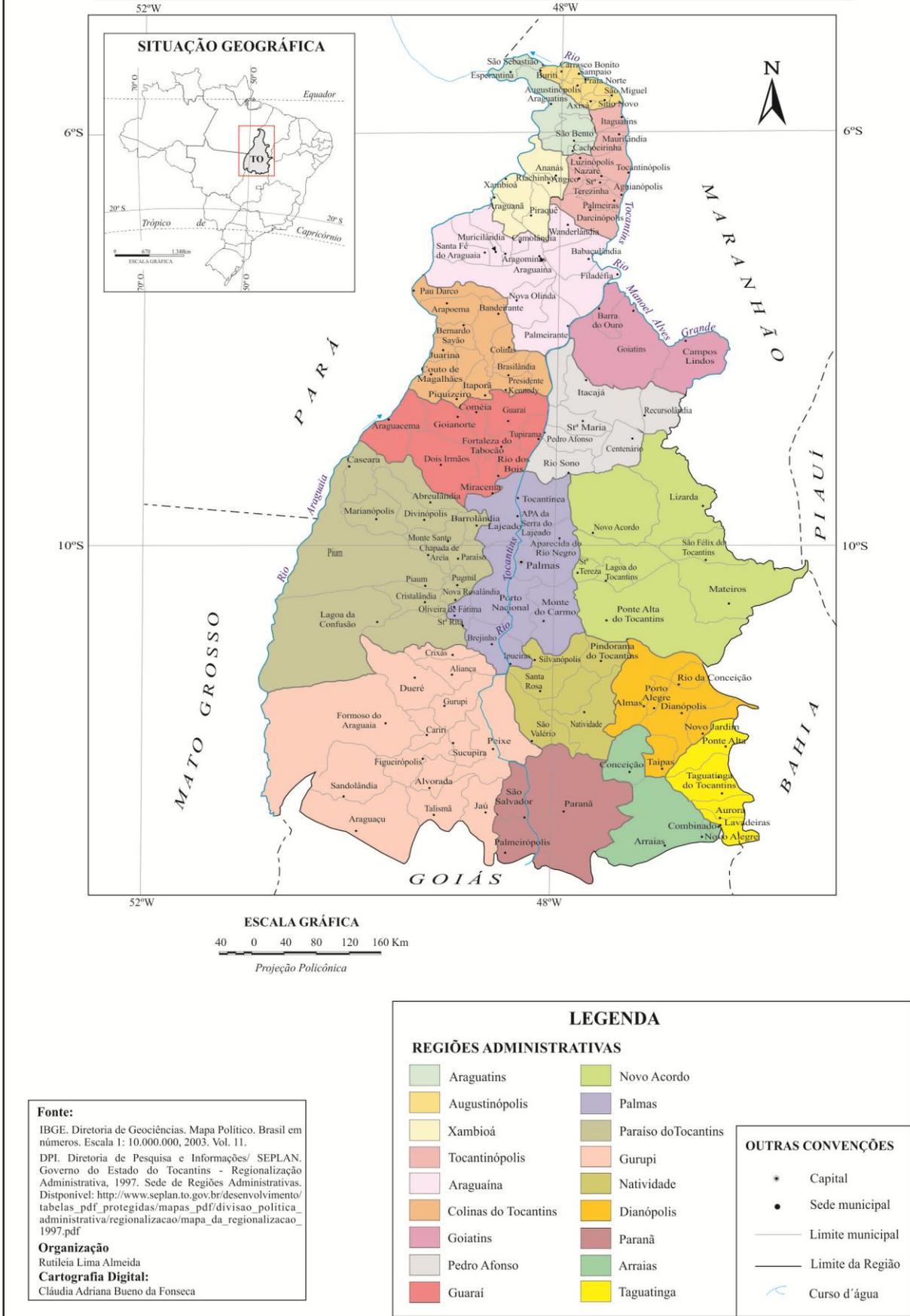
Outra demonstração do Estado em planejar o território tocantinense foi à divisão do seu espaço em regiões político-administrativas, uma proposta de regionalização que facilita a elaboração de dados estatísticos sobre os indicadores econômicos e sociais, conforme o mapa a seguir:

---

<sup>20</sup> Juscelino Kubitschek governou o Brasil no final década de 1950 (1956-1961). Momento em que o país passa por uma rápida expansão do capitalismo.

<sup>21</sup> Com a emancipação do estado do Tocantins, cidade de Miracema do Tocantins, na região central do estado, foi a capital provisória por um ano até a instalação do novo Estado. O primeiro governador eleito Siqueira Campos é autorizado a construir a capital Palmas, a cidade assume o posto de capital em 1º de janeiro de 1990. Para Barbosa, Teixeira Neto & Gomes (2004, p. 67) "Palmas tem, por assim dizer, o mesmo perfil de Goiânia e de Brasília, ou seja, tem a mesma função que estas tiveram: ser a capital geopolítica de um novo estado que acabara de nascer. Sua construção obedeceu, portanto, a três imperativos maiores: político, urbanístico e geopolítico."

**FIG. 11 - REGIÕES ADMINISTRATIVAS DO ESTADO DO TOCANTINS**



**Fonte:**  
 IBGE. Diretoria de Geociências. Mapa Político. Brasil em números. Escala 1: 10.000.000, 2003. Vol. 11.  
 DPI. Diretoria de Pesquisa e Informações/ SEPLAN. Governo do Estado do Tocantins - Regionalização Administrativa, 1997. Sede de Regiões Administrativas. Disponível: [http://www.seplan.to.gov.br/desenvolvimento/tabelas\\_pdf\\_protegidas/mapas\\_pdf/divisao\\_politica\\_administrativa/regionalizacao/mapa\\_da\\_regionalizacao\\_1997.pdf](http://www.seplan.to.gov.br/desenvolvimento/tabelas_pdf_protegidas/mapas_pdf/divisao_politica_administrativa/regionalizacao/mapa_da_regionalizacao_1997.pdf)

**Organização**  
 Rutileia Lima Almeida  
**Cartografia Digital:**  
 Cláudia Adriana Bueno da Fonseca

De acordo com o mapa, nesta regionalização o Estado foi dividido em 18 regiões político-administrativas. Neste recorte a região do Bico do Papagaio aparece representado por 5 regiões administrativas (Araguatins, Augustinópolis, Tocantinópolis, Xambioá e Araguaína), comportando 38 municípios dos 139 existentes. Essa divisão, conforme já mencionamos, parece promover uma melhor gestão dos problemas.

Numa perspectiva mais recente e que fundamenta este trabalho temos os planos que abrangem o planejamento como princípio para o desenvolvimento. A intervenção governamental no Estado do Tocantins é demonstrada através do Projeto de Desenvolvimento Regional Sustentável (PDRS), motivados em sua concepção pela comprovação de altos índices de pobreza em certas regiões, o que corrobora uma perspectiva comum a todos os planos de desenvolvimentos concebidos, a de reduzir as desigualdades econômicas regionais dentro de um território. Na mesma perspectiva, o Plano Plurianual (PPA), demonstra uma preocupação com as diferenciações econômicas no Estado.

Os planos tocantinenses são pautados numa perspectiva de quantificação econômica, como fora visto desde as primeiras teorias concebidas por planos de desenvolvimento de regiões (PNB, PIB, IDH), aliás, esse é o primeiro passo a exemplo do que acontece a nível federal e em outros Estados da federação. A comprovação dos desequilíbrios regionais dentro de um território são confirmadas através da análise desses dados<sup>22</sup> e a divulgação dos mesmos serviu de alerta para a cobrança de uma intervenção governamental. De maneira que Becker (2003, p.62) alerta que:

Devemos entender desenvolvimento regional como um processo de transformações econômicas, sociais e políticas, cuja dinâmica é originada de dentro para fora e por iniciativa própria desses sujeitos (inovações tecnológicas e criadores ideológicos) coletivos regionais, manifesta nas mudanças estruturais ou qualitativas que um processo de desenvolvimento regional a partir de alterações endógenas.

O problema desta concepção de desenvolvimento é o risco em cair na

---

<sup>22</sup>Neste caso é importante basear-se no alerta de Arrais (2007 p.05) “a mensuração do grau de desenvolvimento de um país a partir de um equivalente monetário, seja bruto ou relativo, é sempre um risco, pois esse resultado indica não a causa do subdesenvolvimento, mas o efeito. Na geografia, Lacoste (1970) foi o pioneiro na popularização dessa discussão. Muito embora também tenha considerado a baixa renda nacional média como características do subdesenvolvimento nas décadas de 1960, esse autor destacou, entre outras características, a carência alimentar, a deficiência na agricultura, o fraco consumo de energia mecânica, o fraco desenvolvimento das classes médias, a frágil integração nacional”

errônea ideia de progresso e crescimento econômico como sinônimo de desenvolvimento social. Algo criticado por Sen (2000, p.17):

Que identificam desenvolvimento com crescimento do Produto Nacional Bruto (PNB), aumento de rendas pessoais, industrialização, avanço tecnológico ou modernização social. O crescimento do PNB ou das rendas individuais obviamente pode ser muito importante como um meio de expandir as liberdades desfrutadas pelos membros da sociedade. Mas as liberdades dependem também de outros determinantes, como as disposições sociais e econômicas (por exemplo, os serviços de educação e saúde) e os direitos civis (por exemplo, a liberdade de participar de discussões e averiguações públicas).

No entanto, Moraes (2006, p.160) afirma que o desenvolvimento de Estados sempre esteve ligado ao econômico:

Ser economicamente avançado significa ter uma economia baseada em tecnologia moderna, ser industrializado e ter alto padrão de vida. Tudo isso requer planejamento e emprego de economistas e estatísticos que efetuem pesquisas para controlar as taxas de poupança e investimentos, a construção de novas fábricas, de estradas e portos, o desenvolvimento de estradas de ferro, planos de irrigação, produção de fertilizantes, pesquisa agrícola, florestal, de cerâmicas e de utilização de combustível.

Essa premissa é seguida à risca pelos planos concebidos no Estado do Tocantins, conforme veremos a seguir. Por ser novo, o Tocantins, apenas nas últimas gestões estaduais tem seguido uma tendência que já é comum no Brasil a partir da década de 1970, enquanto era apenas um território esquecido do Norte de Goiás. Essa afirmação justifica mais uma vez nossa escolha por um recorte recente de políticas de desenvolvimento no Estado e suas consequências no Bico do Papagaio. Em princípio vale lembrar que o mesmo possui uma Secretaria específica para organização dessas políticas: a Secretaria de Planejamento do Estado do Tocantins (SEPLAN-TO) tem a função de planejar, implantar e regular as políticas públicas, no âmbito do Estado do Tocantins, sendo responsável por coordenar, programar e avaliar planos, programas, projetos, ações, serviços e benefícios, visando assegurar maior articulação e integração das políticas públicas.

Dentro do âmbito do planejamento, o Estado instituiu uma a Diretoria de Planejamento de Desenvolvimento Regional e Municipal que tem como objetivo organizar a formulação e a avaliação de planos e programas regionais de desenvolvimento que tem como principal finalidade a promoção, “a articulação e integração com o setor privado e a sociedade civil, nas esferas federal, estadual e municipal, objetivando o desenvolvimento integrado dos municípios tocaninenses e

o combate aos desequilíbrios regionais.” (SEPLAN-TO).

O discurso eminente na política de desenvolvimento do Estado é a minimização dos desequilíbrios regionais. Podemos observar erros recorrentes quanto à interseção entre a política de ações e a realidade intra-regional do Estado do Tocantins. O primeiro exemplo trata-se do Plano de Desenvolvimento Regional Sustentável do Tocantins (PDRS), e aqui nos limitaremos a analisar suas metas e ações na região do Bico do Papagaio. Sua finalidade, segundo o projeto idealizado pela SEPLAN-TO, seria descentralizar as políticas públicas e seguir uma prática recorrente no país a partir da década de 1990, chamada governança. Segundo Siedenberg (2006, p.95):

Entre os pesquisadores e analistas que se envolveram com o assunto no Brasil destacam-se três ênfases: (a) para Diniz (1996) *governance* relaciona-se com a capacidade de governo do Estado no sentido lato, envolvendo a sua capacidade de ação na implementação das políticas e consecução das metas coletivas; como o conjunto dos mecanismos e procedimentos que se relacionam com a dimensão participativa e plural da sociedade, incorporando visões dos seus vários segmentos; (b) segundo Ferreira (1996), a governança estaria relacionada à capacidade de implementação de reformas, nos seus aspectos técnicos, financeiros e gerenciais; e (c) no entendimento de Bresser Pereira (1998), governança é a capacidade financeira e administrativa, em sentido amplo, de um governo implementar políticas.

É comum em todos os Estados brasileiros a prática da governança, a incorporação de planos a serem implantados no território e como a participação da população, gestores, planejadores etc. com objetivos comuns. No PPA (TO, p.04) do Tocantins é previsto, de acordo com as estratégias do plano a promoção de uma “Gestão pública moderna, transparente, democrática e orientada para resultados, aproximando governo estadual à sociedade, aos governos municipais e federais, e às instituições públicas e privadas, visando estabelecer boas práticas de governança”.

O Plano de Desenvolvimento Regional Sustentável - PDRS foi concebido com a finalidade, segundo a SEPLAN-TO, de promover:

Uma descentralização nos níveis regional e municipal do planejamento e da gestão dos programas públicos, com a participação da iniciativa privada e das comunidades locais; o fortalecimento da capacidade gerencial dos municípios, do gerenciamento dos serviços de infra-estrutura Regional, do sistema de proteção ambiental e dos projetos de infra-estrutura Regional municipal, intermunicipal e estaduais considerados prioritários pelos conselhos regionais e, ou, municipais (PDRS/EDITAL DE CONSULTORIA, 2009. p.01).

No decorrer dos princípios que motivaram a concepção do PDRS é comum o discurso da governança e do regional, evidenciado a capacidade do Estado em modernizar o setor produtivo e organizar o mercado consumidor, sendo que o Estado do Tocantins materializa esta nova visão de gestão, via financiamentos ou mesmo investimentos em infra-estrutura, capacitando o território a receber investimentos. Estratégias de gestão explícitas no PDRS, o qual o Governo do Estado do Tocantins firmou contrato de empréstimos com bancos internacionais (BIRD), para reconstrução e desenvolvimento de regiões. É possível observar a mesma prática no PPA como também no Portal do Investidor<sup>23</sup>. A política do Estado é atrair investidores. Na abertura do Portal do Investidor é possível ler, a respeito do Tocantins:

A infra-estrutura também conta a favor. Hoje o Tocantins possui 4,5 mil quilômetros de rodovias estaduais pavimentadas, integrando praticamente todas as suas cidades. Enquanto isso, 1,5 mil quilômetro de rodovias federais fazem sua ligação com os demais estados. Até 2010 o Tocantins ganha a modal de transporte ferroviário, com a conclusão das obras da Ferrovia Norte-Sul em seu território. Assim, o estado se colocará no centro da malha ferroviária do Brasil e estará muito mais próximos dos consumidores da Europa e Estados Unidos que outros estados brasileiros de economia mais tradicional.

Mensagens como, por exemplo, do Portal do Investidor, só demonstram que apesar do discurso político inserido nos planos de desenvolvimento regional como o PDRS que visa “contribuir para o aumento do padrão de vida das comunidades regionais, por meio da melhoria do acesso aos mercados, às oportunidades de trabalho, à infra-estrutura e aos serviços sociais” ou inserindo a participação da “sociedade na seleção e acompanhamento da execução dos investimentos, garantidas a transparência e a governabilidade.” São apenas discursos que não passam de uma tentativa política de escamotear os problemas da região e tem o objetivo de capitalizar o território e que não tratam de forma relevante os problemas endógenos da localidade. Ao analisarmos o PPA encontramos os mesmos discursos, um Estado que nasce sob o signo do desenvolvimento, precisa investir em infra-estrutura para receber tal característica.

O Plano Plurianual do Estado do Tocantins 2008/2011, foi sancionado em 2007 (LEI Nº 2009, de 18 de dezembro de 2008, revisão final), no governo Marcelo

---

<sup>23</sup> O Portal do Investidor é um meio de divulgação on-line do Estado do Tocantins destinado a empresários que desejam investir no local em questão. Também faz parte do Portal de Serviços e Informações do Estado do Tocantins.

Miranda, durante o seu segundo mandato, em consonância com o que acontecia no governo federal desde a década de 1990, estabelecendo as diretrizes, objetivos e metas da administração pública estadual, em consonância com o que dispõe a Constituição Federal, devendo ser elaborado no primeiro ano de cada gestão governamental.

O projeto foi dividido em quatro etapas, estratégias de desenvolvimento e macroobjetivos, estratégias de implementação, problemas e soluções indicadas, programas e ações. O PPA é um conjunto de ações planejadas para o Estado do Tocantins durante os anos de 2008, 2009, 2010 e 2011. Aprovado segundo lei, o PPA, prevê ações do governo num período de quatro anos. Tal plano força os Governos a planejar todas as suas ações e também seu orçamento de modo a respeitar todas as diretrizes nele contidas, somente devendo efetuar investimentos em programas estratégicos previstos na redação do PPA para o período em que este vigore. O programa estratégico tem a função de descentralizar os projetos, inserindo todas as regiões, pois estas participarão efetivamente de sua elaboração. Outra questão que fica em voga é o ato de planejar que, conforme já mencionamos, é uma prática das novas gestões, que se modernizam no ato de gerenciar os problemas da administração pública.

Segundo o projeto, o PPA é um plano constituído por instruções “ações, atividades e projetos que visam promover o desenvolvimento sustentável para o Estado, através da inserção da sociedade civil organizada e da iniciativa privada na gestão pública, particularmente na estadual.” Esse discurso vai de encontro com as estratégias pretendidas no plano, na medida em que promover o desenvolvimento, não está exclusivamente ligado ao aumento dos investimentos em infra-estrutura. Segundo as estratégias do PPA-2008/2011, são previstos o “fortalecimento das atividades econômicas sustentáveis, com ênfase no agronegócio e na infra-estrutura econômica”

Em letras maiúsculas podemos ler no plano, em seu primeiro macroobjetivo, “consolidar o Tocantins como Estado competitivo, propiciando a atração e manutenção de investimentos nos diversos setores da economia, com ênfase na multimodalidade de transportes, agronegócio e turismo.” No total são cinco estratégias de desenvolvimento e macroobjetivos, estratégias que revelam a intenção do governo em interferir no território tocantinense que, em linhas gerais, demonstram certa fragilidade na interseção entre intenção e redação de objetivos.

As outras quatro estratégias são: 1) *Buscar a ocupação adequada dos espaços, visando a harmonização da expansão produtiva e social ao desenvolvimento tecnológico e à preservação ambiental;* 2) *promover o desenvolvimento social do Estado do Tocantins, garantindo acesso da população a serviços públicos de qualidade, especialmente em áreas essenciais como saúde e educação;* 3) *ampliar e preservar a qualidade de vida dos cidadãos, proporcionando elevado grau de auto-estima em todos os tocaninenses;* 4) *desenvolver uma cultura moderna de gestão pública, transparente, democrática.*

Para cada um dos macroobjetivos existem cerca de cinco objetivos estratégicos. Além das estratégias de desenvolvimento o plano inclui: 1 - Problema Identificado e Soluções Indicadas nos Encontros Regionais, o qual regionaliza os 139 municípios do território tocaninense em 14 regiões (conforme quadro abaixo), com sedes regionais para discussões de problemas tais como, Educação, Esporte e Cultura; Saúde; Justiça e Segurança Pública; Habitação e Saneamento; Trabalho e Assistência Social; Gestão Pública; Meio Ambiente e Recursos Hídricos; Produtivo; Infra-Estrutura e indicação de possíveis soluções; 2 - Estratégias de Implementação dos Programas, que contém um conjunto de ações a serem desenvolvidas nas regiões; 3 – Programas e Ações.

**Quadro 6:** Regionalização segundo PPA – 2008/2011

REGIÕES E MUNICÍPIOS SEDE	MUNICÍPIOS INSERIDOS
I REGIÃO - PARAÍSO DO TOCANTINS	Abreulândia, Barrolândia, Caseara, Chapada de Areia, Cristalândia, Divinópolis do Tocantins, Lagoa da Confusão, Marianópolis do Tocantins, Monte Santo, Nova Rosalândia, Paraíso do Tocantins, Pium, Pugmil, Santa Rita do Tocantins
II REGIÃO – PEDRO AFONSO	Bom Jesus do Tocantins, Centenário, Itacajá, Itapiratins, Pedro Afonso, Recursolândia, Santa Maria do Tocantins
III REGIÃO - GUARAÍ	Araguacema, Colméia, Dois Irmãos do Tocantins, Fortaleza do Tabocão, Goianorte, Guaraí, Miranorte, Rio dos Bois, Tupirama
IV REGIÃO - COLINAS DO TOCANTINS	Arapoema, Bandeirantes do Tocantins, Bernardo Sayão, Brasilândia do Tocantins, Colinas do Tocantins, Couto Magalhães, Itaporã do Tocantins, Juarina, Pau D'Arco, Pequizeiro, Presidente Kennedy, Tupiratins
V REGIÃO – GOIATINS	Barra do Ouro, Campos Lindos, Goiatins
VI REGIÃO - ARAGUAÍNA	Ananás, Aragominas, Araguaína, Araganã, Babaçulândia, Carmolândia, Filadélfia, Muricilândia, Nova Olinda, Palmeirante, Piraquê, Riachinho, Santa Fé do Araguaia, Wanderlândia, Xambioá
VII REGIÃO - TOCANTINÓPOLIS	Aguiarnópolis, Angico, Darcinópolis, Itaguatins, Luzinópolis, Maurilândia do Tocantins, Nazaré, Palmeiras do Tocantins, Santa Terezinha do Tocantins, Tocantinópolis
VIII REGIÃO – ARAGUATINS	Araguatins, Augustinópolis, Axixá do Tocantins, Buriú do Tocantins, Cachoeirinha, Carrasco Bonito, Esperantina, Praia Norte, Sampaio, São Bento do Tocantins, São Miguel do Tocantins, São Sebastião do Tocantins, Sítio Novo do Tocantins
IX REGIÃO - TAGUATINGA	Arraias, Aurora do Tocantins, Combinado, Conceição do Tocantins, Lavandeira, Novo Alegre, Palmeirópolis, Paranã, Ponte Alta do Bom Jesus, São Salvador do Tocantins, Taguatinga
X REGIÃO-DIANÓPOLIS	Almas, Chapada da Natividade, Dianópolis, Natividade, Novo Jardim, Pindorama do Tocantins, Porto Alegre do Tocantins, Rio da Conceição, Santa Rosa do Tocantins, São Valério da Natividade, Silvanópolis, Taipas do Tocantins
XI REGIÃO - GURUPI	Aliança do Tocantins, Alvorada, Araguaçu, Cariri do Tocantins, Crixás do Tocantins, Dueré, Figueirópolis, Formoso do Araguaia, Gurupí, Jaú do Tocantins, Peixe, Sandolândia, Sucupira, Talismã
XII REGIÃO - PONTE ALTA DO TOCANTINS	Lagoa do Tocantins, Lizarda, Mateiros, Novo Acordo, Ponte Alta do Tocantins, Rio Sono, Santa Tereza do Tocantins, São Félix do Tocantins
XIII REGIÃO-PORTO NACIONAL	Brejinho de Nazaré, Fátima, Ipueiras, Monte do Carmo, Oliveira de Fátima, Porto Nacional
XIV REGIÃO-PALMAS	Aparecida do Rio Negro, Lajeado, Miracema do Tocantins, Palmas, Tocantínia

**Fonte:** PPA/Problemas e Soluções Indicadas (2007, p.04)

Ao observar a primeira estratégia de desenvolvimento, não se pode deixar de notar a visão de lançar o Estado numa competição nacional, com viés e concentração na agropecuária voltada à exportação, nem que para isso, regiões como o Bico do Papagaio, com vocação para agricultura familiar, sejam inseridas num modo de produção voltado ao mercado externo. Dentro dessa estratégia podemos ainda destacar três objetivos estratégicos que em linhas gerais são relevantes a nossa análise: *1 - Dotar o Tocantins da infra-estrutura necessária ao desenvolvimento econômico, fortalecendo as atividades que incrementarão a multimodalidade de transportes; 2 - Consolidar o Estado do Tocantins como pólo agroindustrial, fortalecendo o agronegócio de forma sustentável; 3 - Estimular o*

*desenvolvimento do Estado com a promoção de mecanismos de fomento à produção,*

O vice- governador, Paulo Sidnei, em discurso na reunião que definiria as demandas do Bico do Papagaio para o PPA afirma que “a região tem inúmeras riquezas e será beneficiada com a Ferrovia Norte-Sul”. No mínimo, pode se afirmar que é preocupante um plano que tem como proposta geral, corrigir as diferenciações econômicas entre as regiões e mais que isso, corrigir aos desequilíbrios regionais, utilizar de uma política de competição, aliada a intenção de inserir o Estado e o Norte do Tocantins no mercado externo, tentando camuflar as verdadeiras demandas da região. De forma clara podemos observar o risco em focar apenas nessa intenção. Não se pode esquecer que por trás de cada política de desenvolvimento, primeiro é necessário pensar nas comunidades locais, nos benefícios a essa população. Perceber que a região não é apenas um “corredor”, por onde as riquezas passam.

O planejamento e os planos de desenvolvimento (PDRS e PPA 2008-2011) do Tocantins têm a pretensão de funcionar como agentes fomentadores de um processo regional de discussão para o aproveitamento das potencialidades das regiões tocantinenses, desempenhando fator de atração e de investimentos regionais sem deixar de considerar a realidade de cada um desses espaços e respeitar as suas práticas históricas no domínio econômico, social e cultural. No entanto, as concepções de desenvolvimento inseridas nos planos recorrem na ideia de esforço do Estado em aumentar a produção a partir de elevação dos níveis tecnológicos do Estado o que vai de encontro com os anseios e perspectivas de desenvolvimento da população do Bico do Papagaio. Nos encontros regionais do PPA, sobre a identificação de problemas, a população revelou que as dificuldades são internas, locais e não tem pretensões macrorregionais. Dentre os problemas relacionados estão: *Educação, Esporte e Cultura*: Distorção Idade-Série, abandono (evasão) escolar, má qualidade de ensino, abandono das tradições culturais; *Justiça e Segurança Pública*: Dificuldade de acesso à justiça; *Habitação e Saneamento*: Deficiência de saneamento básico na região; *Gestão Pública*: Dificuldade de execução e gerenciamento das ações de governo; *Produtivo*: baixa produtividade agrícola, insuficiência de assistência técnica, dificuldade de acesso aos canais de comercialização, falta de planejamento articulado, revitalização das agroindústrias e reorganização do associativismo, dificuldade de acesso ao crédito para pequenos

produtores e contemplados pelo PRONAF<sup>24</sup>.

No setor produtivo, os anseios da população são por uma produção agrícola em baixa escala, de produção familiar, com assistência técnica, planejamento e crédito rural para pequenos produtores. Fica notório que existe um equívoco entre as cobiza da região do Bico do Papagaio e os planos de desenvolvimento pensados e inseridos. Esses equívocos deram novos contornos à região, inserindo-a em um contexto regional maior, e dependente de outras regiões nos diversos setores. Cabe analisarmos a inserção do Bico do Papagaio no atual contexto regional.

---

<sup>24</sup> Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar

## 4 A GEOGRAFIA REGIONAL CONTEMPORÂNEA DO BICO DO PAPAGAIO

O espaço representado não é mais o espaço, mas a imagem do espaço, ou melhor, do território visto e/ou vivido. É, em suma, o espaço que se tornou o território de um ator, desde que tomado numa relação social de comunicação (RAFFESTIN, 1980, p.147).

Compreender como funciona a dinâmica geográfica atual do Bico do Papagaio requer, antes de tudo, levantar questões teóricas e empíricas sobre polarização e regionalização, relacionando-as com aquele espaço regional. A região do Bico do Papagaio tem seu espaço recortado de formas diferentes e de acordo com o interesse pretendido, delimitando seu território com distintos formatos. Dentre as regionalizações estabelecidas, escolhemos para análise a microrregião do Bico do Papagaio, o Norte do Tocantins e as Mesorregiões Diferenciadas. Do mesmo modo relacionamos as cidades de Imperatriz (MA), Araguaína (TO), Marabá (PA), Araguatins (TO) e Augustinópolis (TO) como cidades que polarizam a região e dinamizam economicamente e socialmente o Bico do Papagaio.

### 4.1 Região e regionalização no Bico do Papagaio

Ao discutir este tema, em princípio desejamos abordar a relação entre região e regionalização. Para tanto, lembramos do alerta de Santos (1999, p.16), recomendando da necessidade de atualizarmos conceitos. Com relação ao conceito de região o autor refere-se a este, assegurado que “a região continua a existir, mas com um grau de complexidade jamais vista pelo homem” acrescenta ainda que a individualização e a regionalização de espaços serão ferramentas indispensáveis na análise da região. Neste sentido, Lencione (1999, p.194), lembra que “a escala regional, como escala intermediária de análise, como mediação entre o singular e o universal, pode permitir revelar a espacialidade particular dos processos sociais globais.”

Contrapondo-se ao conceito de homogeneização do espaço, desejado pelo processo de globalização, a região surge como um conceito do qual se torna inevitável a observação das singularidades, tendo uma relação de analogia com o processo de regionalização. A abordagem deste assunto é relevante na proporção em que a homogeneização dos espaços suprime a história desigual dos mesmos,

tanto numa perspectiva histórica quanto na política e cultural. Esta perspectiva de pensamento é válida também numa escala local, onde as histórias dos lugares ocorrem de forma diferenciada, desigual.

Desse modo, a análise da categoria região é relevante, conforme explica Haesbaert (op.cit. p.15), “não está ligada apenas a realidade concreta que mostra uma nova força das singularidades, um revigorar dos localismos/regionalismos e das desigualdades espaciais [...]”. Existem, segundo o autor (op.cit), considerações a serem feitas como, por exemplo, de que “as novas formas de manifestação da diversidade territorial a qual está ligada a regionalização”. É nesse sentido Haesbaert (1999, p.17), admite que o processo de regionalização:

[...] é um processo amplo, instrumento de análise para o geógrafo em sua busca de recortes mais coerentes que dêem conta das diferenciações no espaço. Por outro lado região como conceito, envolve um rigor teórico que restringe seu significado, mas aprofunda seu poder explicativo; para defini-la devemos considerar problemática como a das escalas e fenômenos sociais mais específicas (como os regionalismos políticos e as identidades regionais) entre aquelas que produzem a diversidade geográfica do mundo.

O sentido da regionalização seria evidenciar alguns espaços, com características específicas no âmbito social, histórico, cultural etc. Limonad (2004, p.57) corrobora com esta premissa, admitindo que a “região é produto do pensamento social, de práticas hegemônicas e contra-hegemônicas, assim, é uma representação, e parte da construção social do espaço de uma sociedade.” A autora (op cit) afirma que:

A região seria uma resultante da construção histórica desta complexa coerência, construída a partir da dialética articulação (enfrentamento) de distintos processos sociais, que tende a conferir características específicas a um determinado espaço social, e a expressar os distintos interesses dos agentes e atores envolvidos.

De fato, a Geografia Regional recente utiliza a diversidade territorial produzida pelo mundo contemporâneo como elemento de análise para espaços regionais. A proposta alerta para errônea noção de uma tendência à homogeneização desses espaços, na medida em que, a produção de particularidades e do desigual não se desvencilha de uma análise das mesmas numa escala maior, integrando-se esses aspectos característicos de uma região e bem como parte integrante de outras regiões ou espaços regionais. Dessa forma, segundo Haesbaert (1999, p.20)

regionalizar torna-se “uma tarefa duplamente difícil: como se pode dividir o que em tese está em crescente processo de integração? Como se podem distinguir espaços num mundo que se diz em processo de homogeneização?”

A apreciação da diversidade territorial precisa é indispensável, no mundo em processo de globalização, para que se possam assinalar esses espaços, já que são produzidos de forma constante, contrapondo-os ao processo homogeneização. Haesbaert (1999, p.21) alerta que:

Como alguns não admitem uma leitura geral do espaço sob um mesmo critério integrador/diferenciador, a diversidade territorial nem sempre se torna sinônimo de diversidade regional, pois, para muitos geógrafos, nem todo recorte coerente do espaço geográfico é uma região – apenas aqueles que se referem a processos específicos como os movimentos regionalistas e as identidades regionais. Aqui, portanto, os processos responsáveis pela formação de regiões acabam interligando o político, o econômico e o cultural.

Qual então seria a relação entre região, regionalização e diversidade regional?

O entendimento dessa relação perpassa por uma complexa questão, a de que é arriscado definir um espaço regional, uma região, com tantas variáveis existentes no espaço contemporâneo na medida em que existe uma dificuldade de determinar categoricamente o limite de uma região. Para Limonad (2004, p.57) é complexo definir “um marco delimitador que permita ao cientista afirmar aqui termina uma região A e ali começa uma região B, pois o espaço é uma expressão de continuidades e descontinuidades físicas e sociais.”

A partir desta complexidade, e conforme mencionamos, o conceito de região é uma construção histórica e com uma base teórica-metodologia intrincada de aplicação, diferentemente do conceito de regionalização, aplicável, principalmente, nas esferas de planejamento econômico e político. Limonad (op.cit) afirma que “uma regionalização pode fundamentar uma reflexão teórica ou atender uma prática de planejamento ou por propostas de desenvolvimento regional”. Ou seja, uma mesma região pode ser regionalizada de diversas formas, de acordo com o interesse de quem regionaliza. Uma questão a se considerar ao tratar de regionalização, pois quem regionaliza, o faz com interesses nem sempre explícitos.

Neste caso, os dois conceitos se distanciam e se aproximam ao mesmo tempo, já que ao mesmo tempo em que a região é construída ao longo da história, também pode ser construída por agentes que a regionalizam, fato que nem sempre

respeitará a história da região, ou melhor, do espaço vivenciado cotidianamente pelos atores da região. Nesse sentido, cabe observar que regionalizar é mais uma metodologia do que um conceito geográfico. Conforme alerta Haesbaert (1999, p.28) é “um instrumento geral de análise, um pressuposto teórico-metodológico para o geógrafo”, o autor ainda acrescenta que “qualquer espaço pode ser objeto de regionalização, dependendo dos objetivos definidos pelo pesquisador”

De fato, é relevante fazer uma distinção entre região e regionalização. A região considerada por muitos o único verdadeiramente geográfico e, mesmo que se afirmem que a região não mais exista, continuamos a vivê-la ou assisti-la nas diversas expressões materializadas na sociedade. A categoria é utilizada como mecanismos de ações políticas de planejamento. Nessa direção, Corrêa (2001, p.183), lembra que o termo região “deriva do latim *regio*, que se refere se à unidade político-territorial em que se dividia o Império romano” dando uma conotação política ao termo. O autor acrescenta que “sua raiz está no verbo *regere*, governar, o que atribui a região, em sua concepção original, uma conotação eminentemente política”. Nesse sentido é possível observar que a região tem uma dimensão mais conceitual e para tanto serve de base para o conceito de regionalização.

O conceito de região derivou de um longo caminho epistemológico na ciência geográfica, com inúmeras tentativas no sentido de cristalizar uma consideração a cerca da questão. Contudo, as amarras foram em vão, na medida em que a região para a Geografia foi adquirindo abordagens teórico-metodológicas, distintas ao longo da história do conhecimento geográfico, delimitando-o e o tornando mais coerente. Neste sentido Correia (2002, p. 192-193):

Com a globalização o caráter particular da região, não mais dotada de autonomia, como talvez pudesse ser concebido em relação às velhas regiões-paisagens européias, fica claramente evidenciado. E as múltiplas possibilidades de recortar a superfície terrestre tornam a categoria da particularidade mais relevante. Neste sentido, além da própria realidade demandar o conceito de região, ela constitui-se na mais importante via geográfica de se introduzir na geografia a relevante e difícil categoria da particularidade.

Na maioria dos estudos, a região era vista sob uma abordagem que concebia o conceito apenas como uma parcela do espaço, que possuísse aspectos coerentes de caráter singular, aspectos contíguos, até considerando uma homogeneidade espacial. Um erro, segundo as novas teorias, já que a homogeneidade espacial não

existe<sup>25</sup>. Outro erro corrente seria a negligência ao aspecto cultural. Qualquer porção do espaço institucionalizado ou não, que possui segundo Haesbaert (1988, p.25) “identificação ”ideológica-cultural e representatividade política, articulado em função de interesses específicos, geralmente econômicos, por uma fração ou bloco ‘regional’ de classe que nele reconhece sua base territorial de produção”, pode ser considerado um espaço regional.

As mudanças conceituais emergem frente às novas formas de organização do espaço e as interações espaciais que se impõem. Mesmo considerando esses conceitos não podemos nos fixar exclusivamente na questão teórica, Corrêa (1986, p.92), aponta para a relevância de “transcender essa etapa e proceder ao exame das condições concretas de existência de uma região” é indispensável. Segundo o autor “averiguar como se articula com as demais e com o conjunto, como ela surge se desenvolve e, eventualmente desaparece”

A importância do estudo empírico demonstra como o conceito adquire uma face relacional, de forma que não é possível estudar uma região isoladamente. É importante lembrar que segundo Santos (1988, p. 46) “estudar uma região significa entrar num mar de relações, formas, funções, organizações, estruturas etc., com seus mais distintos níveis de interação e contradição”, que nesse processo “globalitário”, a análise regional apreende novos contornos, precisando ser redefinida já que focar o conceito apenas como um espaço de “coerência funcional” não basta. Hoje, o mundo é fragmentado, possui vários espaços ou subespaços recortados com continuidades e descontinuidades.

Nesta lógica, emerge a necessidade de uma nova metodologia para se pensar nos espaços fragmentados, regionalizados, criados que podem ser chamados de região ou não. Mas, que espaços regionalizados são esses? O que é regionalizar? E o principal, porque regionalizar, qual objetivo? O Bico do Papagaio, no Norte do Estado do Tocantins, pode ser considerado uma região conforme detalhamos o conceito ou é apenas um espaço regionalizado? Para Ribeiro (2004, p.198):

---

<sup>25</sup> A nova geografia regional demonstra o caráter relevante de perceber as recentes questões regionais, segundo Haesbaert (1999, p.16) “regionalismos, identidades regionais e/ou regiões são ou foram abordados tanto pela ciência política (desde o legado de Gramsci e a questão meridional italiana como questão regional, pela Economia regional (como nos trabalhos de Perroux, Boudeville, Richardson e Isnard), pela Sociologia (vide trabalhos de Bourdieu e Giddens), pela Antropologia e pela História regional.”

A noção de regionalizar é nitidamente polissêmica. O termo refere-se, mais do que a efetiva existência de regiões, à capacidade de produzi-las, o que inclui o acionamento de ideologia, com apoio, por exemplo, em dados da paisagem, valores culturais compartilhados ou critérios político-científicos que legitimam fronteiras e limites.

Regionalizar exige uma interpretação maior do que uma simples diferenciação de áreas, como nas teorias clássicas. Significa algo mais complexo, ligado à diversidade territorial que se impõe na contemporaneidade, da qual já mencionamos, é uma realidade irrefutável, contrapondo-se ao inerente processo de homogeneização. Segundo Haesbaert (p.30) “promovidas pelos processos globalizadores, especialmente aqueles ligados aos circuitos econômicos do capitalismo globalizado”. A proposta clássica de diferenciação de áreas não implica em diversidade territorial, pois neste último a região como produto genérico adquire sentido mais amplo. Dessa forma, não podemos negar a relevância e mesmo a necessidade, permanente, de perceber recortes espaciais por mais modificáveis que sejam.

A regionalização surge, segundo Becker (2006, p.145), como um “instrumento básico do planejamento e pode contribuir sobremaneira para compatibilizar desenvolvimento e sustentabilidade.” De maneira que o conhecimento da nova Geografia regional torna-se, fator determinante para a definição e implementação de políticas de desenvolvimento adequadas às diferentes realidades regionais. A regionalização tem conotação de estratégias políticas neste contexto conceitual, mas qual seria o critério para identificar esses espaços, para regionalizá-los? Poderíamos concebê-la apenas como instrumento (político, ou não)?

Haesbaert (p.32) assume a “regionalização enquanto instrumento de investigação.” Uma regionalização pode motivar uma reflexão teórica ou atender as necessidades impostas por uma política setorial, uma prática de planejamento ou por propostas de desenvolvimento regional. Conforme visto no capítulo anterior a região do Bico do Papagaio foi regionalizada por diversos organismos, institucionalizados ou não. O Bico do Papagaio visto e reconhecida pelo IBGE, pelos setores estaduais de planejamento, pela comunidade etc. cada recorte pensado, proposto, tem uma finalidade. Em consonância com Limonad (p.158): “de fato a regionalização, as regionalizações possíveis e existentes para um mesmo território são inúmeras e usualmente atendem a interesses extremamente precisos.”

**Quadro 7:** Região do Bico do Papagaio: algumas regionalizações

REGIÃO REGIONALIZADA	QUEM REGIONALIZA	ÁREA (ESTADOS)	PROPÓSITO POLÍTICO	NÚMERO DE MUNICÍPIOS
Microrregião do Bico do Papagaio	Estado do Tocantins	Tocantins	Divisão dos municípios em regiões político-administrativa	25
Norte do Tocantins	Estado do Tocantins	Tocantins	Limites definidos pela região vivida através de relações materiais (fluxo cotidiano de pessoas e mercadoria, relações econômicas) e imateriais (relações de vivência cotidiana) e reconhecidas pelo estado do Tocantins como uma região de planejamento. <sup>26</sup>	37
Mesorregião diferenciada do Bico do Papagaio	Governo Federal	Maranhão, Tocantins e Pará	O PROMESO <sup>27</sup> busca a redução das desigualdades sociais e regionais. Este programa reconhece regiões diferenciadas por altos índices de pobreza no território brasileiros e estes territórios envolvem regiões de um ou mais estados que compartilham características comuns em cultura, questões socioeconômicas, políticas e	66
Região Tocantina	Não oficializada	Maranhão, Tocantins e Pará	A “região Tocantina não é institucionalizada. No entanto, é assim conhecida, simbolicamente, pelo senso comum, pela sociedade civil e por políticos como a região que ultrapassa as fronteiras do estado do Tocantins em seu extremo Norte e vai até o Sudoeste do Maranhão e Sudeste do Pará.	Não institucionalizada <sup>28</sup>

**Fonte:** Ministério da Integração Nacional-Mesorregiões Diferenciadas; Secretaria de Planejamento do Estado do Tocantins - SEPLAN – TO; SOUSA, Jailson Macedo (2005).  
Dados organizados: Rutileia Lima Almeida.

A partir da tabela anterior e dos mapas a seguir, que evidenciam as regionalizações pensadas para o Bico do Papagaio, podemos concluir, que a primeira (microrregião do Bico do Papagaio) é uma determinação política para fins administrativos, recorte que considera o extremo Norte do Tocantins com 25

<sup>26</sup> A Secretaria de Planejamento do Estado do Tocantins utiliza esta regionalização para programas como: Zoneamento Ecológico-Econômico e compilação de dados regionais do estado.

<sup>27</sup> Programa de Sustentabilidade de Espaços Sub-regionais, coordenado pelo Ministério da Integração Nacional.

<sup>28</sup> A região Tocantina corresponde ao mesmo recorte da região do Bico do Papagaio, sendo esta última mais utilizada por ser institucionalizada. Segundo Sousa (2005, p.197), a região Tocantina “é identificada segundo as relações sócio-econômicas que Imperatriz estabelece com municípios circunvizinhos.”

municípios. O recorte intenciona incorporar municípios com graus semelhantes de desenvolvimento, utilizando para isso, dados como IDH, PIB, renda per capita, taxas de arrecadação como ICMS etc.. Nesta regionalização não é inserida a cidade de Araguaína, já que esta possui um grau de desenvolvimento superior aos outros municípios da microrregião.

A segunda regionalização (Norte do Tocantins) com 37 municípios procura inserir um maior número de municípios, já que a intenção deste recorte busca considerar as relações de fluxos na produção e no consumo entre os municípios. Outra preocupação deste recorte é inserir municípios com semelhanças geográficas para fins de zoneamento ambiental e econômico.

A regionalização criada pelo Governo Federal (Mesorregião Diferenciada do Bico do Papagaio) se assemelha com o recorte da região Tocantina (não institucionalizada), que incorpora tanto municípios do Tocantins, como do Maranhão e Pará. São 66 municípios que partilham características políticas, econômicas e culturais. Neste caso se considera o município de Imperatriz, Marabá como polos regionais. A principal diferença da Mesorregião Diferenciada do Bico do Papagaio para a região Tocantina se deve à inserção, a esta última, do município de Araguaína, também como pólo regional. Atendendo, assim, aos fluxos funcionais da região. Percebe-se que são regionalizações que aceitam a concepção de regiões política, funcional, polarizada e administrativa e que existe uma infinidade de recortes que ainda podem ser criados, no entanto, a intenção de privilegiar a região do Bico do Papagaio, como uma construção político-social, nem sempre é considerada. Entendemos que a região do Bico do Papagaio deve se olhada de dentro, a partir de seu cotidiano, evitando construir uma região sem sua dinâmica, sem sua história. A seguir as regionalizações citadas em mapas:

**FIG. 12 - MICRORREGIÃO DO BICO DO PAPAGAIO  
ESTADO DO TOCANTINS**



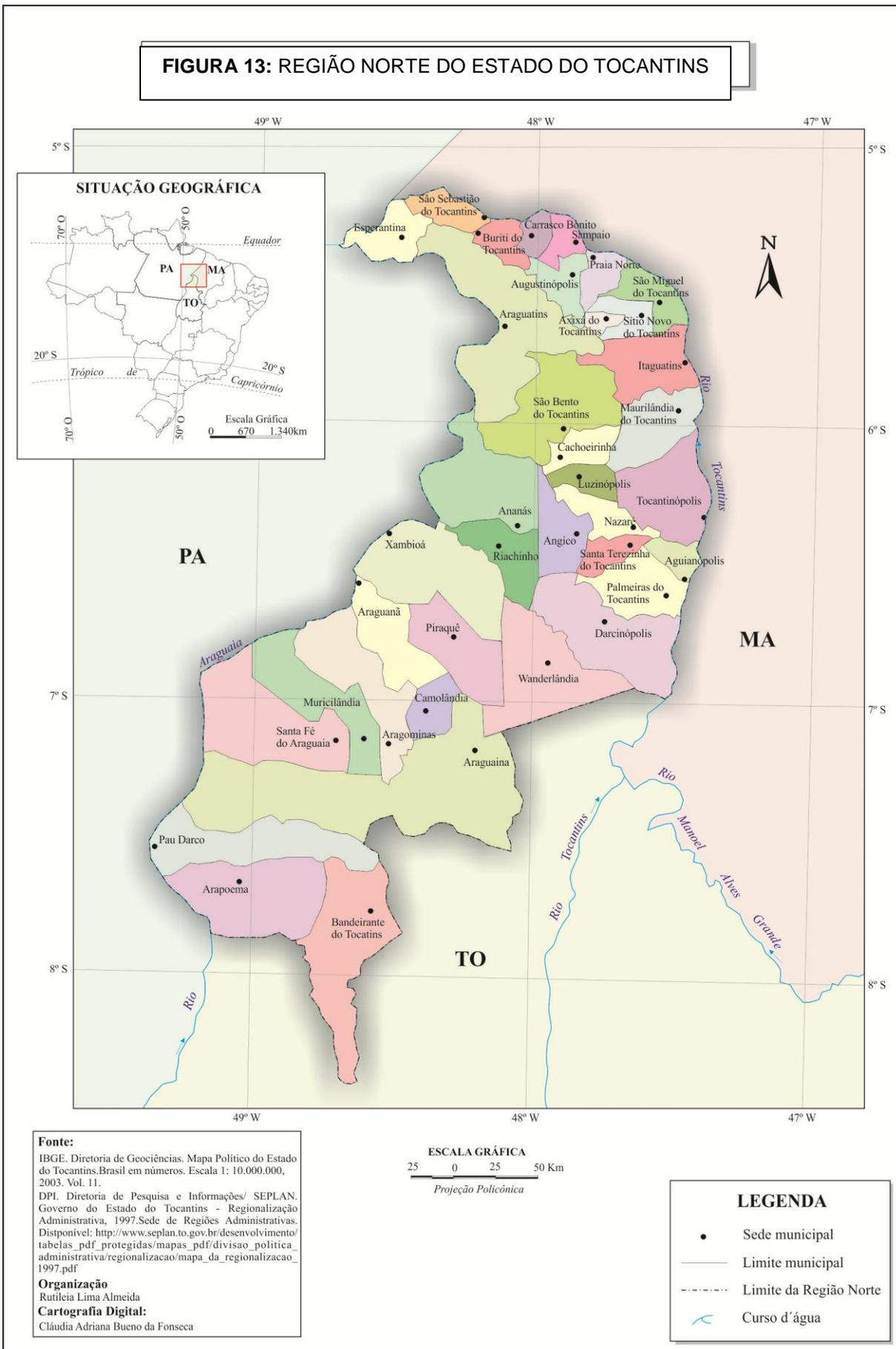
**ESCALA GRÁFICA**



**Fonte:**  
 IBGE. Diretoria de Geociências. Mapa Político do Estado do Tocantins, Brasil em números. Escala 1: 10.000.000, 2003. Vol. 11.  
 DPI. Diretoria de Pesquisa e Informações/ SEPLAN. Governo do Estado do Tocantins - Regionalização Administrativa, 1997. Sede de Regiões Administrativas. Disponível: [http://www.seplan.to.gov.br/development/tabelas\\_pdf\\_protegidas/mapas\\_pdf/divisao\\_politica\\_administrativa/regionalizacao/mapa\\_da\\_regionalizacao\\_1997.pdf](http://www.seplan.to.gov.br/development/tabelas_pdf_protegidas/mapas_pdf/divisao_politica_administrativa/regionalizacao/mapa_da_regionalizacao_1997.pdf)  
**Organização**  
 Rutileia Lima Almeida  
**Cartografia Digital:**  
 Cláudia Adriana Bueno da Fonseca

- LEGENDA**
- Sede municipal
  - Limite municipal
  - - - - - Limite da Microrregião
  - ~ Curso d'água

**FIGURA 13: REGIÃO NORTE DO ESTADO DO TOCANTINS**

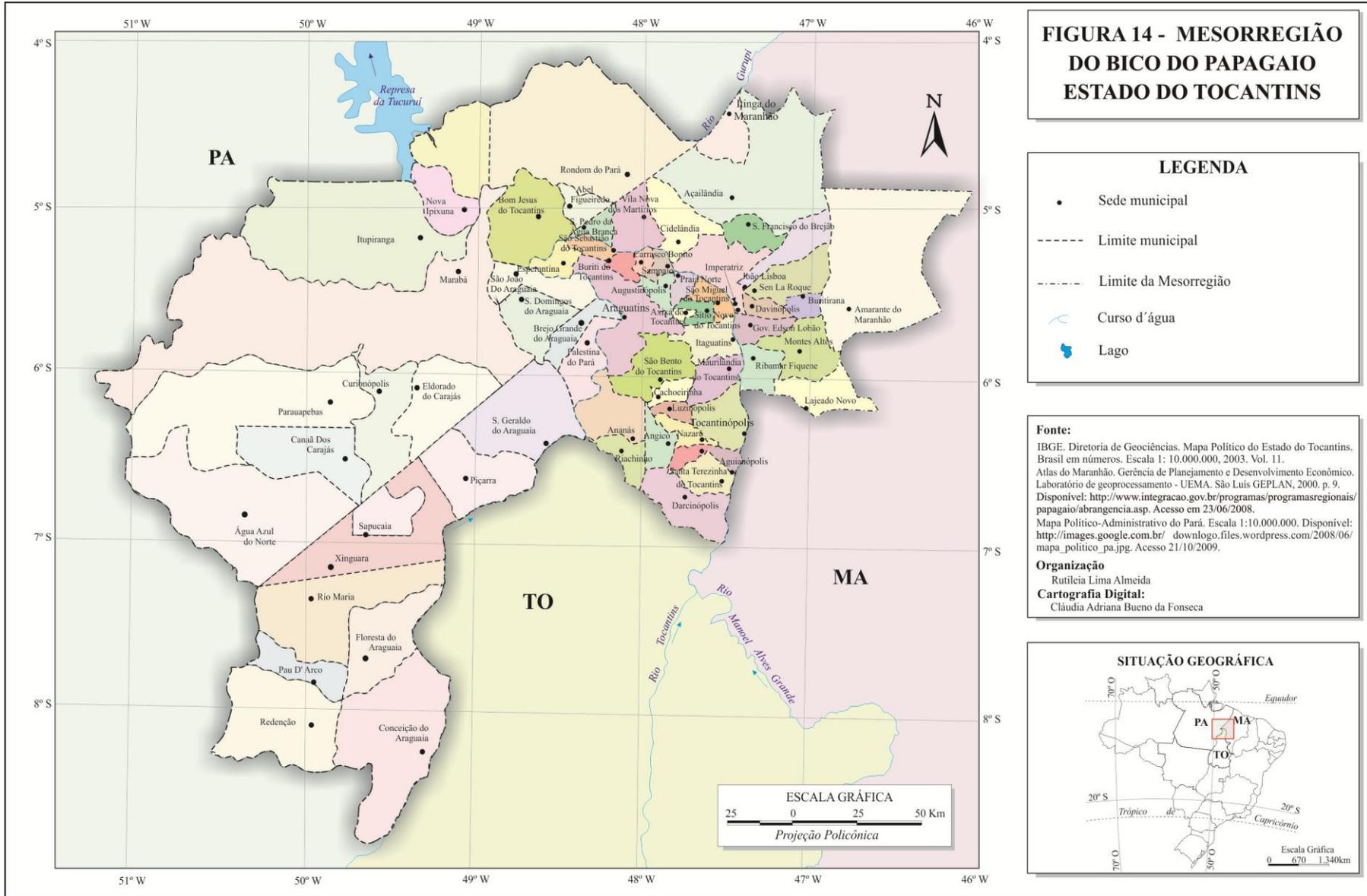


**Fonte:**  
 IBGE. Diretoria de Geociências. Mapa Político do Estado do Tocantins. Brasil em números. Escala 1: 10.000.000, 2003. Vol. 11.  
 DPI. Diretoria de Pesquisa e Informações/ SEPLAN. Governo do Estado do Tocantins - Regionalização Administrativa, 1997. Sede de Regiões Administrativas. Disponível: [http://www.seplan.to.gov.br/desenvolvimento/tabelas\\_pdf\\_protegidas/mapas\\_pdf/divisao\\_politica\\_administrativa/regionalizacao/mapa\\_da\\_regionalizacao\\_1997.pdf](http://www.seplan.to.gov.br/desenvolvimento/tabelas_pdf_protegidas/mapas_pdf/divisao_politica_administrativa/regionalizacao/mapa_da_regionalizacao_1997.pdf)  
**Organização**  
 Rutileia Lima Almeida  
**Cartografia Digital:**  
 Cláudia Adriana Bueno da Fonseca

**ESCALA GRÁFICA**  
 25 0 25 50 Km  
 Projeção Policônica

**LEGENDA**

- Sede municipal
- Limite municipal
- - - Limite da Região Norte
- ~ Curso d'água



Questão de extrema relevância se considerarmos que recortar espaços e forjar regiões implicará diretamente na vida das pessoas, as quais vivem e vivenciam aquele determinado território. Personificar, recortar, dividir, interferir num espaço construído historicamente, é tarefa difícil e arriscada, principalmente porque o objetivo perpassa quase sempre por uma intenção que visa planejamento, organização, investimentos e melhorias. Neste caso é relevante a preocupação de Haesbaert (1999, p.21-22):

Qualquer iniciativa no sentido de analisar a diversidade territorial implica em reconhecer a relação particular-geral e singular universal, de modo a não cair nem em estudos de caso que sirvam simplesmente para corroborar uma visão geral, como muitas vezes ocorre na concepção de região como produto da divisão territorial do trabalho, nem em estudos específicos que nada dizem sobre relações sociais mais amplas, como ocorria em algumas leituras empiristas da Geografia clássica.

As regionalizações propostas para o Bico do Papagaio, bem como qualquer outra forma de regionalizar, segundo Limonad (2004, p.62.): “podem apresentar variações em função da finalidade a que se propõem a atender”. A autora afirma que estas podem ter por apoio, visões “variadas desde as regiões funcionais até as polarizadas”. Caso típico da região do Bico do Papagaio, que apesar das regionalizações propostas por variados órgãos, tem igualmente as cidades Araguaína, Marabá, Imperatriz que polarizam a região.

Para efeitos de organização e planejamento econômico, geógrafos e demais cientistas pensam em regionalizações com base na geoeconomia, ou seja, regiões do Norte e Nordeste do Brasil, caso do Bico do Papagaio, no Norte do país, ficam relegadas, sem interesses direcionados especialmente a elas. Apesar dos investimentos estruturais destinados a essas regiões não se considera a região vivida. Esse tipo de regionalização reflete o pensamento economicista e proveniente da prática de planejamento governamental, baseado numa especialização regional, o que faz Limonad (op.cit): “pensar no desenvolvimento regional em termos da sociedade – o que acarreta desdobramentos que vão além do desenvolvimento econômico”. Neste caso há uma iminência em pensar novas formas de regionalizar, que considerem a região além da visão econômica. De acordo com que já dissemos não se regionaliza um espaço sem interferir na vida das comunidades presentes nele.

Neste caso, há uma necessidade indispensável de refletirmos o Norte do

Tocantins, e as regionalizações impostas para o Bico do Papagaio. Conforme ponderamos sobre o ato de regionalizar, corre-se o risco de imprimir marcas àquele espaço, com recortes impostos politicamente a uma região construída e delimitada historicamente, vivenciada cotidianamente na economia, na política, na cultura.

O poder político se revela e se territorializa com ações e atos regionalizadores, promovendo um ordenamento do território, justificados pela implantação de projetos fundamentados em políticas públicas. Dias (p.168), lembrando a década de 1990, no governo Fernando Henrique Cardoso, corrobora com esta afirmação:

A principal política espacial implementada na última década foi orientada pela lógica das redes técnicas; a concepção que estava subjacente à proposta dos Eixos Nacionais de Integração e Desenvolvimento (ENID), implementada durante o governo Fernando Henrique Cardoso, era de pensar as redes de transportes como fatores de desenvolvimento e de integração regional.

A autora entende que “a região institui uma reflexão política de base territorial e que a regionalização constitui instrumento de divisão do espaço”. Neste sentido é conveniente o alerta de Ribeiro (2004, p.195), onde afirma que “a análise de região correlata à regionalização como “fato” e mobiliza interpretações que tocam, profundamente, as condições historicamente construídas da reprodução social.” Pensar na região do Bico do Papagaio como uma construção histórica não é trabalho complexo, conforme visto no primeiro capítulo deste trabalho. É uma região que se forma com bases na extração mineral e vegetal por nordestinos, ainda no século XVIII, e se fortalece ao longo da sua história com uma vocação natural para o extrativismo, agricultura e pecuária, perpassando por conflitos e se cristalizando enquanto região. Por outro lado não podemos deixar de refletir não inúmeras regionalizações pensadas para aquele espaço, que são ferramentas de planejamento regional.

Tais regionalizações, quase sempre entram em conflito com a região construída no decurso da sua história. Estas, conforme Limonad (2004, p.65): “encontram-se vinculadas aos jogos dinâmicos da disputa de poder, inscritos nas diferentes formas de apropriação (construção e uso) do território”. A regionalização como ferramenta política, quase sempre tem um custo social com destruição de modos de vida tradicionais, pois são geridas numa visão economicista de planejamento por um Estado de visão desenvolvimentista, com base na expansão

do capitalismo, o que nem sempre respeita as comunidades locais.

A regionalização remete a capacidade de produzir regiões o que inclui, segundo Ribeiro (2004, p.198): “acionamento de ideologia, com apoio, por exemplo, em dados da paisagem, valores culturais compartilhados ou critérios político-científicos que legitimam fronteiras e limites.” O Brasil foi regionalizado de diversas formas sob inúmeros olhares. Nas últimas décadas esses olhares seguiram um comportamento comum, a busca por uma especialização das regiões, o Sul agroindustrial, o Sudeste industrial, o Centro-Oeste agrário, o Norte e Nordeste fronteiras de expansão da agricultura e pecuária. Dentro de cada uma dessas grandes regiões, é possível perceber a criação de sub-regiões. Quem comanda essa especialização de regiões são as políticas de desenvolvimento regional, direcionadas pelo Estado.

Nesta visão, Bacelar (2000, p.116) afirma que: “se pode combinar inserção econômica global com a busca de integração das diversas regiões do país na dinâmica do desenvolvimento regional”. A autora (op.cit) lembra que “a dinâmica regional entregue apenas às próprias decisões do mercado tende a exacerbar seu caráter seletivo, ampliando fraturas herdadas. Tende a desintegrar o país.” Indagações imprescindíveis que cabem no que se refere ao Norte do Tocantins.

A Política dos Eixos Nacionais de Integração e Desenvolvimento é um exemplo dessa proposta que coloca o desenvolvimento econômico do país como algo externo às pessoas. Reiterando, percebemos que nesta proposta a região é conformada, como objeto da ação política, sendo que as redes montadas em todo o território nacional levavam uma estrutura de transportes, logística fundamental pra o desenvolvimento econômico do país, ao passo que era necessário escoar produção do interior do Brasil, também uma ação política com o objetivo de integrar o país, no entanto, essas ações não levaram em conta as necessidades e anseios da população local, mas sim um projeto que inserisse o Brasil na economia global.

Em relação à região do Bico do Papagaio, essas práticas não trouxeram desenvolvimento, mas uma história de pobreza, com índices sociais preocupantes conforme vimos no primeiro capítulo. Refletindo, por exemplo, na Masorregião do Bico do Papagaio, proposta pelo PNDR<sup>29</sup> no atual governo de Luís Inácio Lula da

---

<sup>29</sup> Política Nacional de Desenvolvimento Regional (PNDR). Em seu propósito a política tem o objetivo de iniciar e sustentar uma trajetória de reversão das desigualdades regionais e explorar os potenciais endógenos. (MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL)

Silva. Podemos perceber a intenção do governo em interferir no interior das regiões, segundo essa perspectiva o Ministério da Integração Regional afirma que “pode-se observar, no nosso país, a presença de sub-regiões de alta renda com potencial dinâmico, assim como de sub-regiões estagnadas e com baixos níveis de renda, em todas as macrorregiões.” O Bico do Papagaio é classificado segundo a tipologia da PNDR como uma microrregião de Baixa Renda. Neste sentido, a PNDR, afirma que “a questão regional, na atualidade, abrange todo o território nacional e demanda um olhar mais acurado sobre as realidades sub-regionais”.

É indispensável pensar que quando uma regionalização é constituída por planejadores regionais, seja sob comando do Estado ou da iniciativa privada, quase sempre é visto apenas o território, os diferentes usos possíveis a ele são institucionalizadas fronteiras e limites em coerência com o uso que se faz do mesmo. Se levarmos em conta que estas ações têm implicações sociais, o ato de regionalizar se torna determinante na vida dos atores sociais presentes naquele espaço. O que torna o ato de regionalizar, um fato que pode trazer sérias consequências para região. Para Ribeiro (op.cit. p.200):

[...] regionalizar pressupõe poder, de duas naturezas distintas: em primeiro lugar, o poder de criar e estabelecer formas espaciais. E, em segundo lugar, o poder de institucionalizar (e garantir permanência a) estas formas. Enquadram-se aí, tanto a própria construção de região, [...], quanto às diferentes regionalizações que permitem a sua consolidação [...].

Na região do Bico do Papagaio, conforme visto no início desta dissertação, o desenhar de sua história, perpassou por inúmeras formas de coerção, de poder. A guerrilha, os conflitos agrários, separação do Estado de Goiás, no entanto, permaneceu com praticamente a mesma estrutura, (a não ser pelas emancipações de tantos municípios), com as mesmas vocações, com as mesmas carências, com as mesmas dependências. Talvez nenhuma das regionalizações propostas foram vistas a partir da região vivida, mas a partir da região desejada pelos mecanismos de poder, sem respeitar a história das classes sociais, que conforme sabemos foi de luta, de conflitos e que conseguiram se manter com forma e função praticamente inalteradas ao longo do tempo.

O discurso que justifica as políticas regionais, segundo Bacelar (2000, p.28) é de redução às “desigualdades regionais e para a ativação das potencialidades de desenvolvimento das regiões, através da valorização da diversidade regional do

país.”. É necessário olhar o país internamente, com políticas que priorizem essa diversidade regional, respeitando as aptidões e capacidades pré-existentes. Conforme Bacelar (op.cit):

Isso torna cada vez mais evidente a necessidade de tratar a questão regional brasileira, em geral, e cada região, de modo específico, não de forma genérica, através de estímulos universais. Para se encaminhar soluções para um quadro complexo como o das regiões brasileiras hoje – no qual a uma heterogeneidade se soma um processo de rápida inserção da economia brasileira numa economia mundial extremamente competitiva – é necessário que a nova política nacional de desenvolvimento regional desça a cada caso, considerando as distintas potencialidades, ameaças, problemas ou entraves das sub-regiões no interior de cada macrorregião, o grau atual de sua inserção na economia internacional e dinâmica recente da base produtiva já instalada.

O projeto que se impõe atualmente é de retomada do desenvolvimento, mas com compromisso social e ambiental. Em políticas pretéritas havia um projeto desenvolvimentista, mas sem a menor preocupação social e ambiental. Neste sentido a autora (op.cit. p.16) reverencia o papel do Estado e automaticamente o resgate à região. Afirmando que por um lado:

Regiões resultam de uma relação dialética entre decisões tecnocráticas e práticas de poder, de um lado, e práticas sociais e demandas coletivas, processos coletivos, de outro. É nesse processo que se formam as regiões. Em alguns momentos, em alguns lugares, os adensamentos, as sociedades locais surgem e o Estado as legitimam.

Já em outros casos, segundo Becker (2004, p.15) é o: “Estado que atua primeiro, e depois se forja a região: os interesses políticos dos quais a região é uma expressão digerem a decisão tecnocrata e dão margem ao surgimento das sociedades locais que se apropriam da região”. Quando o contrário acontece, a região obriga o Estado a legitimá-la, gera certa autonomia da região, isso quando ela existe de fato gerando um diálogo próprio com o Estado e opondo-se ao poder absoluto deste. Este outro ponto de vista sobre o papel e formação das regiões, conforme já dissemos só é possível quando “em alguns momentos, em alguns lugares, os adensamentos, as sociedades locais surgem e o Estado as legitima.”. É o exemplo das regiões que se formam independentemente ao poder influente e homogeneizador do Estado.

O espaço regional do Bico do Papagaio e as regionalizações vistas sob égide do Estado são postas a partir do plano de integração do Norte do país e conseqüentemente da Amazônia, que apresentam hoje uma “rica diversidade

regional, com novos atores e diferentes interesses e demandas”. Sub-regiões foram geradas, caso do Norte do Tocantins, com especificidades, necessidades específicas que precisam ser reconhecidas e inseridas no planejamento territorial do Brasil.

Conforme ressaltamos, em cada uma das regionalizações analisadas, observamos a influência das cidades, não como base do recorte, mas como centro que organiza a região, assim, outro conceito importante para análise é de polarização.

#### **4.2 Região e Polarização no Bico do Papagaio**

Refletir sobre os espaços regionais do país e as redes de cidades que influenciam e dinamizam esses espaços, são atividades correntes da ciência geográfica. A função de cada cidade numa região é uma reflexão constante, de maneira que este trabalho anseia analisar a região do Bico do Papagaio e as cidades mais influentes e dinâmicas deste espaço.

Frequentemente, em toda região existem, segundo Andrade (1987, p.57) “os pontos que comandam o crescimento econômico ou o desenvolvimento, as cidades ou áreas economicamente mais dinâmicas”. Afirma ainda, que quase sempre ao pensar em desenvolvimento de regiões, consideram pontos “favorecidos pela posição geográfica ou pelos recursos naturais, para instalar indústrias de base, para servir de bases de desenvolvimento”. Desta forma, algumas regiões são favorecidas em detrimento de outras, implicando em dizer que o crescimento econômico se dá apenas em pequenos fragmentos, não existe uniformemente sobre o espaço regional. Nesta direção, Perroux (1978, p.100), afirma que:

O crescimento e desenvolvimento econômico não surgem em toda a parte ao mesmo tempo; manifesta-se com intensidades variáveis, em pontos ou pólos de crescimento; propaga-se, segundo vias diferentes e com efeitos finais variáveis, no conjunto da economia.

Neste caso, o desenvolvimento econômico seria próprio de regiões beneficiadas, que recebessem investimentos, onde segundo Andrade (1987, p.58) “surge uma indústria motriz e, como consequência, como reflexo da ação desta

indústria o crescimento se propaga, se expande, beneficiando as regiões que a cercam, que são para ela polarizadas“. Essa indústria, segundo o autor (op.cit, p.57), “provoca a concentração de capitais sob um mesmo poder e decompõe tecnicamente as tarefas e a mecanização.” Sendo sua principal função gerar e produzir renda. Na concepção perrouxeana, a indústria motriz tem o poder de atrair outras indústrias, recursos tecnológicos, financeiro e estrutural, dinamicidade econômica e conseqüentemente uma diversificação de produtos e serviços pra toda a região, polarizando esta em função dessa diversidade, dando novas formas e novas funções a vida regional.

O que seria então, segundo essas observações, um pólo de crescimento? Podemos afirmar que na região do Bico do Papagaio existem cidades que polarizam a região? Quais seriam essas cidades?

Andrade (1987, p.58), conforme a teoria de Perroux (1950) argumenta que pólo é o centro “econômico dinâmico de uma região, de um país ou de um continente, e que o seu crescimento se faz sentir sobre a região que o cerca, de vez que ele cria fluxos da região para o centro e refluxos do centro para a região.” De forma que o autor complementa afirmando que, “o desenvolvimento regional estará, assim, sempre ligado ao do seu pólo.” Lasuen (1975, p.116) complementa: “o conceito de pólo de crescimento é a derivação lógica de tal tipo perrouxiano, de espaço abstrato. O espaço econômico, como campo de força, conduz a noção de pólo, um vetor de forças econômicas”.

Podemos conceituar uma região polarizada, como um espaço no qual existem intensas relações econômicas com a região ao seu redor e dentro da própria região. Ao conceito de polarização fica inseparável o de dependência entre o pólo e a região que o cerca e, portanto, uma perspectiva de hierarquização.

Outro fato importante, o qual Andrade (op.cit. p.59), enfatiza sobre a teoria de Perroux, é a distinção entre crescimento e desenvolvimento, segundo esta teoria:

Sabendo-se que F. Perroux distingue o significado dos termos crescimento e desenvolvimento, compreendemos que para ele o pólo de crescimento não se identifica com o de desenvolvimento. Assim, para ele, o desenvolvimento “é a combinação de mudanças sociais e mentais de uma população que a tornam apta a fazer crescer, cumulativamente e de forma durável seu produto real, global” [...]. O crescimento, porém, existe apenas quando há um aumento de produto global e conseqüentemente, da renda per capita.

Dessa maneira, o desenvolvimento é mais complexo, depende não só de uma

economia crescente e rentável, mas de condições sociais homogêneas, de distribuição de renda e não só de acúmulo dessa renda.

É importante refletir então qual a intenção do Estado ao incentivar a criação dos pólos, se o crescimento ou o desenvolvimento. Quase sempre a finalidade ao planejar e organizar o território é de avanços no crescimento da economia, o que nem sempre significa avanços na qualidade de vida, das condições sócio-econômicas das regiões. A política regional do país privilegiou, no transcorrer de sua história, o crescimento econômico em detrimento do desenvolvimento. Segundo Andrade (op.cit, p.59), os considerados pólos de desenvolvimento são aqueles que “ao lado do crescimento do produto, provocam também modificações de estruturas que favorecem à população da região para ele polarizada.”

Segundo o autor (op.cit, p.61): “o pólo é sempre um ponto ou uma área que exerce influência sobre uma região, admite Perroux que esta influência tem de ser canalizada por estradas, por caminhos que liguem a área polarizada ao pólo.” De maneira que esses investimentos não só servem para o crescimento do pólo, como também, caso a intenção seja o desenvolvimento, trará benefícios a população, dando a esta, o acesso à diversificação de serviços e produtos que conseqüentemente são gerados com a criação do pólo. De acordo com a tese essas áreas ou espaços de influências, pode ser uma cidade central, uma capital, dependendo da variedade na oferta de produtos e serviços.

Baseado numa classificação dos pólos de acordo com a escala Boudeville apud Andrade (1987, p.58), aceita, “a existência de três pólos: o pólo-nação, o pólo-região e o pólo-cidade.” Para nosso estudo, será conveniente uma abordagem acerca do terceiro conceito, o de pólo-cidade, segundo Andrade (op.cit, p.65), este é “encarado em escala regional e sempre apresentado por uma cidade [...]. Varia consideravelmente a importância das cidades e a extensão da área para elas polarizada.” O pólo terá a sua região mais ou menos ampla, conforme a quantidade e a qualidade dos equipamentos industriais e de serviços que possuir e a estrutura de transportes e comunicações de que dispuser.

Dessa forma, um critério inerente a classificação de um pólo econômico, ou de uma cidade pólo conforme nosso interesse, no decorrer desse trabalho, seria o fluxo econômico, as tecnologias disponíveis, o fluxo de pessoas, a dependência da região ao entorno com relação a seus serviços etc. Neste sentido vale lembrar que Andrade faz um alerta sobre a hierarquia dos pólos.

Observa-se, assim, a existência de uma hierarquia entre os pólos – internacionais, nacionais, macrorregionais, regionais, sub-regionais e locais – com classificação em seis grupos, conforme a extensão da área para ele polarizada e a importância de seu enquadramento secundário e terciário. Esta hierarquia demonstra que os pólos não são unidades isoladas, dominando posições bem delimitadas no espaço; ao contrário, como ocorre no universo com os astros, os pólos se organizam girando uns em torno dos outros, atraindo e sendo atraídos. Cada um tem em torno de si uma área de influência cujos limites estão ligados ao traçado das vias de transporte e de comunicações, exercendo maior força de atração nas áreas que lhes são próximas do que nas mais afastadas.

Uma cidade-pólo pode atrair desde serviços mais complexos, como rede bancária, e a oferta de seus diversos produtos como os de supermercado, na venda de produtos alimentícios, seria o lugar central, o centro de serviços. A dinamicidade econômica de uma determinada região, e o conjunto de atividades presentes nela possibilita a oferta de bens e serviços, os quais só são possíveis de serem encontrados em locais centrais como, comércio atacadista e varejista, serviços bancários, serviços administrativos, facilidades de educação e diversão, etc. A cidade pólo opera como um centro de serviços para si mesmo e para a região em seu entorno.

Essa constatação gera uma hierarquia entre as cidades, a qual está associada no seu poder de atração através da oferta cotidiana que estas cidades disponibilizam a região.

Relembrando, segundo Andrade (p.71) existe: “uma hierarquia entre os pólos uma – internacionais, nacionais, macrorregionais, regionais, sub-regionais e locais.” Em nosso trabalho nos interessa, além da classificação de cidade-pólo, o centro sub-regional de acordo com a categorização de Rochefort apud Andrade [...]. Segundo essa classificação o centro sub-regional apresenta “um embrião de vida regional, estendendo sua área de atração sobre vários centros locais por estarem dotados de serviços de uso menos corrente, como médicos especializados e escolas secundária.

Desta maneira, podemos explicar nossa escolha acerca de cidade-pólo e pólo sub-regional, na medida em que, acerca da região do Bico do Papagaio, podemos perceber que toda a região é polarizada pelas cidades de Imperatriz, no Estado do Maranhão, Araguaína no Estado do Tocantins e Marabá no Estado do Pará, justificando nossa tese, de que as três cidades sustentam a região em todos os sentidos conforme observamos nos questionários aplicados nas três cidades

mencionadas. As cidades de Augustinópolis e Araguatins funcionam como pólos locais de menor impacto na região, já que não disponibilizam de uma grande variedade de produtos e serviços.

A partir desta intenção construímos uma matriz (a seguir) baseada nos questionários aplicados nas cidades de Imperatriz, Marabá, Araguaína, Augustinópolis e Araguatins. Os passos para a construção da matriz foi levar em conta a princípio as cinco cidades consideradas pólos da região do Bico do Papagaio, algumas como maior grau polarizador e outras com menor grau. Para tanto, elaboramos um questionário similar ao aplicado pelo IBGE, a despeito das regiões de influência das cidades (REGIC)<sup>30</sup>. Buscamos identificar os centros polarizadores da rede urbana do território do Bico do Papagaio, a dimensão da área de influência desses centros e os fluxos que se estabeleciam nessas áreas. O questionário foi o instrumento que nos permitiu analisar a distribuição de bens (produtos industriais) e de serviços (serviços ligados ao capital; de administração e direção; de educação; de saúde; de divulgação) de forma complementar. Em cada cidade, Imperatriz (MA), Araguaína (TO), Marabá (PA), Araguatins (TO), Augustinópolis (TO), foram aplicados quatro questionários com quatro atores sociais, funcionários públicos, professores, advogados, políticos, comerciantes.

O questionário tinha a pretensão de observar e identificar relação dos outros municípios com a cidade, tendo como foco a procedência das pessoas que usualmente procuram o município para comprar os produtos e utilizar os serviços relacionados. O questionário apresentava-se dividido em treze itens (1-produtos para agricultura e pecuária, 2-ferragens e louças em geral, 3-aparelhos eletrodomésticos em geral, 4-filmes fotográficos e serviços de revelação, 5-móveis e estofados, 6-óculos com receita médica, 7-hospital em geral (público e particular), 8-laboratórios de análises clínicas (pertencentes ou não a hospitais), 9-cirurgiões dentistas, 10-agências bancárias, 11-serviços gráficos (impressos em geral), 12-serviços de contabilidade, 13-serviços de advocacia). A partir destes itens fizemos um agrupamento em seis categorias, que determinamos numa ordem da letra A a letra F: (A) – Produtos para agricultura; (B) - Ferragens e louças em geral; (C) –

---

<sup>30</sup> Segundo Gelli (2000) a REGIC “Apresenta um quadro de referência do sistema urbano brasileiro utilizado para fins de gestão do território, planejamento regional e/ou municipal, estudos de urbanização e racionalização de decisões quanto à localização de diferentes tipos de atividades econômicas ou de infra-estrutura social, quer na esfera pública ou privada. Neste quadro as cidades brasileiras aparecem classificadas e hierarquizadas segundo seus níveis de centralidade, bem como são definidas suas ligações espaciais e mapeadas suas áreas de atuação ou de mercado.”.

Aparelhos eletrodomésticos, serviços fotográfico e móveis e estofados; (D) - Serviços médicos e laboratoriais (incluindo serviços odontológicos); (E) - Agências bancárias; (F) - Serviços de gráficos, de advocacia e contabilidade. Ao final, com os dados levantados, construiu-se uma matriz:

CIDADES CITADAS PELOS ENTREVISTADOS	IMPERATRIZ						MARABÁ						ARAGUAÍNA						AUGUSTINÓPOLIS						ARAGUATINS											
	A	B	C	D	E	F	A	B	C	D	E	F	A	B	C	D	E	F	A	B	C	D	E	F	A	B	C	D	E	F						
Abel Figueredo-PA							1	0	0	0	0	1																								
Açailândia-MA	3	3	6	8	2	6																														
Amarante do Maranhão-MA	0	0	1	3	1	3																														
Ananás-TO													0	0	0	2	0	0																		
Aragominas-TO													2	3	8	7	2	4																		
Araguanã-TO													0	1	0	0	0	1																		
Araguatins-TO	1	1	3	4	1	3							0	0	0	2	0	0	0	0	0	1	0	3												
Arapoema-TO													1	1	2	0	1	0																		
Augustinópolis-TO	3	4	8	10	3	8							0	0	0	3	0	0							2	0	0	1	0	1						
Axixá do Tocantins-TO	4	3	9	15	4	12							0	0	0	1	0	0	1	1	3	1	3	7	1	1	0	0	0	0						
Babaçulândia-TO													0	0	0	0	0	2																		
Bandeirantes-TO													0	1	0	0	0	0																		
Barra do Ouro-TO													0	0	1	1	0	2																		
Bom Jesus do Tocantins-TO							0	1	1	3	1	3																								
Brejo Grande do Araguaia-PA							3	3	8	1	3	6													1	1	5	6	2	4						
Breu Branco-PA							0	0	2	1	0	0																								
Buriti do Tocantins-TO																			1	0	4	4	2	1	3	3	1	12	3	9						
Cachoeirinha do Tocantins-TO																									2	3	6	8	2	6						
Canaã dos Carajás-PA							0	0	0	3	1	3																								
Carmolândia-TO													2	1	5	6	2	6																		
Carrasco Bonito-TO																			3	3	4	9	1	6	0	0	2	0	0	1						
Cidelândia-MA	0	1	0	0	0	0																														
Colinas do Tocantins-TO													1	0	2	1	0	1																		
Colméia-TO													0	0	1	1	1	1																		
Conceição do Araguaia-PA																																				
Conceição do Tocantins-TO													1	0	0	3	0	0																		
Curionópolis-PA							0	0	0	3	1	3																								
Darcinópolis-TO													1	1	4	4	1	2																		
Davinópolis-MA	3	2	6	8	2	6																														
Dom Elizeu-PA	0	0	1	0	0	0																														
Eldorado dos Carajás-PA							0	2	3	0	0	1																								
Esperantina-TO													0	0	0	1	0	0	2	0	2	6	1	2												
Estreito-MA													1	2	3	4	0	2																		
Filadelfia-TO													2	1	3	4	2	6																		



Analisando a matriz anterior, construída a partir dos dados do questionário aplicado nas cidades de Imperatriz, Araguaína, Marabá, Araguatins e Augustinópolis, podemos perceber a região de influência das cidades-pólo do Bico do Papagaio. Conforme já esperávamos as cidades citadas pelos entrevistados pertencem aos Estados do Tocantins, Maranhão e Pará. Uma abrangente área de influência, que extrapola os limites do Estado do Tocantins. As cidades citadas pelos entrevistados fazem parte especificamente do Norte do Tocantins, Sudoeste do Maranhão e Leste do Pará. As relações espaciais observadas na matriz demonstram a origem de uma rede geográfica na região do Bico do Papagaio, já que em consonância com Raffestin (1980, p.200), “a circulação e a comunicação são as duas faces da mobilidade.” De forma genérica, as redes de circulação envolvem o movimento de bens e pessoas.

Conforme observado na matriz, a cidade de Imperatriz é um pólo de atração nos setores de: Eletrodomésticos, móveis e estofados, agências bancárias, serviços médicos e laboratoriais (incluindo serviços odontológicos). Os municípios de Sítio Novo do Tocantins-TO, Senador La Roque-Ma, São Miguel do Tocantins-TO, Marabá-PA, João Lisboa-MA, Governador Edson Lobão-MA, Davinópolis-MA, Dom Eliseu-PA, Cidelândia-MA, Augustinópolis-TO, Axixá do Tocantins-TO, Araguatins-TO, Açailândia-MA, Amarante do Maranhão-MA, citaram a cidade como referência nesses setores. Pode-se perceber que, além das cidades do Bico do Papagaio próximas à Imperatriz, alguns municípios distantes como, por exemplo, Marabá e Dom Eliseu dependem dos serviços e bens oferecidos por Imperatriz. Marabá e Dom Eliseu citam, mesmo que de forma modesta, o setor de eletrodomésticos, móveis e estofados.

Marabá foi citada principalmente pelas cidades de Bom Jesus do Tocantins-TO, Brejo Grande do Araguaia-PA, Canaã dos Carajás-PA, Curionópolis-PA, Eldorado dos Carajás-PA, Itupiranga-PA, Jacundá-PA, Nova Ipixuna-PA, Palestina-PA, Parauapebas-PA, São Domingos do Araguaia-PA, Xinguara-PA, São João do Araguaia-PA, como principal município utilizado para serviços médicos e laboratoriais (incluindo serviços odontológicos), eletrodomésticos, móveis e estofados, produtos para agricultura, serviços de gráficos, de advocacia e contabilidade, demonstrando também que há uma relação desses municípios com Marabá é motivada pela proximidade territorial entre as cidades.

Os municípios de Tocantinópolis-TO, Wanderlândia-TO, Santa Fé do

Araguaia-PA, Palmeirantes-TO, Nova Olinda-TO, Marabá-PA, Muricilândia-TO, Estreito-MA, Filadelfia-TO, Darcinópolis-TO, Carmolândia-TO, Ananás-TO, Aragominas-TO, Araguaã-TO, Araguatins-TO, Arapoema-TO, Augustinópolis-TO, Axixá do Tocantins-TO, Babaçulândia-TO, Bandeirantes-TO, Barra do Ouro-TO, foram citados pelos entrevistados como tendo uma relação de dependência com Araguaína, onde suprem necessidades na área da saúde, serviços bancários e compra de produtos gerais.

Imperatriz, Araguaína e Marabá podem ser consideradas pólos regionais, na medida em que fica comprovado que as necessidades de bens e serviços da região do Bico do Papagaio são supridas por estas cidades. Podemos afirmar, ainda, que na região do Bico do Papagaio as três cidades podem ser consideradas centrais, verificando que elas ocupam hierarquicamente uma melhor posição na região, determinada por uma maior diversificação de produtos oferecidos. Observamos, também, que as três cidades abrangem uma maior área de influência. Isso se deve a uma montagem infra-estrutural para a circulação das pessoas tais como, rodovias, pontes, estradas estaduais etc., que ligam as cidades da região. Comprova-se cotidianamente o fluxo de pessoas e serviços na escala regional.

A Regic<sup>31</sup> (p.19) indica que “para cada centro de um dado nível hierárquico, haveria três outros centros de nível imediatamente inferior.”. Na região do Bico do Papagaio podemos comprovar esta premissa com as cidades de Augustinópolis e Araguaína, citadas como pólos regionais, mesmo que com um grau de influência menor. De forma mais definida, de acordo com a matriz, utilizam os serviços dessas cidades os municípios de Axixá do Tocantins-TO, Buriti do Tocantins-TO, Carrasco Bonito-TO, Sampaio-TO, São Bento do Tocantins-TO, São Sebastião do Tocantins-TO, ou seja, municípios vizinhos e com menor disponibilidade de bens e serviços.

No Brasil, a idéia de espaços polarizados, surge com o IBGE, dividindo o espaço nacional em regiões homogêneas. O trabalho buscava reconhecer e identificar áreas polarizadas. A metodologia utilizada, segundo a REGIC, foi proposta por “Michel Rochefort (ROCHEFORT 1961, 1965; ROCHEFORT; HAUTREUX, 1963) para análise da rede urbana francesa, em trabalhos que buscavam identificar os centros polarizadores da rede urbana.” Tendo como

---

<sup>31</sup>Regiões de influência das cidades, documento elaborado pelo IBGE a partir da análise da estrutura da rede, das hierarquias estabelecidas a partir das análises de diversas funções urbanas, e dos padrões de relacionamento, hierárquicos e não-hierárquicos, no sentido de subsidiar novas análises sobre a atual configuração da rede urbana brasileira.

objetivo:

A dimensão da área de influência desses centros e os fluxos que se estabeleciam nessas áreas, a partir da análise da distribuição de bens (produtos industriais) e de serviços (serviços ligados ao capital; de administração e direção; de educação; de saúde; de divulgação) de forma complementar (REGIC, 2007).

Esta questão aponta para uma hierarquia provocada pelo consumo, já que nesta específica há diferentes projeções espaciais, gerando distintos modelos de, por exemplo, densidades populacionais, grau e distribuição de renda, tendo como implicação, a formação de diferentes arranjos espaciais. O que reflete o que aconteceu com a região do Bico do Papagaio, a qual pertenceu ao Estado de Goiás, no entanto, nunca partilhou do progresso visto naquele Estado, região Sul do Estado, e que trouxe inúmeros investimentos no setor agropecuário, o que demonstra conforme o autor (op.cit., p.19) "existem diferentes relações entre sociedade, sua história e seu espaço, provocadas por também diferentes formas de penetração do capitalismo"

Essas redes geográficas se montam e se sustentam com a geração de redes de lugares centrais, com a aplicação do questionário adaptado da Região de Influências das Cidades (REGIC), tornou-se fácil a comprovação do que cotidianamente é visto no espaço em estudo, região do Bico do Papagaio. Inicialmente, convém falarmos sobre o fluxo cotidiano de moradores oriundos das cidades do Bico do Papagaio em direção as três cidades citadas. Esse fluxo é mantido cotidianamente por pessoas que buscam os mais diversos serviços, desde os de saúde, até os de emprego.

Este fato é chamado atenção por outro fenômeno que acontece dentro da região, o movimento pendular, que pode ser entendido como um movimento funcional, um deslocamento diário de pessoas em direção aos centros mais avançados, os quais disponibilizam uma estrutura de serviços mais eficientes. Desta forma, os fluxos populacionais norteiam-se, segundo Pereira (2006, p.2) com "base na disponibilidade de ativos e oportunidades no contexto das cidades modernas (envolvendo disponibilidade de postos de trabalho, estruturas de serviços públicos e privados, manutenção de relações pessoais, etc.)" Conforme já mencionamos é o que acontece diariamente na região em estudo, a relação, por exemplo, de cidades do Bico do Papagaio, com Imperatriz no Maranhão, é de um fluxo permanente de

peças em direção a esta cidade, a procura de serviços médico-hospitalares, comércio, e diversão. Com uso da Balsa e posteriormente de uma ponte já inaugurada e prevista pra liberação desse fluxo para o mês de outubro de 2009, a mobilidade da população cruza o rio Tocantins da margem Tocantina à margem maranhense, o que nos remete a várias indagações, intrínsecas nesses fluxos conforme lembra Pereira (op.cit., p. 2)

A capacidade dos deslocamentos pendulares de apontar a correlação espacial e econômica entre municípios, fornecendo informação para a identificação de áreas de influência e atração, abre margem ainda para sua utilização na identificação de áreas populacionais onde investimento em estruturas de transportes, locação de recursos públicos na área de educação e políticas de promoção de emprego poderiam ser mais eficazes.



**Figuras 15 e 16:** Balsa Pipes  
**Fonte:** Almeida, Rutileia Lima (2009)



**Figuras 17 e 18:** Ponte da amizade (em construção), Imperatriz-MA e São Miguel do Tocantins-TO  
**Fonte:** Almeida, Rutileia Lima (2009)

Isso confirma a teoria de que a hierarquia entre as cidades depende

principalmente da relação econômica, as cidades que polarizam são aquelas em que os investimentos estruturaram melhor a cidade, dimensionando o seu poder na região. O movimento pendular representa de forma emblemática o nível de funcionalidade entre as cidades, assinalando o nível de desigualdade de incremento econômico entre os municípios, o que gera uma questão política peculiar em qualquer cidade para onde esses fluxos se deslocam e os recursos do município, que são destinados especificamente à população residente neste. Dificultando a administração dos recursos na cidade-pólo e gerando uma desordem econômica e política entre estes municípios. Com as cidades de Araguaína e Marabá esta realidade não é diferente, haja vista, o intenso fluxo vivenciado por estas cidades diariamente de pessoas a procura de serviços oferecidos.

Segundo Frémont (1980, p.69), “pela concentração dos serviços regionais, das inter-relações sociais e das atividades do crescimento econômico, e pelas interações múltiplas que associam estes fenômenos uns dos outros, o espaço é polarizado.” Dessa forma, a estruturação do espaço regional do Bico do Papagaio é alicerçada por três cidades-pólo, Imperatriz, Marabá, Araguaína, as quais possuem um forte comércio e diversificada prestação de serviços. As três cidades possuem algumas características em comum. Suas populações variam entre 100 e 300mil habitantes. Marabá é uma cidade que concentra um grande número de siderurgias e um comércio diversificado, liga-se ao país através da rodovia transamazônica e BR-010 e uma estrada de ferro que liga a cidade a São Luís do Maranhão a qual serve para o escoamento do minério extraído na região.

#### **Quadro 8:** Dados socioeconômicos das cidades-pólo do Bico do Papagaio

CIDADES	POPULAÇÃO TOTAL (2007)	ÁREA (KM²)	DENSIDADE DEMOGRÁFICA HAB./KM²	SERVIÇOS (MIL REAIS)	INDÚSTRIA (MIL REAIS)	PIB (MIL REAIS)	PIB PER CAPITA (REAIS)
Imperatriz	229 671	1.368	173,0	1.095.007	213.374	1.574.109	6.854
Araguaína	115 759	4.000	33,19	798.972	258.226	1.260.542	10.889
Marabá	196 468	15.092	13,3	1.619.530	1.012.952	3.115.485	15.857
Araguatins	25 973	2.627	13,03	76.307	13.853	112.085	4.315
Augustinópolis	14 800	414	36,0	43.940	9.614	64.908	4.386

Fonte: IBGE

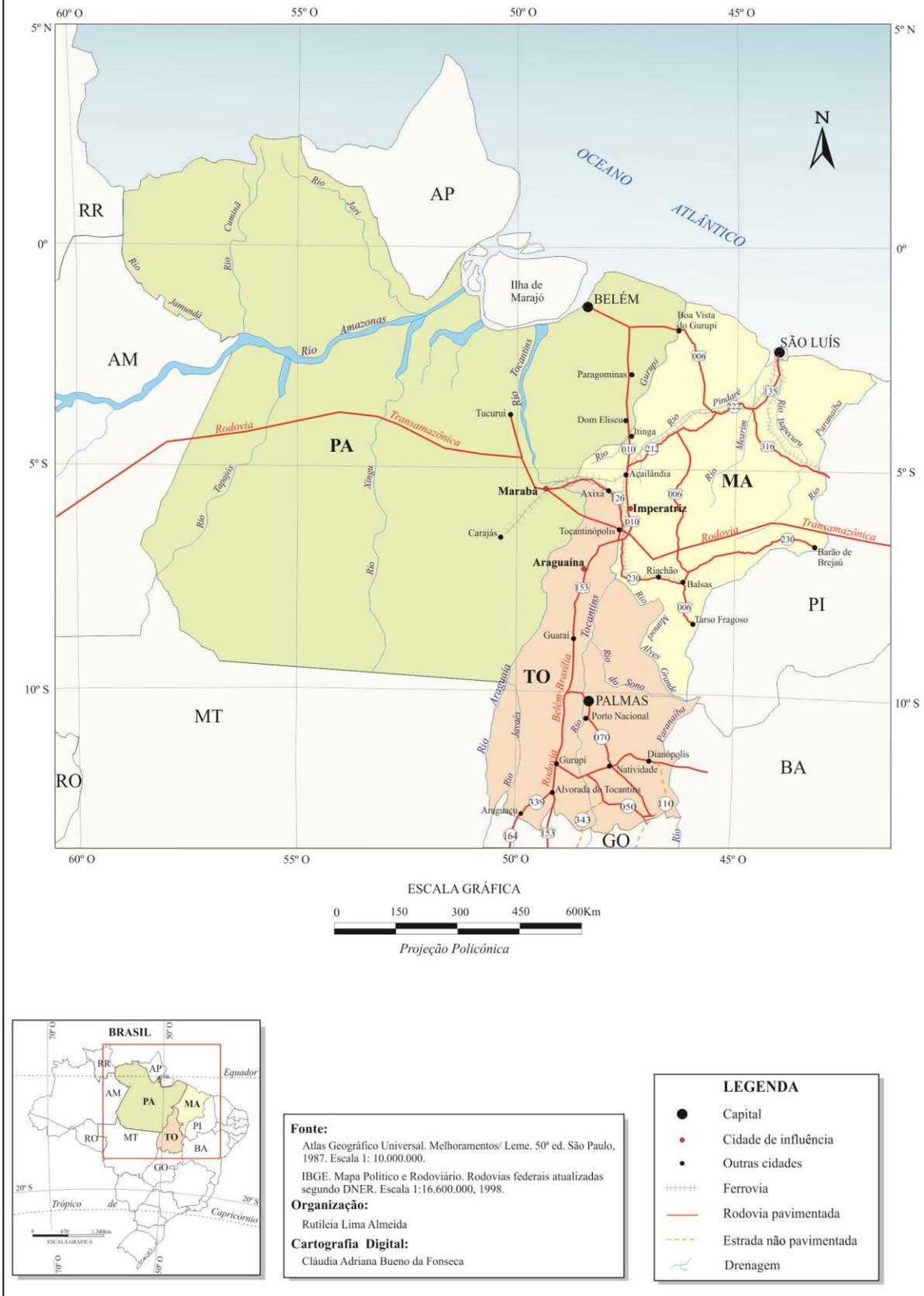
Araguaína é um município que começou a estruturar-se após a década de

1960. A cidade cresceu em relação às demais próximas apesar de mais antigas. Entre os anos de 1960 a 1975, Araguaína surpreendeu por um dinamismo econômico, com criação de indústrias e o primeiro frigorífico. O Estado de Goiás que se caracterizava por indústrias somente ao Sul acompanha um crescimento econômico na parte Norte do Estado através da cidade. Esse dinamismo se deve a construção da rodovia Belém-Brasília, a qual trouxe a região desenvolvimento em termos de economia, sediando hoje, frigoríficos de referência nacional, forte comércio, indústria de laticínios, faculdades e etc. A cidade se destaca no setor primário com forte dinamismo na pecuária, elevando o Estado, a um dos maiores rebanhos bovinos do país, com o maior rebanho bovino do Estado. Conhecida como a capital econômica do Estado do Tocantins, não apenas pelo gado de corte, mais pelo diversificado comércio, e o Distrito Agroindustrial de Araguaína (DAIARA), o qual comporta uma diversificada rede de indústrias.

Araguaína tornou-se a maior economia, com força no setor agroindustrial do Estado, ganhou o título de Capital Econômica do Estado. Sobre o PIB, os cinco municípios melhor posicionados no ranking em 2006 foram responsáveis por 47,3% da riqueza gerada no Estado. Os municípios foram: Palmas (20,4%), Araguaína (12,3%), Gurupi (7,7%), Paraíso do Tocantins (3,7%) e Porto Nacional (3,3%). Araguaína representa 12,3 % do PIB do Estado. No PIB desse município, 68,8% equivale ao setor de serviços, 27,1% a indústria e 4,0% a agropecuária. Sua economia gira em torno da administração pública, com 17,1%; comércio, com 16,3% do PIB, com ênfase em comércio atacadista de aparelhos eletrônicos de uso pessoal e doméstico. Em seguida vem a construção civil, com 12,2%. Seu PIB teve crescimento de 9,6%, devido ao aumento de 28,0% do setor de serviços.

A cidade de Imperatriz no Maranhão é a principal cidade-pólo da região, com uma população de quase 230 mil habitantes. Destaca-se pelo notório e diversificado comércio, o qual atende a demanda de toda uma região, cujo contexto de influência ultrapassa os limites políticos administrativos do Estado do Maranhão, atraindo para si municípios dos Estados do Pará e Tocantins.

**FIG. 19 - LOCALIZAÇÃO DA REGIÃO DE INFLUÊNCIA REGIONAL ESTADO DO TOCANTINS, PARÁ E MARANHÃO**



A cidade de Imperatriz polariza toda a região do Bico do Papagaio. O município é o mais influente da região e a conformação desta na atual configuração do espaço regional depende de seu papel neste espaço. As cidades anteriormente citadas como Marabá, Araguaína e, sobretudo, Imperatriz exercem uma função regional de concentração de uma diversificada e numerosa quantidade de serviços, informações tendo como consequência um enorme fluxo de pessoas e mercadorias de toda a região para estas cidades. Nesse sentido, cabe observar que o fator econômico se insere como primordial na região, na medida em que condiciona o espaço vivido do espaço regional. Imperatriz começa a exercer a partir de 1980, uma nova função regional, passa de uma economia de base agrária pra atividades no setor terciário, baseada na atividade comercial e de prestação de serviços. Segundo Macedo (2006, p.113):

Esta nova fase econômica de Imperatriz, inaugurada a partir de 1980, é marcada pelo desenvolvimento da atividade comercial, com destaque para as atividades ligadas ao comércio atacadista e varejista. Associado a estas atividades, é importante ressaltar o papel do setor de autopeças, que tem apresentado destaque no interior da economia desta cidade e a sua importância se projeta, até mesmo, no espaço regional. Esta dinâmica é acompanhada, ainda, pelo papel exercido pelos serviços ligados à educação em nível superior, e de saúde pública desenvolvidos nesta cidade.

Observamos que o papel regional de Imperatriz é de uma cidade que polariza e exerce uma influência econômica na região do Bico do Papagaio. Desempenha uma função primordial na rede de cidades desta região, influenciando sua dinâmica social e econômica.

#### **4.3 A relação entre regionalização e polarização na formação da região do Bico do Papagaio**

Conforme analisado, é possível perceber que a regionalização é instrumento dos planos de desenvolvimento regional e a polarização é realidade do movimento e da hierarquia na rede urbana. Dessa forma, as regionalizações pensadas e validadas pelo Estado precisariam, de fato, reconhecer a região vivida ou não contribuiriam para o desenvolvimento regional. Já que não estariam levando em conta o mais importante, os atores que fazem a região. O papel do Estado, neste caso, torna-se imprescindível no sentido de que compreendido o papel das

regionalizações, promoveriam recortes, os quais pudessem aplicar um conjunto de ações no território, abarcando a região e promovendo verdadeiramente a região. É necessário levar em conta as diversidades regionais, a história e a vocação cultural de cada lugar, por isso o ato de recortar se torna fundamental nos planos de desenvolvimento regional.

Uma política de desenvolvimento regional não pode prescindir de um estudo das realidades regionais. Conforme Araújo (2005, p.43) esta política: “bem desenhada e implementada, teria força para enfrentar um dos desafios herdados pelos brasileiros das mais recentes gerações: a inaceitável desigualdade entre as regiões brasileiras.” Clementino e Monte-Mór (2004, p.05) criticam veementemente o modo como os sucessivos governos brasileiros têm olhado o Norte do país com sua política de desenvolvimento. Os autores (op.cit) alertam:

Vale ressaltar que o ethos que permeia a elaboração das diretrizes oficiais para o desenvolvimento econômico das Regiões Norte e Centro Oeste guarda ainda muito dos vícios, da arrogância e dos equívocos de 40 anos atrás, como se muito pouco tivesse sido compreendido ao longo das sucessivas tentativas de implantação de Grandes Projetos, marcados sempre por certa especulação. Embora muito tenha mudado persiste, visivelmente, uma grande dificuldade em se olhar e ver as especificidades e complexidades das múltiplas realidades brasileiras.

A análise da polarização regional no Bico do Papagaio se torna imprescindível para produção de uma política regional de desenvolvimento. A partir do estudo feito citamos como cidades que polarizam a região, Imperatriz, Araguaína e Marabá. Monta-se uma rede regional, Corrêa (2006, p.51) faz uma importante observação, “cada uma dessas áreas tem uma metrópole regional que, de certo modo, exerce um papel de controle da vida econômica e política regional. Podemos afirmar que as três cidades citadas formam uma rede regional e possuem uma área de influência regional no Bico do Papagaio.

Mas, como usar esses dois instrumentos (regionalização e polarização) para uma política de desenvolvimento regional?

Em princípio é necessário saber que há intervenção governamental tanto no ato de regionalizar como no de polarizar. Uma região não é recortada sem interferência de atores políticos, tão pouco uma cidade se torna pólo sem a ação desses mesmos atores. Outro fato importante diz respeito especificamente à região do Bico do Papagaio, pois conforme vimos, em seu cotidiano, está inserida em três diferentes Estados, Maranhão, Pará, Tocantins. Pensar no desenvolvimento desta

região seria utilizar políticas dos diferentes Estados ou os três pensarem numa política comum. Arrais (2007, p.16) lembra que:

Um ponto fundamental refere-se à regionalização. Se compreendermos essas regionalizações como um processo pelo qual o Estado estabeleceu recortes para aplicar um conjunto de ações nas regiões e, a partir daí, imprimir sua idéia de desenvolvimento, então esse conceito parece fundamental. Dificilmente encontraremos um projeto, um plano de desenvolvimento regional em que não apareça uma regionalização.

Qualquer proposta no sentido de desenvolver estratégias de desenvolvimento, a priori, perpassa por uma proposta de regionalização. Levando em consideração as cidades que polarizam a região. Dentre as regionalizações vistas no capítulo 2 deste trabalho, é possível perceber que adotam o papel polarizador, as cidades de Imperatriz, Araguaína e Marabá, reconhecidas como fundamentais para a formação da região. Historicamente, estão presentes na vida cotidiana da população do Bico do Papagaio, representando para esta, um meio de sobrevivência, onde são utilizadas para atendimentos médicos hospitalares, prestação de serviços e utilização do comércio.

De forma breve, percebemos, a partir do questionário aplicado, um fluxo de serviços e consumo intra-regional, revelando uma rede e uma hierarquia existente. Hoje, com investimentos feitos na infra-estrutura regional, como a ponte sobre o rio Tocantins, que interliga Imperatriz a São Miguel no Tocantins e a ponte em construção sobre o rio Araguaia interligando Araguatins ao Estado do Pará, além, da construção de estradas cristalizam as relações sociais, política e econômicas na região do Bico do Papagaio. Esses investimentos em Transporte e comunicação favorecem a coerência econômica e ampliam a hierarquia regional, colocando as cidades de Imperatriz, Araguaína e Marabá num patamar de capitais regionais.

Isso nos leva a considerar a premissa desse trabalho, que analisa a região do Bico do Papagaio, um espaço de coerência regional e que ultrapassa os limites do Estado do Tocantins. Nesse sentido, a região precisa ser vista à luz desses processos e considerando seu espaço regional vivido e não aquele construído politicamente dentro de uma unidade federativa. Questão de grande importância ao se pensar políticas de desenvolvimento da região.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A região do Bico do Papagaio que, durante muito tempo, incorporou o estigma de região isolada, vive atualmente um período de mudanças em sua configuração territorial, em seu espaço geográfico, dada a implantação de inúmeros projetos, a nível Federal e Estadual. O período considerado de isolamento regional, em princípio, materializou-se em função da distância espacial entre a parte norte e parte sul (onde a sede do governo se instalou), de Goiás. Forjando-se uma estrutura regional fortemente desigual e que reflete na atual conjuntura econômica do atual Estado do Tocantins e, mais precisamente, do seu extremo norte, região do Bico do Papagaio, possuidoras de fracos indicadores econômicos.

Até a década de 1960, a região não era assistida por grandes investimentos do Estado. A partir de então, com a política desenvolvimentista do Estado brasileiro, a região passou a ser vista como fronteira de penetração para a Amazônia, que para o governo serviria como o local para onde seriam redistribuídos os excedentes demográficos, conteria a migração para o Centro-Sul e garantiria a soberania nacional na área.

Cristalizando assim, o projeto político de integração nacional. Essa política definiu o que hoje é a região do Bico do Papagaio. Os problemas sociais antes representados pelo apregoado isolacionismo, adquiriam uma nova enfoque, a intervenção estatal. A região passa a viver um período de mudanças sociais e estruturais que trazem problemas como: grilagem, formação de latifúndios, conflitos agrários. Essas novas questões recolocam a região do Bico do Papagaio em um novo contexto regional. Reafirmando e corroborando com as reivindicações a cerca da emancipação política do Tocantins. Percebe-se que mesmo com a divisão, e o projeto de desenvolvimento das regiões coordenadas pelo governo, o Bico do Papagaio se modifica estruturalmente, no entanto, os problemas sociais continuam a existir.

Outra questão levantada no debate foi a maneira como se regionaliza o Bico do Papagaio, considerado apenas o recorte político-administrativo. E ao que foi visto a região sempre esteve inserida em um contexto espacial maior, conforme demonstrado no trabalho, com relações comerciais que se expandiam do Estado do Maranhão e do Estado do Pará. E ao que se observa, até a emancipação do Tocantins, esse dado importante não foi considerado nas políticas governamentais.

Nota-se, ainda que de forma tímida, um interesse em políticas que atendam a região do Bico do Papagaio dentro da realidade em que está inserida. É o que conclui-se ao analisar-se as recentes regionalizações. Como exemplo, pode-se citar a Mesorregião Diferenciada do Bico do Papagaio. No entanto, o Estado do Tocantins, o Estado do Maranhão e o Estado do Pará, de certa forma, se abstêm de compreender a dinâmica da região, não construindo para isto uma política comum à região. Novos investimentos em infra-estrutura conforme observou-se, não são suficientes para atender a verdadeira demanda que se faz necessária na região: uma política pública capaz de regionalizar e considerar os centros-urbanos que polarizam a região do Bico do Papagaio. Não há como negar o papel polarizador que Imperatriz, Araguaína e Marabá, exercem nesta região.

No entanto, os poderes públicos ainda insistem em ver a região externamente ao pensar nestas políticas. Afirma-se isso, baseado nos investimentos feitos dentro daquele espaço como: Plataforma Multimodal de Aguiarnópolis, que inclui a ferrovia Norte-Sul, Hidrovia do Rio das Mortes e Araguaia Tocantins e segmentos da BR-163; UHE de Estreito; UHE de Serra Quebrada; Hidrovia Araguaia-Tocantins; Ferrovia Norte-Sul. Esses investimentos são alvo de discursos políticos em níveis municipais, estaduais e federais, como políticas de desenvolvimento para a região. Um equívoco, considerando-se que esses investimentos não vão interferir diretamente nas condições de renda da população e tão pouco nas condições de desigualdades sociais e pobreza, já que tais políticas têm uma lógica mais ampla e percebem a região como um canal de escoamento da produção. A visão de modernização da região, expressada nos discursos políticos, só camufla a realidade de uma região com grandes problemas econômicos e sociais. Convém lembrar Ribeiro (2004, p.201):

Lembramos que o exercício do poder, em todos os momentos da vida coletiva, pressupõe a espacialização de processos, de ações: da reprodução da família à reprodução da totalidade social. A interpretação das dinâmicas sócio-espaciais, da questão regional e das regionalizações exige análise da natureza do poder envolvido nos atos da regionalização, o que traz à tona a necessidade resgatar o debate sobre o papel do Estado, como afirma Becker.

Essa reflexão foi de grande relevância para o entendimento da região do Bico do Papagaio. Os projetos do Estado, implantados ou em vias de implantação na região são pensados, a partir da análise que este faz daquele espaço regional. É

notório que esta análise é equivocada e não atende as reais necessidades da população.

Não existe ainda um projeto regional que discuta e ponha em pauta essas questões. De forma bem simplória e em fase embrionária, ao que se ver é uma tentativa do Estado do Tocantins, no Plano de Desenvolvimento Sustentável (PDRS) ou mesmo no Plano Plurianual do Tocantins (PPA), de promover na região políticas que diminuam as desigualdades entre as regiões e minimize a fraca condição de renda da população do Bico do Papagaio. No entanto, vale lembrar que se não houver um respeito à espacialidade, que considera a região inserida não apenas no Estado do Tocantins, mas também nos Estados do Maranhão e Pará, o plano irá incorrer no mesmo erro. Enxergar a região a partir de dentro, com seus contornos historicamente construídos, deve ser o primeiro passo para a construção de qualquer plano de desenvolvimento, já que a definição de uma região nem sempre coincide com os limites oficiais de uma unidade administrativa.

Desse modo, completa-se o objetivo proposto: ao longo dessa dissertação, ou seja, o de analisar a formação regional do Bico do Papagaio à luz da regionalização e da polarização. Pois, entende-se que sua formação regional dependeu e depende dessa relação.

## REFERENCIAIS BIBLIOGRÁFICOS

## LIVROS E ARTIGOS

ANDRADE, Manoel Correia de. *Espaço, polarização e desenvolvimento: uma introdução à economia regional*. São Paulo: Atlas, 1988.

ASSELIN, Victor. *Corrupção e Violência em Terras Carajás*. Petrópolis: Vozes, 1982.

ARRAIS, Tadeu Alencar. *Planejamento e desenvolvimento regional: a intervenção governamental e a problemática regional em Goiás*. 2007.

ARAÚJO, Tânia Bacelar. *Ensaio sobre o desenvolvimento brasileiro: heranças e urgências*. Rio de Janeiro: REVAN, FASE, 2000.

\_\_\_\_\_. A experiência recente de planejamento regional do estado do Paraná – os casos das regiões do Oeste do Setentrional paranaense. In: *Ensaio sobre o desenvolvimento brasileiro – heranças e urgências*. Rio de Janeiro. REVAN, FASE, 2000.

BECKER, Bertha. Uma nova regionalização para pensar o Brasil. In: LIMONAD, E., HAESBAERT, R., MORIEIRA, R. (Org.). *Brasil século XXI – por uma nova regionalização? Agentes, processos e escalas*. Rio de Janeiro, Marx Limonad, 2004.

\_\_\_\_\_. Bertha. *Amazônia: geopolítica na virada do III milênio*. Rio de Janeiro: GARAMOND, 2006.

BOISIER, Sergio. *Post-scriptum sobre desenvolvimento regional: modelos reais e modelos mentais*. Chile: Planejamento e Políticas Públicas, nº 13, 1995.

BORGES, Barsanufio Gomides. *Goiás nos Quadros da Economia Nacional: 1930 – 1960*. Goiânia: Editora UFG, 2000.

CAMPOS, Itami. *Coronelismo em Goiás*. Goiânia: Vieira, 2003.

CAMPOS FILHO, Romualdo Pessoa. *Guerrilha do Araguaia: a esquerda em armas*. Goiânia: Editora da UFG, 1997.

CAVALCANTE, Maria do Espírito Santo Rosa. *Tocantins: o movimento separatista do norte de Goiás, 1821-1988*. São Paulo: A. Garibaldi, UCG, 1999.

CORRÊA, Roberto Lobato. Região: a tradição geográfica. In: ---. *Trajatórias geográficas*. Rio de Janeiro. 2001.

\_\_\_\_\_. Estudos sobre a rede urbana. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006.

DIAS, Leila Christina. A importância das redes para uma nova regionalização brasileira. In: LIMONAD, E., HAESBAERT, R., MORIEIRA, R. (Org.). *Brasil século XXI – por uma nova regionalização? Agentes, processos e escalas*. Rio de Janeiro, Marx Limonad, 2004.

DINIZ, Clélio. *A dinâmica regional recente da economia brasileira e suas perspectivas*. In: CEDEPLAR. Minas Gerais: UFMG, 1995.

ESTEVAM, Luís. *O tempo da transformação: estrutura e dinâmica da formação de Goiás*. Goiânia: ed. da UCG, 2004.

FERRAZ, Siney. *O movimento camponês no Bico do Papagaio: sete barracas em busca de um elo*. 2. ed. Imperatriz: Ética, 2000.

GALVÃO, Antônio Carlos. *Política de desenvolvimento regional e inovação: a experiência da União Européia*. Rio de Janeiro: Garamond, 2004.

GOMES, Horieste; TEXEIRA NETO, Antonio; BARBOSA, Altair Sales. *Geografia: Goiás-Tocantins*. Goiânia: UFG, 2005.

HAESBAERT, Rogério. Região, diversidade territorial e globalização. *Geographia*, Niterói, v. 1, n. 1, 1999. Janeiro: Bertrand Brasil, 2001.

\_\_\_\_\_. *Latifúndio e identidade regional*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1988.

LENCIONI, Sandra. Região e Geografia. A noção de região no pensamento geográfico. In: CARLOS, Ana Alessandri Carlos (Org.). *Novos caminhos da geografia*. São Paulo: Contexto, 1999.

LIMONAD, Ester. Brasil século XXI, regionalizar para que? Para quem? In: LIMONAD, E., HAESBAERT, R., MORIEIRA, R. (Org.). *Brasil século XXI: por uma nova regionalização? Agentes, processos e escalas*. Rio de Janeiro, Marx Limonad, 2004.

CLEMETINO, Alessandro Medeiros; MONTE-MÓR, Roberto Luís M. *Grandes Projetos e seus impactos e significados na Região do Bico do Papagaio-TO*. XIV Encontro Nacional de Estudos Populacional. Caxambú-MG, 2004.

IANNI, Octávio. *Estado e planejamento econômico no Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1986.

OLIVEIRA, Francisco. *Elegia para uma re(li)gião*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.

PALACÍN, Luís. *Goiás 1722-1822*. Goiânia: Oriente, 1976.

\_\_\_\_\_. *Coronelismo no extremo Norte de Goiás: o Padre João e as três revoluções de Boa Vista*. Goiânia: CEGRAF & LOYOLA, 1990.

\_\_\_\_\_. *O século do ouro em Goiás: 1722-1822, estrutura e conjuntura numa camitania de Minas*. Goiânia: Ed. da UCG, 1994.

\_\_\_\_\_. MORAES, Maria Augusta Sant'Anna. *História de Goiás*. Goiânia: Ed. da UCG, 1996.

PARENTE, Temis. Gomes. *Fundamentos históricos do estado do Tocantins*. Goiânia: ed. da UFG, 2003.

PEREIRA, Rafael Henrique Moraes. *Polarização urbana e mobilidade espacial da população: O caso dos deslocamentos pendulares na rede pública de ensino médio do Distrito Federal*. (UnB), 2006

PERROUX, François. O conceito de pólo de crescimento. In.: FAISSOL, Speridião. (Org.) *Urbanização e Regionalização: relações com o desenvolvimento econômico*. Rio de Janeiro: IBGE, 1975.

PRADO JR, Caio. *Formação do Brasil Contemporâneo*. São Paulo, 1994.

RAFFESTIN, Claude. *Por uma Geografia do Poder*. São Paulo: Ática, 1993.

RIBEIRO, Ana Clara. Regionalização: fato ou ferramenta. In.: LIMONAD, Ester; HAESBAERT, Rogério & MOREIRA, Ruy (Org.). *Brasil século XXI: por uma nova regionalização? Agentes, processos e escalas*. São Paulo: Max Limonad, 2004.

ROHLER, Dilnei. *Desenvolvimento no noroeste do RS: uma interpretação contemporânea e alternativa*. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2003.

SADER, Maria Regina da Cunha Toledo. *Espaço e luta no Bico do Papagaio*. 1986.

SANTOS, Milton. *Técnica, espaço, tempo: Globalização e meio técnico-científico informacional*. São Paulo: HUCITEC, 1999.

SEN, Amartya. *Desenvolvimento como liberdade*. São Paulo: Cia das Letras, 2000.

SIEDENBERG, Dieter Rugard (org.). *Dicionário do desenvolvimento regional*. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2006.

SOUZA, Sônia Maria de. Belém-Brasília: abrindo fronteiras no norte goiano (atual Tocantins) – 1958-1975. In: GERALDIN, Odair (Org.) *A (trans) formação histórica do Tocantins*. Goiânia: Ed. UFG, 2004, p. 351-394.

SOUZA, Marcelo Lopes de. *O desafio metropolitano: um estudo sobre a problemática sócio-espacial nas metrópoles brasileiras*. Rio de Janeiro: Bertrant Brasil, 2000.

UDERMAN, Simone. *O Estado e a formulação de políticas de desenvolvimento regional*. In: XII Encontro da Anpur, Belém, 2007.

VALVERDE, Orlando, DIAS, Catarina Vergolino. *A rodovia Belém-Brasília: estudo de geografia regional*. Fundação Instituto Brasileiro de Geografia: Rio de Janeiro, 1967.

VIEIRA, Rogério Oliveira de Castro. *Os programas de desenvolvimento integrado e sustentável das mesorregiões diferenciadas: a materialização de um novo paradigma no desenvolvimento regional brasileiro*. VII Congresso Internacional Del CLAD sobre La Reforma Del Estado y de La Administración Pública. Lisboa, 2002.

## TESES E DISSERTAÇÕES

AQUINO, Napoleão Araújo de. *A Construção da Belém-Brasília e a Modernidade no Tocantins*. Goiânia. Dissertação (Mestrado). Instituto de Ciências Humanas e Letras da UFG. Goiânia, 1996.

TIBALLI, Elianda Figueiredo Arantes. *A Expansão do Povo em Goiás*. Dissertação (Mestrado). Instituto de Ciências Humanas e Letras da UFG. Goiânia, 1991.

MACHADO, Lia Osório. *Urbanização e Política de Integração no Norte de Goiás*. Tese (Doutorado). Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 1979.

SOUSA, Jailson de Macedo. *A cidade na região e a região na cidade: a dinâmica de Imperatriz (MA) e suas implicações na região Tocantina*. Dissertação (Mestrado). Goiânia, 2005.

## FONTES DOCUMENTAIS

TOCANTINS. *Estudo de flora e fauna - norte do estado do Tocantins*. Bico do Papagaio-Zoneamento Ecológico-Econômico Execução pela Secretaria do Planejamento e Meio Ambiente – SEPLAN.Org.:Ricardo Ribeiro Dias.

\_\_\_\_\_. Plano Plurianual, 2008-2011. Tocantins, SEPLAN, 2008.

\_\_\_\_\_. Projeto de Desenvolvimento Regional Sustentável. Tocantins: SEPLAN, 2009.

\_\_\_\_\_. *Anuário Estatístico do Estado do Tocantins 1997/2003*. SEPLAN-TO, 2007.

\_\_\_\_\_. ***Indicadores Socioeconômicos do Tocantins***. SEPLAN-TO, 2007.

\_\_\_\_\_. ***Perfil Sócio-econômico - Região Administrativa I, II, III e IV (Bico do Papagaio)***. SEPLAN-TO, 2007.

BRASIL. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. *Contagem da População 2007*. IBGE, 2007.

IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas. *Regiões de Influência das Cidades*, 1993. Rio de Janeiro, 2000.

\_\_\_\_\_. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas. *Regiões de Influência das Cidades*, 2007. Rio de Janeiro, 2008.

\_\_\_\_\_. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas. *Contagem da População 2007*.

\_\_\_\_\_. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas. *Censo demográfico: 1950*. Acesso em: 04, maio, 2008.

## **DOCUMENTOS ELETRÔNICOS E SITES**

TOCANTINS. Secretaria de Planejamento do Estado do Tocantins. SEPLAN. <http://www.seplan.to.gov.br/seplan/br/>. Acesso em: 18 jul. 2009.

<http://www.integração.gov.br>. Acesso em 22/04/2007

**ANEXOS**



UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS  
INSTITUTO DE ESTUDOS SÓCIO-AMBIENTAIS  
PROGRAMA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO EM  
GEOGRAFIA



**Identificação do Entrevistado**

Nome: \_\_\_\_\_ Naturalidade \_\_\_\_\_

Domiciliado: \_\_\_\_\_

Profissão: \_\_\_\_\_ Escolaridade \_\_\_\_\_

**1. RELAÇÃO DOS OUTROS MUNICÍPIOS COM A CIDADE**

Procedência das pessoas que usualmente procuram este município para comprar os produtos e utilizar os serviços relacionados

1	<b>PRODUTOS PARA AGRICULTURA E PECUÁRIA</b> (sacaria, arame farpado, inseticidas e ferramentas agrícolas)	<b>Observações</b>
	Nome do Município	
01		
02		
03		
04		
05		

1.2	<b>FERRAGENS E LOUÇAS EM GERAL</b>	<b>Observações</b>
	Nome do Município	
01		
02		
03		
04		
05		

1.3	<b>APARELHOS ELETRODOMÉSTICOS EM GERAL</b>	<b>Observações</b>
	Nome do Município	
01		
02		
03		
04		
05		

1.4	<b>FILMES FOTOGRÁFICOS E SERVIÇOS DE REVELAÇÃO</b>	<b>Observações</b>
	Nome do Município	
01		
02		
03		
04		
05		

1.5	<b>MÓVEIS E ESTOFADOS</b>	<b>Observações</b>
	Nome do Município	
01		
02		
03		
04		
05		

<b>1. RELAÇÃO DOS OUTROS MUNICÍPIOS COM A CIDADE</b>		
Procedência das pessoas que usualmente procuram este município para comprar os produtos e utilizar os serviços relacionados		
1.6	<b>ÓCULOS COM RECEITA MÉDICA</b>	<b>Observações</b>
	Nome do Município	
01		
02		
03		
04		
05		

1.7	<b>HOSPITAL EM GERAL (público e particular)</b>	<b>Observações</b>
	Nome do Município	
01		
02		
03		
04		
05		

1.8	<b>LABORATÓRIOS DE ANÁLISES CLÍNICAS (pertencentes ou não a hospitais)</b>	<b>Observações</b>
	Nome do Município	
01		
02		
03		
04		
05		

1.9	<b>CIRURGIÕES DENTISTAS</b>	<b>Observações</b>
	Nome do Município	
01		
02		
03		
04		
05		

1.10	<b>AGÊNCIAS BANCÁRIAS</b>	<b>Observações</b>
	Nome do Município	
01		
02		
03		
04		
05		

<b>1. RELAÇÃO DOS OUTROS MUNICÍPIOS COM A CIDADE</b>		
Procedência das pessoas que usualmente procuram este município para comprar os produtos e utilizar os serviços relacionados		
1.11	<b>SERVIÇOS GRÁFICOS (impressos em geral)</b>	<b>Observações</b>
	Nome do Município	
01		
02		
03		
04		
05		

1.12	<b>SERVIÇOS DE CONTABILIDADE</b>	<b>Observações</b>
	Nome do Município	
01		
02		
03		
04		
05		

1.13	<b>SERVIÇOS DE ADVOCACIA</b>	<b>Observações</b>
	Nome do Município	
01		
02		
03		
04		
05		

## O Tocantins apresenta dados positivos de crescimento em pesquisa do IBGE

Extraído de: [Governo do Estado de Tocantins](#) - 14 de Novembro de 2008

O Tocantins aparece como o estado com maior crescimento médio no PIB Produto Interno Bruto. Os dados foram divulgados nesta sexta-feira, 14, pelo IBGE Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, na Pesquisa de Contas Regionais 2003-2006. Especificamente, os números do comércio no Tocantins apresentaram desempenho acima da média 17,4%.

### Links Patrocinados

O PIB é dividido em três grandes setores: serviços, indústria e agropecuária. O setor de serviços em 2006 teve um crescimento real de 6,1%, representando 57,4% do valor adicionado, com destaque para as atividades de comércio e serviços, manutenção e reparação, intermediação financeira, seguros e previdência.

O crescimento do comércio atacadista, segundo o subsecretário estadual da Indústria e Comércio, Donizeth Silva, é o destaque no Tocantins. Várias empresas investiram e se instalaram aqui pela localização geográfica do Estado, que possibilita acesso aos grandes mercados, Norte e Nordeste, ressaltou Silva.

A pesquisa mostra ainda que o crescimento da soma das riquezas no Estado, seja como comércio ou produção, foi de 3,1%, maior que a de estados como Santa Catarina, Paraná e Bahia. Donizeth Silva justifica que, embora pareça pequeno, é o melhor número do País na margem de crescimento do PIB acumulado.

Para o governador Marcelo Miranda, os dados só reforçam que os projetos e ações que foram e estão sendo desenvolvidos no Estado, desde 2003, ano que marca o início da pesquisa, fizeram a diferença para que o Tocantins fosse destaque nos números da economia brasileira.

A instalação de grandes indústrias, como Votorantim na região norte, o avanço da Ferrovia Norte-Sul, com as seis plataformas multimodais em terras tocantinenses, representam também um marco de avanço e de desenvolvimento, que devem consolidar as vocações econômicas no mais novo estado da Federação.

## Bico do Papagaio apresenta demandas para o PPA 2008/2011



[ampliar](#) [galeria](#)

Araguatins e mais 12 municípios que compõem a região do Bico do Papagaio apresentaram suas necessidades no que diz respeito a obras, ações e programas a serem adotados pelo governo estadual, por meio do PPA - Plano Plurianual 2008/2011.

Compareceram nesta sexta-feira, 10, no Colégio Denise Gomide Amui, em Araguatins, aproximadamente 700 pessoas, entre prefeitos, vereadores e secretários municipais. Para o vice-governador Paulo Sidnei (PPS), que representou o governador Marcelo Miranda (PMDB), é necessário o envolvimento das comunidades para a promoção do crescimento econômico e social do Estado. "A região tem inúmeras riquezas e será beneficiada com a Ferrovia Norte-Sul", enfatizou o vice.

Ainda durante o pronunciamento de abertura do encontro, Paulo Sidnei explicou sobre o salto positivo que os novos trilhos vão permitir com o escoamento da produção do Norte do Tocantins. De acordo com o subsecretário da Secretaria do Planejamento, Glênio Benvindo de Oliveira, os cidadãos querem realmente contribuir com este progresso, porque têm atendido prontamente ao convite dos mobilizadores. "Parabenizo as equipes de mobilização porque estão indo à todas as comunidades e, desta forma, promovendo a integração dos tocantinenses com o planejamento do Estado".

O Plano Plurianual é uma lei de iniciativa do poder executivo que estabelece as diretrizes, objetivos e metas da administração pública estadual, em consonância com o que dispõe a Constituição Federal, e deve ser elaborado no primeiro ano de cada gestão governamental. O PPA também orienta as LDOs - Leis de Diretrizes Orçamentárias e os LOAs - Orçamentos Anuais.

No total, serão 14 encontros do planejamento participativo. A partir da próxima semana as equipes de mobilização seguem para o Sul do Tocantins. Todas as sugestões apresentadas pela sociedade durante as audiências públicas deverão ser remetidas à Assembléia Legislativa, no mês de novembro.

Próximos encontros do PPA 2008/2011

Taguatinga 17/08/2007

Dianópolis 24/08/2007

Gurupi 31/08/2007

Ponte Alta do Tocantins 05/09/2007

Porto Nacional 12/09/2007

Palmas 14/09/2007

Autor: Ascom

Fonte: Seplan

## **Ministério do Planejamento aprova 419 milhões de dólares para o Tocantins**

Duas operações do governo do Tocantins foram aprovadas pela Cofix – Comissão de Financiamentos Externos do Ministério do Planejamento - a contratação de empréstimo de 375 milhões de dólares requerida pelo Governo do Estado ao Bird – Banco Mundial para América Latina, e mais 44 milhões de dólares ao BID – Banco Interamericano de Desenvolvimento, totalizando 419 milhões de dólares.

As aprovações resultam da gestão do governador Carlos Gaguim, que se reuniu com o ministro do Planejamento, Paulo Bernardo, em Brasília, no mês de novembro. Além disso, o governo empreendeu um plano de ação para cumprir as metas exigidas pelo BIRD, que se encontravam desativadas, obtendo resultado positivo da instituição. Por telefone, de Copenhague, Carlos Gaguim comemorou a conquista. “É uma grande vitória pela qual não medimos esforços e vamos continuar com o mesmo empenho para que até o mês de junho o recurso seja liberado”, ressaltou o governador.

### **Próximos passos**

Com isso, está efetivada a primeira etapa do contrato. Conforme o secretário da Fazenda, Marcelo Olímpio, agora o Governo do Estado encaminhará o projeto de lei para autorização legislativa pela Assembleia Legislativa, para que o contrato seja assinado. Antes passará pelo STN - Secretaria do Tesouro Nacional, Senado e pela PGFN - Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional. “Até o início da próxima semana devemos encaminhar o projeto de lei à Assembleia, para que possamos cumprir o quanto antes todas as etapas”, explicou o secretário.

O financiamento com o Banco Mundial será destinado ao PDRIS - Projeto de Desenvolvimento Regional Integrado Sustentável do Tocantins. As ações do projeto são voltadas para a infraestrutura, melhoria da gestão pública, promoção e fortalecimento do sistema produtivo, conservação e uso sustentável dos recursos naturais e melhoria da eficiência do Sistema de transportes. Coordenam as ações o Departamento de Estradas de Rodagem do Tocantins, Secretaria do Planejamento, Secretaria Estadual de Recursos Hídricos, Secretaria da Fazenda, Secretaria da Infraestrutura e a Secretaria de Recursos Hídricos.

Quanto aos U\$ 44 milhões, serão empregados na aquisição de equipamentos e treinamento de pessoal para a modernização da máquina fiscal do Estado pela Secretaria da Fazenda.

Autor: Val Rodrigues

Fonte: Secom